

## ATA DEGRAVADA DA 168ª PLENÁRIA AMPLIADA E DESCENTRALIZADA

Aos vinte dias do mês de abril de 2012, às nove horas, no auditório do Centro Cultural Humberto Mauro no município de Cataguases realizou-se a centésima sexagésima oitava Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pelo presidente Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: José Fernando Millane – CMAS/Cataguases, Nívia Soares da Silva – SEDESE, Júlio Cesar Brum – IMSNS, Marcelo Armando Rodrigues – CRESS, Mauro Alves de Souza – ACONEQUISTAC, Cristiane Nazareth da Silva - ISJB, Luiz George Marcelino da Trindade - CMAS/Lagoa Santa, Márcio Caldeira – ASSPROM, Tânit Jorge Sarsur – SES, Ana Paula Simões Hilário – CMAS/BH; conselheiros suplentes: Volney Lopes – PSIND, Raquel Fonseca Veloso – SES, M<sup>a</sup> de Fátima Bergamini – SIND-SAÚDE, André Luis de Oliveira – CMAS/Ituiutaba, Ami Amorim – Missão Ramacrisna; os convidados: conforme lista de presença; membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Rosalice Tassar, Elizabeth Chalita, Maria Paula, Luciana, Nilce Araújo e Regina Caldeira. O presidente inicia a plenária: Bom dia a todas as companheiras e todos que aqui estão presentes nessa nossa plenária do Conselho Estadual de Assistência Social. Estou vendo aqui que nós temos pessoas que não estiveram conosco ontem, no primeiro dia, mas isso é bom. O Conselho Estadual promoveu essa assembléia descentralizada e ampliada com o intuito de fazer com que os municípios, principalmente, os representantes dos conselhos e para além dos conselheiros, os agentes sociais pudessem estar conosco. Somando na contribuição e na contrapartida, no enriquecimento mútuo da Normativa que permeia a nossa política de assistência social. É para nós foi um prazer muito grande estar aqui, mesmo porque a gente conta com a participação de vários municípios. E essa região foi escolhida para a gente estar aqui em Cataguases em função de alguns empreendimentos que a gente tem na região. Tivemos uma tratativa específica, ontem, para falar sobre essa relação de empreendedor e atingidos com as comunidades regionais e locais aqui no caso de Cataguases. E esse aprendizado ele é muito bom para os munícipes e melhor ainda para os conselheiros, porque a gente tem aprendido bastante nessa relação. Essa troca de informação é muito importante, porque a gente tenta minimizar o efeito dos impactos que são trazidos a partir do investimento no nosso Estado. O nosso Estado tem muitos empreendimentos dessa natureza por trazer em função da sua própria formação física que permeia que atende essa situação. Nós queremos sim uma energia sustentável, uma energia mais em conta para os nossos consumidores mais ao mesmo tempo precisamos primar pela proteção social básica dos atingidos. Essa nossa plenária, o normal que a faça da mesma maneira que a gente tem feito cada mês e Belo Horizonte. Este ano nós tiramos no início uma deliberação no início do ano que teríamos quatro plenárias ampliadas e descentralizadas nas regiões desse nosso Estado. Já atendendo a algumas prioridades em função da demanda requerida por capacitação e qualificação dos agentes sociais. Essa é a primeira do ano, Cataguases, estaremos realizando outras três. Portanto, 1/3 das nossas plenárias no ano vão ser realizadas de forma descentralizada e ampliada. É uma maneira de a gente não só sair de Belo Horizonte para estar junto com as pessoas mais próximas, mais também para estar atendendo e compreendendo a dificuldade que existe na logística no custeio do financiamento para que os agentes sociais possam estar conosco lá na capital. No segundo momento é de práxis a gente estar não só justificando como também, deixando para registro em ata a justificativa de ausência desse colegiado do Conselho Estadual nós temos justificativas aqui da nossa conselheira Edir Petrucelli da Secretaria do Estado de Educação que é titular, por motivo de trabalho; a conselheira Guilhermina da Secretaria do Estado da Fazenda também por motivo de trabalho; nós temos a conselheira Gilvânia Francisca que é do nosso órgão gestor, Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social que está a trabalho atendendo ao nosso Secretário de Estado

51 numa plenária da Assembleia Legislativa do Estado. Nós temos a nossa conselheira  
52 Anália que representa o Colegiado dos Gestores Municipais que também está a trabalho e  
53 não pode estar conosco aqui. Conselheira Cláudia que também é do nosso órgão gestor,  
54 Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social, também está contribuindo no processo  
55 de assessoria ao nosso Secretário de Estado na Assembleia Legislativa; conselheiro João  
56 Ademar do AJEAS; o nosso conselheiro Marcus Nunes da FETAEMG; nosso conselheiro  
57 Fernando Guimarães da SEPLAG e conselheira Igenes Botelho da SEAPA também estão  
58 ausentes conosco. Então, uma vez feita essa justificativa a gente solicita inclusão na nossa  
59 pauta que não estava da apreciação da Centésima Sexagésima Terceira (163º) plenária. E  
60 essa ata foi passada de forma antecipada por meio eletrônico para os conselheiros. Nós  
61 temos como prática nas nossas plenárias socializar com todos os conselheiros de forma  
62 antecipada e eletronicamente as nossas atas das assembleias anteriores. Com isso, a gente  
63 tem uma apreciação mais amigável por parte de cada um deles e poderão, portanto, dar a  
64 sua contribuição antes mesmo da leitura em assembleia no próprio plenário para que a  
65 gente possa otimizar o nosso tempo e ter uma aprovação com complementações,  
66 retificações e/ou ratificações. Sendo assim, eu consulto aos nossos pares aqui do  
67 colegiado, se fizeram essa leitura, se as receberam. Quem não recebeu, por favor, registre.  
68 E se ninguém tiver alguma complementação, pedido de alteração ou retificação. Tem  
69 alguém nessa situação? Podemos, então, considerá-la ratificada. Ok. Então, por  
70 unanimidade fica aprovada a Sexagésima Terceira Ata aprovada da plenária ordinária.  
71 Nós temos logo em seguida, é... e aqui de uma forma muito honrosa o conselho estadual  
72 assim como, nós entendemos que os conselhos municipais devem sempre fazer com que  
73 se realize essas plenárias de forma aberta ao público quando houver a necessidade de fazer  
74 alguma tratativa de temática restrita aos conselheiros isso também, deve ser comunicado  
75 de forma antecipada, porque aí, a gente faz a tratativa ligada somente ao colegiado mais  
76 ela deve ser aberta ao público para que todos possam contribuir no processo de uma  
77 maneira ordeira como é feito sempre as nossas plenárias. Quem quiser se manifestar fique  
78 a vontade desde que faça sua inscrição e dentro do prazo de inscrição possa se manifestar.  
79 E assim sendo, para nós é importante não só que o poder legislativo independente da  
80 esfera de governo, bem como o poder executivo esteja conosco. Nós vivemos um processo  
81 de avanço na normativa da política pública da assistência muito grande e muito rápida.  
82 Então esse entendimento ele favorece quando a gente tenta nivelar o conhecimento do  
83 saber. Importante ainda a gente promover o processo de conquista dos representantes do  
84 poder executivo. O que não dá é para achar que os prefeitos que guardam a chave de cada  
85 um dos nossos municípios são os responsáveis pelos beneficiários da política pública da  
86 assistência social. São os responsáveis pelos nossos meninos e meninas com trajetória de  
87 rua. Então, é importante que eles estejam conosco para entender a nossa caminhada para  
88 fortalecer essa nossa compreensão mais, sobretudo para entender que as sociedades civil  
89 organizada dentro desse colegiado tem uma formação paritária ele se soma junto ao poder  
90 executivo e ao poder executivo para junto conseguirmos uma sociedade menos desigual e  
91 de repente a gente contribuir no processo de ... de repente quem sabe da própria  
92 erradicação mesmo da pobreza e da miséria. Também a mesma importância eu diria os  
93 nossos parlamentares municipais, são os vereadores que a gente elege para fazer a  
94 representação nossa enquanto sociedade. E, no entanto, a gente vê muito pouco, essa  
95 recíproca se tornar verdadeira. Salvo raríssimas exceções a gente vê um colegiado dentro  
96 do parlamento que nem sempre atende aquilo que é demandado pela própria sociedade.  
97 Daí a importância de a gente conquistá-las para estar conosco no movimento e é bom que  
98 eles conheçam um pouco mais dessa nossa caminhada. É por isso que a gente faz dessa  
99 forma. E aqui eu quero enaltecer e pedir inclusive o nosso prefeito que está aqui presente  
100 conosco, porque isso fortalece o nosso segmento. Essa presença do prefeito da cidade que

101 é quem guarda a chave da cidade, que é o dono da cidade está conosco na caminhada é  
102 muito importante. Aí eu convido Willian Lobo para está conosco aqui prefeito, por favor.  
103 Dá o nosso recado, falar um pouquinho da compreensão sua e quero de forma antecipada  
104 aqui já registrar a hospitalidade que tivemos aqui na cidade de Cataguases. Posso com  
105 toda a segurança lhe afirmar que a cidade de Cataguases que da qual é o responsável  
106 maior dela tem um secretário municipal de assistência social que tem uma competência do  
107 mais alto calibre. E posso afirmar isso porque ele também é conselheiro nosso no  
108 colegiado estadual de assistência tem trazido a este colegiado uma contribuição efetiva na  
109 compreensão e, principalmente, na execução da política pública de assistência social.  
110 Vocês foram verdadeiros anfitriões nos dias de ontem desde a nossa hospedagem aqui e  
111 continua sendo, né, ao longo do nosso jantar ontem de confraternização e hoje durante o  
112 dia. Então, fica o nosso agradecimento ao conselheiro José Fernando a quem eu transfiro  
113 esse agradecimento a você e com toda a certeza ele faz parte do seu time e assim sendo eu  
114 passo a fala para que o Senhor possa fazer a saudação. Muito obrigado! **Prefeito Willian:**  
115 Bom dia a todos. Eu vou ser breve para não atrasar os trabalhos, mais quero antes de  
116 iniciar minha fala pedir desculpas pela minha ausência ontem, porque ontem eu fui  
117 convidado pelo Governador a estar representando os prefeitos no lançamento dos jogos  
118 mineiros. Esse evento grandioso dessa transformação agora no nosso país daqui a quatro  
119 anos nós temos que pensar nas olimpíadas, então, vai transformar os  
120 “jimes”(incompreensível) nos jogos mineiros em uma competição mais profissional.  
121 Então, não adianta só a gente fazer aqueles jogos finais de semana, ir uma turma, faz um  
122 churrasquinho, toma uma cerveja, acabou fica por ali mesmo. Então, nós temos que nos  
123 preparar para as próximas olimpíadas que vai ser no Brasil. Então, foi muito gratificante  
124 ontem poder participar daquele evento e fico feliz de poder estar com vocês nessa manhã.  
125 Quero agradecer ai a presença do presidente do CEAS, o Geraldo Gonçalves, a  
126 subsecretária da Assistência Social, Nívia Soares Silva, diretora da regional da SEDESE  
127 de Muriaé, minha amiga Aninha Silveira Reis, secretários e secretárias municipais de  
128 assistência social, presidentes de Conselhos Municipais de Assistência Social,  
129 conselheiros e conselheiras, secretários e secretárias executivas dos conselhos municipais,  
130 técnicos e equipes de apoio administrativo, demais autoridades aqui presentes. Senhoras e  
131 senhores quero aqui hoje por não ter podido estar com todos vocês na abertura, agradecer  
132 já reiterando e a grande parceria que o CEAS e a SEDESE vem oportunizando a região. E  
133 de forma muito especial a Cataguases que está recebendo hoje está plenária  
134 descentralizada. Essa é uma oportunidade impar de participação e articulação com os  
135 Conselhos Municipais de Assistência Social, que facilita com essa regionalização a  
136 participação e alcance de mais municípios. Evidencia a todos vocês aqui presentes o tão  
137 importante tem sido a participação do nosso Secretário de Assistência Social, José  
138 Fernando Antunes Millane, como conselheiro Estadual do CEAS. Muito vem  
139 contribuindo de forma na dinâmica do nosso conselheiro e mesmo a sua gestão vem  
140 corrigindo rumos e apontando dentro do Sistema Único de Assistência Social uma nova  
141 diretriz e uma nova postura de gerencia. Com isso, tão logo a presidência Dilma,  
142 Governador Anastásia sancionar a Lei do SUAS quero lhes informar que a gestão  
143 municipal executiva através da Secretaria de Assistência Social e o apoio do legislativo  
144 tem desde dezembro de 2011 a sua Lei Municipal aprovada para regulamentar o SUAS  
145 em Cataguases. E na política social municipal, como alguns de vocês ontem chegaram a  
146 visitar as obras da Casa de Passagem, né, com grande apoio da SEDESE, abrigo para as  
147 crianças de 0 a 13 anos incompletos que deverá ser inaugurado até Maio. Com apoio e co-  
148 financiamento do Governo Federal, evidenciando a parte de recurso disponibilizado para a  
149 construção da Casa de Maria, Centro de Apoio para as Mulheres vítimas de violência,  
150 temos hoje uma equipe especifica para atendimento, assistente social, psicóloga, advogada

151 e delegada das mulheres. Temos hoje um CRAS financiado pelo o Governo do Estado  
152 através do Piso Mineiro, este CRAS urbano e um CRAS no distrito de Sereno financiado  
153 pelo PAIF. Como também temos um CREAS financiado pelo PAEF e oito coletivos do  
154 ProJovem Adolescente. Temos cento e vinte (120) adolescentes no contra turno  
155 frequentando. Só tem mais uma folha aqui ta gente. Ninguém já ta aguentando escutar  
156 mais. Como oficina socioeducativa, sendo todos eles e suas famílias cadastrados no Cad-  
157 Único. Contamos ainda com o programa municipal de atendimento a pessoas em situação  
158 de vulnerabilidade com oferta dos benefícios eventuais mantido com receita própria. Um  
159 centro de qualificação profissional que oferta aos beneficiários do Programa Bolsa  
160 Família. Temos muito ainda a caminhar mais sentimos que estamos na trajetória  
161 promissora a todas as conquistas, correções, adequações e implementações das ações  
162 voltadas hoje para a política social. Preciso de que os prefeitos e secretários com muito  
163 estudo, conhecimento e apoio dos conselhos municipais e o CEAS tenha o olhar da oferta  
164 dos direitos aos cidadãos no cunho da gestão pública e não do assistencialismo e da  
165 ingerência municipal. Então, um grande abraço a todos vocês; é uma satisfação muito  
166 grande de receber vocês e eu vejo que o diálogo não tem condição de construção de  
167 nenhum trabalho sem primeiro haver uma discussão, uma parte democrática prevalecendo.  
168 Então, eu quero aqui reiterar, dizer para vocês que toda essa conquista aqui a gente deve  
169 primeiro a Deus e em segundo a essa equipe maravilhosa que acompanho o José  
170 Fernando. Toda essa estrutura montada aqui, o meu nome, do José Fernando, grande parte  
171 dessa conquista ou praticamente toda a parte. Essa equipe maravilhosa que tem hoje ao  
172 nosso lado nos acompanhando e nos ensinando o caminho percorrido. Então, um grande  
173 abraço e sintam a vontade aqui eu vou estar com vocês nesses trabalhos aqui. **Presidente:**  
174 bom está ai, a fala do nosso Prefeito e que para nós enquanto colegiado estadual é  
175 importante a gente não só está ouvindo mais principalmente a gente constatar a  
176 efetividade dessas ações e a gente... faço com muita propriedade isso aqui pelo  
177 conhecimento que a gente tem do conselheiro José Fernando que soma com este colegiado  
178 e lá ele traduz a eficácia que tem quando do desenvolvimento da gestão dessa política  
179 pública aqui na cidade de Cataguases. Nós tivemos no nosso colegiado eu diria que uma  
180 perda se faz sentir em sentido em função do grande conhecimento técnico e da própria  
181 habilidade na condução até desse colegiado gestor de uma ex-conselheira nossa querida  
182 Juanita que trabalhava até então na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e que  
183 nos deixou enquanto desempenho da função, né, dentro da Secretaria de Estado para  
184 ocupar outras funções obviamente primando pelo seu progresso profissional e por  
185 consequência com uma remuneração mais adequada. E assim sendo o colegiado perde  
186 uma companheira que já vinha de algum tempo inclusive assumindo a presidência desse  
187 colegiado, não é. Mais as pessoas não são insubstituíveis e o nosso crescimento também é  
188 preciso que ocorra independente do local. E assim sendo, a gente deseja sucesso para a  
189 nossa querida Juanita no desempenho da função em outra entidade, né. E estou colocando  
190 isso porque a gente necessariamente... ela estava como vice-presidente do conselho  
191 Estadual de Assistência Social e assim sendo, existe a necessidade de a gente eleger, não  
192 é, uma nova vice-presidente ou um novo vice-presidente do colegiado. O nosso colegiado  
193 ele é... tem uma importância primordial porque o nosso Estado mais parece um continente  
194 no que diz respeito ao quantitativo de municípios que a gente tem, são 853; então, não dá  
195 para a gente desempenhar a função sozinha, por isso, uma mesa diretora ampliada das  
196 quais fazem parte todos os coordenadores das comissões e vice-presidente que muitas das  
197 vezes assumi o papel da presidência né exatamente pelas várias e diversas funções que  
198 tem esse colegiado. Como existe alternância de poder quando a presidência é da sociedade  
199 civil a vice-presidência é do governo, quando a presidência é do governo a vice-  
200 presidência é da sociedade civil. Nós temos pactuado de uma forma muito democrática e

201 de uma concordância coletiva de que quando a sociedade civil que compõe a paridade  
202 dentro do colegiado estadual de assistência social, a sociedade civil a elege. Então, nós  
203 temos um Fórum, né, que não funciona com tanta efetividade como gostaríamos que  
204 funcionasse mais um Fórum onde tem os militantes, os representantes das várias entidades  
205 que se somam a complementaridade e forma a rede socioassistencial da política pública de  
206 assistência são as entidades de assistência social e muitas outras beneficentes de  
207 assistência social. Então, os representantes dessas entidades no fórum eles se qualificam  
208 conhecem as suas bases, as demandas das suas bases, e essa qualificação que é um  
209 trabalho prévio para dar a devida capacitação de amanhã estar conselheiros do Estado.  
210 Então, existe uma pactuação dentro do colegiado que... os pares, os conselheiros  
211 governamentais aceitam a indicação da sociedade civil num processo eleitoral e assim  
212 sendo, também a recíproca é verdadeira quando a sociedade civil aceita que o governo se  
213 articule e indique quem é que será o seu representante no colegiado, na presidência ou  
214 vice-presidência. Estou presidente no segundo mandato por vontade da maioria do  
215 colegiado inclusive os conselheiros governamentais cujo mandato se expira em outubro  
216 deste ano até lá temos a vice-presidente que é governamental estava na pessoa da ex-  
217 conselheira Juanita e agora nós precisamos de um conselheiro governamental e aí eu  
218 comunico a vocês que o procedimento normalmente é este. A gente dá um tempo para que  
219 os conselheiros governamentais se articulem. Esperamos que já tenham conversado para  
220 ganharmos tempo mais eles tem todo o direito agora de ao longo de alguns minutos  
221 saírem se quiserem da sala, né. Se articularem e trazer o nome para que a gente possa  
222 apreciar e deliberar para a gente poder dar posse a vice ou o vice-presidente  
223 governamental deste conselho e tornar completo os cargos do colegiado. Pode ser assim  
224 conselheiros governamentais? Preverem sair um pouquinho? Se organizarem. Raquel,  
225 Tânit, Nívia, Ana Paula, fiquem a vontade. Bom enquanto os conselheiros governamentais  
226 se articulam e trazem o nome para ser apreciado e deliberado na plenária é...nós vamos  
227 ganhar tempo e dizer o seguinte: nós temos aqui representantes de empreendimentos e  
228 ontem a tarde nos fizemos uma oficina única e exclusivamente para discutir algumas  
229 questões dessa natureza. É... essas questões e a gente tem sempre colocado isso de uma  
230 forma muito transparente e verdadeira, porque o papel deste colegiado é aprovar o Plano  
231 de Assistência Social. O que é o Plano de Assistência Social? Né?! Isso foi colocado  
232 ontem. Então é a maneira que a gente tem de resguardar e de prevenir sob perspectivas  
233 futuras desses atingidos e resguardar o histórico até então das pessoas que são atingidas  
234 pelos empreendimentos. O colegiado entende que os empreendimentos são sempre bem  
235 vindos porque trás um nível de empregabilidade dos nossos municípios e progresso ao  
236 nosso Estado. No entanto, a gente espera e é comum no refrão, na linguagem popular a  
237 gente dizer “olha, o capital não tem alma e nem coração”. Não tem memória. Mais as  
238 pessoas que representam o capital têm. São pessoas humanas, como qualquer um de nós  
239 amanhã pode estar representando o Capital e que vai estar fazendo essa compreensão. São  
240 pessoas formadas, com formação exclusiva para se somar a intersetorialidade e dentro  
241 dessa compreensão tentar minimizar as violações que ocorrem por própria natureza do  
242 empreendimento. E a gente fala de violação que é de direito e por isso, nós somos um  
243 colegiado em defesa de garantia de direito. E, assim sendo, nós temos o dever legal de  
244 promover essa defesa e garantia. E essa nossa visão se traduz no anseio, no histórico dos  
245 atingidos. Então, é importante que a gente tenha determinado a característica do perfil  
246 dessas comunidades, né. Quais são as formas de sobrevivência, a forma de manutenção  
247 das famílias. Quem é que compõe essas famílias. Qual a faixa etária dos componentes  
248 dessas famílias. Se nós temos um adendo uma prioridade absoluta que é da idade da  
249 infância e adolescência. Quer na faixa etária do idoso que requer cuidado especial. Se a  
250 gente tem pessoas com deficiência e aí eu diria sempre pensando no meio de

251 acessibilidade universal. Não só para o deficiente visual, cadeirante ou qualquer outra  
252 deficiência né, que graças a Deus todos nós carregamos uma deficiência porque não  
253 somos perfeitos. E assim, sendo essa visão precisa perdurar. Ela precisa prevalecer. Então,  
254 nós não estamos a favor de A ou de B, do capital ou dos atingidos, estamos para promover  
255 aquilo que é justo. E penso que para além da justiça aqui da Terra, há uma justiça que eu  
256 diria divina, uma justiça onde a gente pode primar realmente por respeitar a plenitude e as  
257 relações humanas. A gente não vê isso ainda acontecendo em nosso país em qualquer que  
258 seja nosso município. A gente ainda caminha por calçadas sem nenhuma condição de  
259 acessibilidade para o deficiente, cadeirante, deficiente visual. A gente às vezes tem CRAS  
260 e CREAS são hoje um instrumental usado para divulgar, para socializar, para acolher os  
261 beneficiários da política pública. E às vezes a gente tem essas casas que normalmente são  
262 adaptadas e construídas dentro de um projeto arquitetônico próprio para receber essa  
263 acessibilidade universal. E, como isso, a gente acaba tendo quando você tem uma rampa,  
264 você não tem uma porta decente para passar uma cadeira, quando você tem salas para  
265 guardar privacidade do acolhimento daquela pessoa de repente você tem uma porta de 70  
266 no banheiro onde não entra uma cadeira. Quando você tem uma porta de banheiro no  
267 CRAS que é de 90 que as portas e as salas são de 90 que existe uma rampa com corrimão  
268 de repente você não tem um corrimão dentro do banheiro para que possa atender as suas  
269 necessidades fisiológicas mais de uma maneira segura. Não é?! Então, toda essa visão é  
270 nossa. Quando ontem a conselheira Ana Paula fez uma fala muito importante para nós  
271 aqui é... na questão de estabelecer a vigilância socioassistencial, essa vigilância social 24h  
272 por dia que nós como agentes dessa política pública precisamos ter. E aí o que a gente  
273 espera que... a gente tem hoje dentro do nosso Estado que tenha essa visão mais  
274 humanizada, que tem essa visão mais voltada para tentar pelo menos resguardar os  
275 direitos que essas pessoas que são atingidas pelo empreendimento tem. Mais nós temos  
276 outros empreendedores que ainda tem dificuldade em entender e compreender essa  
277 caminhada. E aí existe um conflito e é nesses problemas que a gente tenta atuar. É para  
278 sanar esses problemas, é para a gente tentar minimizar esses conflitos e de repente  
279 resolve-los. Então, a gente espera que os representantes dos atingidos que os agente  
280 sociais que aqui se encontram conselheiros ou não possam ter essa compreensão e para  
281 além dessa nossa fala também possam fazer com que de forma proativa e preventiva a  
282 gente estabeleça audiências públicas a partir de um edital. Troque informação com os  
283 atingidos. É importante que a representação dos atingidos tenha uma comissão formada  
284 mais uma comissão que não só tenha representante, representação de fato, mais  
285 representatividade. Isso é muito importante. É importante que se troque essas informações  
286 e se forme um acúmulo desse histórico e aí a gente consiga de forma intersetorial chamar  
287 os conselhos tutelares que tem o papel precípua, determinado no Estatuto da Criança e do  
288 Adolescente, no art. 136. Aí você extrapola para o art. 1, do item 1 ao 5, que vai falar qual  
289 é o papel, qual é o dever dos conselheiros tutelares. Quando a gente os elege para  
290 representar as crianças e adolescentes ou os problemas de crianças e adolescentes dos  
291 nossos municípios, nós estamos tutelando, nós estamos dando a tutela das nossas crianças  
292 para eles. E muitas das vezes o Conselho Tutelas nem se quer conhece essa problemática  
293 do empreendimento para poder atuar de forma efetiva e fazendo cumprir inclusive o seu  
294 papel de quem assume a tutela de nossas crianças e adolescentes de cada um dos  
295 municípios. Da mesma forma eu extrapolo para os conselhos municipais os direitos das  
296 crianças e adolescentes. O conselho municipal ele foi constituído também de forma  
297 paritária entre governo e sociedade civil organizada; e convocado pela Constituição  
298 Federal. Quando nos chamou enquanto sociedade civil organizada para participar do  
299 processo de construção e deliberação da política pública. E, às vezes, conselheiros  
300 municipais de direitos, autoridades que são do município por força de Lei se quer conhece

301 o seu papel. Nós temos que ver nossas crianças e adolescentes e saber que esses nossos  
302 filhos que ai estão na sociedade não são de rua, eles têm trajetória de rua. E de repente  
303 eles vêm de uma família, na maioria das vezes, monoparental feminina porque  
304 infelizmente ainda o modelo da família patriarcal brasileiro dá para a gente o excesso de  
305 machismo e os homens dão uma pequena contribuição quando da concepção de uma nova  
306 vida e as mulheres, normalmente, assumem o papel e a responsabilidade de educadora,  
307 mãe, de trabalhadora, de faxineira da casa e ai continua reproduzindo um processo de  
308 machismo numa sociedade que precisa mudar. O mundo contemporâneo trás uma nova  
309 vida a dois, uma nova conjugação. Está ai pessoas do mesmo sexo tendo por  
310 fundamentação legal o direito de assumir uma família. E querendo ou não, concordando  
311 ou não, está colocado na prática. Então o que a gente vê são famílias fragilizadas, famílias  
312 fragmentadas quando o pai não é traficante ele simplesmente contribuiu para fazer depois  
313 não assumiu a responsabilidade, abandona o filho. Mãe dificilmente abandona a cria e ai a  
314 mãe assume esses vários papeis. Quando se pega uma família fragilizada a gente então  
315 tem tipificado na nossa política que o fortalecimento do vínculo familiar e ai precisa ter  
316 essa compreensão no conselho municipal dos direitos para que eles possam proceder no  
317 mínimo né, o ressarcimento dos direitos que foram violados. Porque nós temos crianças e  
318 adolescentes tem o direito a convivência familiar está na Constituição Federal. Está no art.  
319 4 do Estatuto da Criança e do Adolescente replicado no 227. Então eles têm direito a  
320 convivência familiar e comunitária. E é dever. O art. 1º fala, é dever nosso, da  
321 comunidade, do conselheiro, da família, da sociedade e do Estado assumir com absoluta  
322 prioridade os direitos no sentido transversalizado todas as políticas sociais básicas da  
323 criança e do adolescente. Ai a gente fica questionando e perguntando “será que nossos  
324 conselheiros de direitos estão com essa fundamentação legal na cabeça, está com essa  
325 compreensão para quando houver essa relação capital atingidos, estabelecer de fato essa  
326 situação”. Na política pública de assistência nós temos ainda o conselho municipal da  
327 assistência social. Os conselheiros precisam ter essa caminhada. Nós precisamos ter nas  
328 nossas cabeceiras o Estatuto da Criança e do Adolescente e do outro lado a Lei Orgânica  
329 da Assistência Social e provavelmente a frente a Constituição Federal para que a gente  
330 possa exercer com base na fundamentação legal o direito. Normalmente, o que a gente vê  
331 são os direitos violados. Então, quando nós cobramos que existe hoje uma infância  
332 delinquente, que os meninos de hoje aos quinze e dezesseis anos sabem roubar, furtar, parar  
333 um carro no sinal luminoso, atacar com caco de vidro, com arma branca ou não, é porque  
334 eles já detêm o conhecimento do mundo do crime. Mais são nossos filhos. Nós precisamos  
335 nos perguntar quem foi que ensinou a eles que exercer no mundo do crime é bom. Porque  
336 o narcotráfico os assumiu por omissão nossa. Enquanto não fortalecemos o vínculo  
337 familiar, enquanto não temos uma família de uma forma ordeira. Enquanto a Constituição  
338 Federal diz que nosso Estado é de direito e ele nega esses direitos que constitucionalmente  
339 estão garantidos, habitação, educação, saúde, esporte, cultura e lazer. E isso fica  
340 parecendo que são direitos só para família de classe média, dos mais afortunados. Então  
341 não dá para cobrar de criança e adolescente um papel onde nós mesmos não retratamos e  
342 radiamos para eles um principio de retidão moral e ética. Nós temos hoje uma política  
343 partidária neste país totalmente fragilizada. A política partidária que salvo raríssimas  
344 exceções não espelha mais, né, esse princípio para nossas crianças e adolescentes. Nós  
345 enquanto pais e mães também é... temos nós preocupado mais em trabalhar para alcançar  
346 uma vida material melhor, esquecendo que a nossa conformação não é só física também  
347 de corpo e alma. E que a nossa conformação requer uma espiritualidade rica e a gente  
348 nunca tem tempo para ensinar o caminho dessa riqueza espiritual. Mais temos tempo para  
349 ensinar o consumismo exagerado. A família contemporânea prima por uma  
350 competitividade desenfreada, um excesso de individualismo e é isso que nós ensinamos

351 aos nossos filhos. Depois quando chegam à adolescência, 13, 14, 15 anos, eles nos cobram  
352 a mesada e a gente mal dá uma cadeirada, porque dinheiro para dar a gente não tem.  
353 Como uma educação pública né, que é o que a gente pode dar. A educação pública está  
354 totalmente fragilizada. Educadores mal remunerados e, por consequência, uma educação  
355 pública que também não é condizente com a realidade que o mundo moderno requer.  
356 Precisamos correr para pagar uma escola privada, aí precisamos trabalhos em um, dois,  
357 três empregos e aí falta tempo para essa educação. Então não dá para chamar a  
358 adolescência de delinquente. Não dá para achar que eles são culpados. Eles aprenderam  
359 esse processo conosco. Então, penso que nós precisamos rever nossos conceitos. Mais  
360 essa responsabilidade é redobrada para nós enquanto conselheiros, porque nós temos o  
361 dever no desempenho da nossa função de conselheiro de praticar essas compreensões. Não  
362 só pela compreensão da própria vida, mas também por fundamentação legal. Eu penso que  
363 todas essas compreensões ... ontem eu falei aqui, como tem pessoas que não estiveram  
364 conosco é... o nosso país envelhece e com a qualidade melhor, porque a saúde tem trazido  
365 um avanço muito importante, talvez em cima até do próprio avanço tecnológico, né?! Isso  
366 nos dá uma sobrevida. A nossa idade média hoje 73,5 anos, quando eu nasci era de 50  
367 anos. Mais com toda certeza hoje o mundo do seguro e da previdência privada já enxerga  
368 para a classe média que a idade é 80. Nós, classe média, já não tem mais fazer um seguro  
369 pensando que vamos viver até aos 73, vamos viver até aos 80. Então, isso prova o quê?  
370 Que nosso país envelhece e nós estaremos idosos requerendo, portanto, cuidado especial.  
371 E é a nossa visão, é para dar essa acessibilidade para nós enquanto idosos. Será que essas  
372 crianças e adolescentes de hoje estão sendo educados devidamente para quando estiverem  
373 na faixa etária mediana de assumirem as duas pontas? Crianças e adolescentes serão os  
374 nossos netos, filhos dos nossos filhos e nós que estaremos idosos requerendo cuidado  
375 especial. Será que eles terão formado essa compreensão para assumir as duas pontas?  
376 Senão nós estaremos fadados a tão somente não ter acesso a toda essa visão universal.  
377 Essa nossa compreensão é um acúmulo da nossa caminhada, é um aprendizado com o  
378 nosso colegiado, com os nossos pares dentro do conselho. Eu passo isso porque essa visão  
379 é que a gente espera dos conselhos, primordialmente, o tutelar, de direito, da assistência,  
380 mas sem esquecer que nos temos dois conselhos importantíssimos para se somar a esses,  
381 além dos outros, que é o conselho de educação e o conselho da saúde. Essa compreensão a  
382 gente espera que a gente tenha enquanto conselheiros, enquanto agentes, para que a gente  
383 possa estabelecer de forma proativa essa relação capital e empreendedor, atingidos dos  
384 nossos municípios. Eu encerro essa fala aqui nesse momento que a gente volta para a  
385 nossa plenária, né, só tentamos não perder tempo; e pergunto a nossa subsecretária de  
386 assistência social do Estado se os conselheiros governamentais têm uma posição, por  
387 favor, queira manifestar para nós. Conselheiro José Fernando, por favor, está com a fala.  
388 **Conselheiro José Fernando:** Bom dia a todos e a todas. Bom dia presidente. Reunido ali  
389 com todos os conselheiros governamentais, feito as discussões e já trazido pela nossa  
390 subsecretária as considerações dos conselheiros governamentais que não estão presentes,  
391 da não possibilidade de está realmente estar podendo por questão de agenda assumir essa  
392 vice-presidência nós todos né, conselheiros governamentais na discussão recebendo a  
393 proposta da subsecretária da candidatura a essa vice-presidência endossamos a nossa  
394 subsecretária né, foi unânime o apoio para que venha realmente a tomar posse, desse  
395 espaço, dessa vacância. Então, ficou por indicação de todos nós ali em discussão né já  
396 mencionada do nome da nossa subsecretária Nívia para está assumindo a vice-presidência.  
397 **Presidente:** Obrigado conselheiro José Fernando. Eu consulto meus pares da sociedade  
398 civil organizada se tem alguma manifestação por fazer. Ok. A não manifestação... Tem?  
399 Não. Alguma manifestação. Entendo, portanto, então que está ratificando a indicação feita  
400 pelos conselheiros governamentais. Portanto, conselheira Nívia fique de pé e considere-se

401 empossada a partir desse momento. Em nome desse colegiado eu quero dizer que para nós  
402 é um prazer muito grande. Com toda certeza, uma satisfação imensa porque teremos com  
403 toda certeza na mesa diretora e mais especificamente na vice-presidência uma pessoa que  
404 carrega uma trajetória histórica dentro da caminhada social. Além de formação e  
405 competência muito grande. Né?! Já somos pares a mais de dez anos atrás. Então, não vou  
406 falar a idade senão eles vão descobrir que a gente está um pouquinho mais avançado. Mais  
407 a gente já caminhava junto desde o Conselho Municipal de Belo Horizonte de Assistência  
408 Social. E hoje como gestora, já tem a experiência da sociedade civil e agora como gestora  
409 estadual a gente espera com toda certeza a convicção que você vai estar somando muito e  
410 com toda certeza está assumindo o papel da presidência logo mais quando a gente vai ter  
411 essa transmissão de cargo. Muito Obrigado! E fique a vontade para fazer a manifestação.  
412 **Conselheira Nívia:** Bom dia, senhoras e senhores. Bom dia, colegas conselheiros. Queria  
413 agradecer a confiança e dizer que a gente tem a consciência da responsabilidade que está  
414 assumindo, principalmente, por assumir já a um cargo que requer muita dedicação que é o  
415 de subsecretária de Estado da Assistência Social e agora assumindo a vice-presidência é  
416 mais um cargo, mais uma responsabilidade, talvez da mesma dimensão de subsecretaria.  
417 Mais entendendo também que é o nosso papel né que a gente está assumindo um espaço  
418 que a gente escolheu por vocação, por profissão e por militância. Então, eu deixo aqui  
419 meu compromisso de fazer o melhor possível o que estiver ao meu alcance e o que não  
420 estiver eu vou tentar trazer para o meu alcance para a gente conseguir avançar ainda mais  
421 no nosso Estado com a política de assistência social e com a implantação do SUAS de  
422 forma qualificada e exemplar para esse país. Muito Abrigada! **Presidente:** Parabéns  
423 Nívia. Se soma a vice-presidência. Nós vamos dar sequência a nossa plenária e os  
424 conselheiros e alguns presentes aqui têm a nossa pauta que é distribuída de forma  
425 antecipada. E vocês vão olhar que pela programação é ... eu gostaria de sugerir a plenária  
426 que a gente proceder uma inversão de pauta, porque nós temos uns representantes aqui de  
427 empreendimentos que estão conosco. E são empreendedores, representantes de  
428 empreendimentos que chega e estão lá em Carlos Chagas. E Carlos Chagas está muito  
429 pertinho, quase sul da Bahia. Então, provavelmente eles vão fazer uma viagem o dia  
430 inteiro, senão de helicóptero que vão gastar umas duas ou três horas. E eles estão conosco  
431 e para nós não causa nenhum problema a gente proceder a essa inversão de pauta para que  
432 eles possam ficar liberados e dar início a sua trajetória de retorno aos seus lares. Pergunto  
433 aos meus pares se podemos fazer a inversão e passar para o último ponto de pauta que é  
434 item... Pode ser? Ok. Então, procedendo à inversão de pauta e dando sequência nós vamos  
435 para o item que foram procedidas algumas inclusões. Inclusões essas que diz respeito à  
436 distribuição de processos. Deixa eu clarear aqui para todos nós participantes. É... todo o  
437 empreendimento que se chega quando da elaboração do Plano de Assistência Social que  
438 visa resguardar os direitos e estabelecer a proteção social básica aos atingidos. Esse plano  
439 é elaborado por uma equipe técnica dos empreendedores com a visão da política pública  
440 de assistência. Ele é submetido ao Conselho Estadual de Assistência Social que  
441 tecnicamente o avalia e logo em seguida leva-o a comissão. A comissão após avaliá-lo no  
442 detalhe pode proceder a recomendações, pode proceder a retificações e se não forem os  
443 dois casos, submete à plenária. E normalmente é feito um sorteio. Então, nem o colegiado,  
444 nem eu enquanto presidente sei quem é que vai estar como relator do processo. Isso é feito  
445 num sistema de rodízio a cada conselheiro que sai, ele sai do sorteio e fica para os outros.  
446 Então, este sorteio é feito entre todos os conselheiros independente se presentes ou não e  
447 cabe, portanto, essa relatoria ao conselheiro. O conselheiro tem a autonomia no  
448 desempenho de sua função de estabelecer visita técnica ou não, total acesso a equipe  
449 técnica fez a apreciação e avaliação técnica desse empreendimento, bem como estabelecer  
450 nova visita se for o caso. Ele como autoridade pública do Estado, faz parte do colegiado e

451 tem toda autonomia para ir até o município, estabelecer uma relação próxima com todos  
452 os conselhos de direitos que tem no município, bem como com os representantes dos  
453 empreendedores e total autonomia de estabelecer relação com as pessoas e as famílias que  
454 fazem parte dos atingidos. Com essa compreensão ele, então, leva isso, retorna ao  
455 colegiado e pós as recomendações a gente pode chamar para novas reuniões com os  
456 empreendedores e aí proceder a novas tratativas. Assim sendo, nós estamos nessa plenária  
457 com a distribuição de processos que já pós sorteio ... A de número um (1) CGH Boa vista,  
458 no município de Carvalhos com vista a LO e que ficou a cargo do conselheiro Luiz  
459 George. Conselheiro Luiz George, portanto, você está como relator da CGH Boa vista  
460 município de Carvalhos. A de número dois (2) PCH Dias, no município de Uberlândia  
461 com vistas a Licença de Instalação (LI) e aí fica a cargo do conselheiro Márcio Caldeira.  
462 Desculpem, conselheira Ana Paula. Depois, nós temos ainda a apresentação da relatoria e,  
463 portanto, os dois processos que foram sorteados são esses, então, boa Vista, no município  
464 de Carvalhos que é a Licença de Operação com o conselheiro Luiz George. PCH Dias,  
465 município de Uberlândia, que é Licença de Instalação, conselheira Ana Paula. E temos  
466 agora a apresentação de relatoria da PCH Oliveira, no município de Oliveira com vistas a  
467 LO que é a Licença de Operação que está a cargo do conselheiro Márcio Caldeira. E a de  
468 número dois (2) PCH Mucuri, município de Carlos Chagas e Pavão com vistas a também  
469 Licença de Operação a cargo da conselheira Nívia. Eu pergunto se nós temos algum  
470 representante aqui do empreendimento PCH Oliveira, no município de Oliveira. Não.  
471 Então eu socializo com meus pares aqui no conselho mais essa inversão que a gente possa  
472 fazer com que a PCH Oliveira seja a de número dois (2) e a PCH Mucuri está a cargo da  
473 relatora conselheira Nívia, nossa vice-presidente empossada, para fazer a relatoria do  
474 município de Carlos Chagas e Pavão. Que é a licença de operação lá do Mucuri. Pode ser  
475 assim essa inversão? Ok. Então, nós vamos para parte lá pra ficar melhor e conselheira  
476 Nívia, portanto, faz a relatoria. Prefeito? Cadê o prefeito? Tá. É isso que eu ia dizer para  
477 ele. A gente sabe da agenda dos nossos poderes executivos, principalmente, quando são  
478 prefeitos. Então, fique a vontade para poder se ausentar. Conselheira Nívia: Bom, nós  
479 vamos passar agora para a leitura da relatoria, da relatoria acerca da avaliação que foi  
480 realizada no município de Carlos Chagas alguns dias atrás. Havia, ainda, algumas  
481 pendências no Plano de Assistência Social apresentação pelo empreendimento e nós então  
482 definimos pela visita e pela avaliação *in loco* da nossa equipe técnica acompanhada dos  
483 conselheiros Márcio e conselheiro Mauro ao município de Carlos Chagas que segundo  
484 nossas orientações né, da mesa diretora conversasse com o controle social do município,  
485 então, foi agendado uma reunião com o conselho municipal de assistência social de Carlos  
486 Chagas, com algumas famílias atingidas das quais haviam algumas pendências ainda a  
487 serem acertadas e a serem avaliadas se realmente não estava ocorrendo nenhuma violação  
488 de direito, se não ficaria nenhuma pendência de atendimento social para essas famílias que  
489 estavam envolvidas no processo de retirada, né, da região onde vai ser instalado o  
490 empreendimento. E aí diante da visita dessa equipe do Conselho de Assistência Social do  
491 conselho estadual ao município é... tudo ocorreu conforme foi planejado com o conselho  
492 municipal e com as pessoas envolvidas na questão que deu origem a este relatório do qual  
493 eu passo a ler agora para apreciação dos conselheiros estaduais. Então a identificação do  
494 processo da implantação da PCH Mucuri: Nome do empreendimento: Pequena Central  
495 Hidrelétrica de Mucuri/PCH MUCURI; O empreendedor: Mucuri Energética S.A;  
496 Responsável pela elaboração do PAS/BARRAGEM: MLT engenharia de Projetos  
497 Ambientais Ltda; Municípios envolvidos: Carlos Chagas e Pavão; Tipo do processo  
498 (Apreciação do PAS/BARRAGEM/comprovação de implementação/denúncia):  
499 Comprovação de implementação do Plano de Assistência Social – PAS com vistas a  
500 Licença de Operação, conforme eu já havia dito que é... foi a demanda né, que foi a última

501 intervenção que foi necessária agora nesse momento do Conselho Estadual. Comprovação  
502 da implementação do PAS com vista à liberação da licença de operação (LO) ou com  
503 vistas à aprovação do PAS. Esse que é o papel do Conselho; Data do recebimento do  
504 processo: 09/09/2011; Data da entrega para o relator: 10/04/2012. II – Diligências:  
505 Houve solicitação de diligências, conforme eu disse a vocês, explicando que, anterior a  
506 está última diligência, que foi para fazer a análise de pendências outras anteriores foram  
507 realizadas que o trabalho da equipe técnica que acompanha este tipo de ação do Conselho  
508 Estadual que já havia sido feita no município desde a entrega do processo no conselho.  
509 Então a partir... Justificativa dessa solicitação: A partir da resposta ao ofício CEAS  
510 037/12, protocolada pela Mucuri Energética, responsável pela construção da PCH Mucuri,  
511 em 10/04/2012, a Mesa Diretora, reunida na mesma data, com representante da empresa,  
512 decidiu pela realização de visita de conselheiros (Márcio e Mauro) e técnica do CEAS  
513 (Paula) para averiguação das informações sobre pendências, contidas no documento e  
514 prestadas durante a reunião. 3) Análise do resultado: Conforme documentos  
515 comprobatórios e visita à área atingida pela PCH Mucuri, no período de 12 a 14/04/2012,  
516 os aspectos questionados no ofício CEAS 037/12, sobre o processo de negociação com os  
517 atingidos foram comprovadamente solucionados, conforme quadro da análise técnica, em  
518 anexo. III – Fundamentação do parecer: Contexto do PAS/BARRAGEM - O PAS da PCH  
519 Mucuri foi aprovado pela plenária do CEAS, por meio da resolução 184 de maio de 2008.  
520 Ressalta-se que todo o processo de análise do PAS da PCH Mucuri, foi pautada na Lei nº.  
521 12.812/98; Lei nº. 15.012/04 e na Resolução do CEAS 131/2007. A Pequena Central  
522 Hidrelétrica Mucuri, de responsabilidade da Mucuri Energética S.A, foi instalada no curso  
523 do rio Mucuri, nos municípios Carlos Chagas e Pavão, com potência instalada para gerar  
524 22,5 MW. Para a execução da obra foram contratadas 300 pessoas do município de Carlos  
525 Chagas e 20 do município de Pavão, conforme informações dos representantes do  
526 empreendimento e confirmação dos conselheiros municipais. Ainda duas pessoas com  
527 deficiência foram contratadas, e justificaram que não houve mais contratações devido à  
528 falta de pessoas interessadas. Atingiu 31 propriedades rurais, sendo localizadas 14 na  
529 margem direita do rio, pertencentes ao município de Carlos Chagas e 17 na margem  
530 esquerda do rio, pertencentes ao município de Pavão; Foram instalados dois postos de  
531 atendimento social: um em Pavão e outro em Carlos Chagas, cada um com dois  
532 profissionais de curso superior: 01 assistente social e 01 psicólogo. Em reunião com os  
533 CMAS de Carlos Chagas e Pavão, em 08/02/2012, conforme ata, foi avaliada a  
534 necessidade da continuidade do trabalho das equipes dos postos por mais 01 (um) ano a  
535 partir da obtenção da Licença de Operação; Os programas propostos no PAS foram  
536 cumpridos; A análise documental do relatório final e visita técnica de comprovação da  
537 implantação do PAS foram realizadas pelas técnicas da secretaria executiva do CEAS,  
538 Rosalice Tassar e Luciana Ferreira, no período de 07 a 10/02/2012; A diligência foi  
539 realizada pela técnica Maria de Paula Ribeiro e os conselheiros da sociedade civil, Márcio  
540 Caldeira e Mauro Alves, no período de 12 a 14/04/2012. IV – Parecer conclusivo: Pela  
541 aprovação da comprovação da implementação do PAS/Barragem e permanência do Posto  
542 de Atendimento por mais 01 ano, a partir da obtenção da Licença de Operação pelo órgão  
543 ambiental. Sugestão de que durante o primeiro ano, ao término de cada seis meses o  
544 empreendedor apresente relatório dos resultados das ações desenvolvidas, com a avaliação  
545 dos técnicos dos postos de atendimento social ao CEAS e aos CMAS de Pavão e Carlos  
546 Chagas. Então eu coloco a disposição aqui da Paula, do Márcio, do Mauro que estiveram  
547 lá se quiserem fazer ainda mais alguma consideração com relação ao relatório.  
548 Conselheiro Mauro. **Conselheiro Mauro:** Mauro representante de usuário da Associação  
549 de Quilombola de Santa Cruz de Ouro Verde de Minas. Em outros momentos eu já estive  
550 presente e como o Quilombola também coube a mim pedir aos conselheiros, a mesa

551 diretora que eu pudesse estar presente também. Levando em consideração o trabalho  
552 desenvolvido pelo empreendimento e constado com as famílias também e ao conselho  
553 municipal de assistência social constatei que durante a visita que eles estão satisfeitos com  
554 a ação desenvolvida assim também confirmada pelo conselho municipal em que até no  
555 momento da ação do empreendimento a comunidade não era vista nem reconhecida pelo  
556 município e que após a instalação dos trabalhos a comunidade foram vistas e mesmo  
557 visitadas pelo prefeito onde tem planos para continuação de desenvolvimento daquela  
558 comunidade. Têm algumas questões que ainda não foram feitas, concluídas no 100% mais  
559 que não impede da aprovação uma vez que o empreendimento ainda está em fase de  
560 finalização de algumas questões lá no município. Lembrando, por exemplo, que há  
561 funcionários da própria comunidade trabalhando no empreendimento e eles foram  
562 deslocados para a implantação de algumas atividades na própria comunidade sendo paga  
563 pelo próprio empreendimento. O que isso levou em consideração a importância do meu  
564 ponto de ver, pois uma vez que eles mesmos estão executando essas atividades de  
565 tamanha importância, que eles assim o consideram. Por isso, dessa parte eu  
566 particularmente fiquei satisfeito com a ação e todas as reivindicações até mesmo que não  
567 constavam no PAS elas foram concluídas e implementadas. Uma vez levando em  
568 consideração que elas não foram incluídas porque estão em andamento, mas fora assim  
569 levadas em consideração quanto pela comunidade Quilombola tanto também pelo  
570 empreendimento. As casas, em meu ponto de vista, particular, elas são bem estruturadas,  
571 bem feitas e eles estão satisfeitos, uma vez também que estas casas terão um acesso tanto  
572 nas outras que eles moravam antes porque não serão atingidas conforme o  
573 empreendimento assim o alegou. Então, eles terão acesso tanto às casas que eles moravam  
574 antes e também nas novas. Tendo em vista que eles mudaram para as casas novas  
575 conforme a confirmação deles a mais de um mês. Então, os da terceira idade têm as suas  
576 questões particulares que a adaptação em sair de seu local de origem para um local novo.  
577 Mais alegando que com o tempo eles terão sua adaptação. E, também, levando em  
578 consideração que eles possam quando sentir saudade assim, eles alegaram ir até o seu  
579 local de origem porque lá não serão atingidos. Com isso também, eu considero um ponto  
580 positivo e dou meu parecer como ok. Presidente: conselheiro Márcio, por favor.  
581 **Conselheiro Márcio:** Bom dia a todos. Conforme, o Mauro já colocou, eu não vou ser  
582 muito repetitivo, né?! Mais é importante colocar quando nós saímos daqui com essa  
583 incumbência de estar realizando essa visita ao empreendimento e as comunidades. Nós  
584 saímos com o relatório que indicavam pendências. No ato que nós reunimos com o  
585 conselho municipal de Carlos Chagas junto com o empreendimento nós chegamos a um  
586 consenso das questões que foram apresentadas, né. Então, nessa linha de raciocínio que  
587 nós construímos juntos, conselho municipal e empreendedor, né. Construiu-se uma  
588 complementação e uma superação das pendências que haviam sido apresentadas. Esse  
589 trajeto que foi feito pelo CEAS, ele é muito interessante porque o CEAS ele não está... a  
590 partir até do momento que a gente tem assumido uma metodologia de trabalho que é da  
591 mediação ele deixou de ser apenas uma instância de arbitragem em relação aos Planos de  
592 Assistência Social. Então, nós estamos fazendo um trabalho aonde os conselhos  
593 municipais e os empreendimentos podem chegar a um comum acordo aonde cada um  
594 ganha. É o ganha ganha. E porque nós entendemos de um lado temos o desenvolvimento  
595 econômico que está trazendo para o município e de outro lado que é a competência deste  
596 conselho a preservação dos direitos socioassistenciais aos quais nós somos os guardiões  
597 pela própria legislação. Então, dentro dessa perspectiva essa construção desse processo de  
598 mediação é muito importante, porque nós estamos levando aos empreendimentos essa  
599 visão que é necessária, desse cuidado com este atingido. E, quanto é importante os  
600 conselhos municipais nessa ponta, porque somente com... municiados com as informações

601 os conselheiros municipais conseguiram transmitir neste encontro foi possível que a gente  
602 construísse essa trajetória pela superação dessas pendências. Então, o CEAS é  
603 extremamente importante. Essa participação dos conselhos e essa comunicação, porque o  
604 objetivo que a gente tem que primar é pelo direito socioassistencial dessa população que é  
605 atingida. Nós também temos um dever e uma competência de também pensar: existe um  
606 desenvolvimento que está chegando a essa região que a gente também não pode deixar de  
607 levar em consideração. Então, nós temos que ter uma expectativa para além. E aí é  
608 importante construir essa perspectiva do ponto de vista que o conselheiro Mauro já relatou  
609 aqui, tanto do ponto do relato dos conselheiros, de conselheiros chaves, como da  
610 comunidade eles estão com um perspectiva muito positiva em relação a este crescimento.  
611 Relato dos próprios jovens da comunidade Quilombola. É... assim, que eles estão com  
612 muita energia e com muita esperança de que aquela realidade vai ser possível ser alterada  
613 nessa parceria que eles estão estabelecendo com o empreendimento. Sem tanto que os  
614 direitos deles sejam preservados. Tanto é que é importante a gente relatar que também foi  
615 ajustado junto com o empreendimento um TARC que é um Termo de Conduta e  
616 Compromisso junto ao Ministério Público Federal que tem como premissa a Lei que  
617 protege os quilombos. Então, todo o empreendimento está muito atento a estes detalhes.  
618 Que a cultura quilombola tem de ser preservada em todos os seus mínimos detalhes. O  
619 que existia no local que está sendo inundado tem que prevalecer no novo local em que ele  
620 está sendo instalado. Então, todo este cuidado está sendo feito. E, como foi colocado aqui,  
621 pela própria comunidade que está fazendo este monitoramento. Então, eu me sinto muito  
622 tranquilo em está colocando aqui nesta plenária que este conselheiro considera pela  
623 aprovação. Sei que já não é a hora presidente já estou aqui me colocando, manifestando  
624 minha posição. **Presidente:** ok. Obrigado conselheiro Márcio. Vamos esclarecer para os  
625 demais além do colegiado que os conselheiros Mauro e conselheiro Márcio tiveram  
626 fazendo essa diligência lá por deliberação do colegiado né mesmo pós a análise técnica  
627 das nossas técnicas que já foram citadas nessa apresentação que é conselheira Nívia nos  
628 fez. Eu abro ao questionamento e/ou colocações para os meus pares do Conselho  
629 Estadual. Conselheiro Marcelo. Conselheiro Marcelo: bom... eu tenho duas questões que  
630 para mim ainda não ficaram esclarecidas Sr. Presidente, Sra. Relatora. É que no diálogo  
631 que tivemos com o empreendimento antes da visita nós é... eu tinha duas preocupações, a  
632 primeira é... quanto a... forma legal como foi feito a transferência de uma indenização para  
633 uma família que tinha herdeiros, né. Então, a gente ficou em dúvida se este instrumento,  
634 se este recurso que foi repassado para um dos herdeiros, se ele tinha legitimidade para  
635 poder manifestar pelos demais. E aí a gente pediu naquela oportunidade que nos fosse é...  
636 que os nossos colegas conselheiros pudessem verificar a legitimidade jurídica desse  
637 cidadão que recebeu este recurso. O segundo ponto no diz respeito a um cidadão que tem  
638 problemas com o álcool. Também tivemos a preocupação de saber como que essa  
639 indenização seria repassada a ele. A gente naquela discussão a gente verificou que tinha  
640 problemas de separação, a preocupação de o recurso ir para esposa, ex-mulher, isso  
641 também a gente gostaria de ter informações a gente sabe que tinha um recurso que seria  
642 destinado por verbas de indenização trabalhista e um outro que seria a indenização seria  
643 repassada direta pelo empreendimento a este cidadão. A questão que foi posta naquela  
644 oportunidade era de que este cidadão por problemas de álcool ficaria difícil repassar o  
645 recurso diretamente para ele. Então, naquela oportunidade a gente discutiu, então, como  
646 que... quem vai ficar responsável por este recurso? Seria caso de interdição? Como isso  
647 iria acontecer? Isso para nós, ainda, não ficou claro. **Presidente:** eu passo para a  
648 conselheira relatora Nívia para os devidos esclarecimentos se houver necessidade pode  
649 recorrer aos técnicos e aos dois conselheiros que estiveram fazendo a diligência.  
650 **Conselheira Nívia:** eu gostaria de saber se tem mais alguma questão porque de repente...

651 **Presidente:** sim nós temos novas inscrições. **Conselheira Nívia:** com o anexo do  
652 relatório a gente... mais alguém além do Volney? **Presidente:** Nívia, nós temos outras  
653 inscrições. E aí você quer ouvir todas, primeiro, para dar resposta? (fora do microfone)  
654 **Presidente:** ok. Inscrição do conselheiro Volney, por favor. **Volney:** Volney,  
655 representante da Sociedade Civil, categoria trabalhadores do PSIND. Eu queria saber da  
656 técnica é... alguns deficientes né, da localidade eles não tiveram interesse pelos trabalhos  
657 oferecidos pelo empreendedor. Pelo que entendi. Então, eu queria entender melhor se  
658 esses deficientes né, se eles não estavam adequados nas funções que foram oferecidas, se  
659 tem algum benefício ou perdeu benefício né e que tipo de deficiência que são esses  
660 deficientes né. Então minha pergunta é essa. As outras duas colocações, as minhas  
661 preocupações são as mesmas que o Marcelo já levantou e me parece que foi acertado que  
662 o empreendedor também, ele iria oferecer um tratamento a este dependente do álcool né.  
663 E eu queria deixar um alerta que, para que a colega da psicologia ficasse muito atenta a  
664 que instituição este cidadão vai submeter a um tratamento e ficasse muita atenta porque  
665 temos varias instituições que não estão aprovadas pela ANVISA. Nosso próprio conselho  
666 fez um levantamento de todas as clínicas e de comunidades terapêuticas que nós não  
667 recomendamos porque não existe um tratamento eficaz para o alcoolismo. Então  
668 recomendo a você colega que fique muito atenta se a clinica que vocês irão oferecer no  
669 tratamento se elas estão dentro do que ANVISA estabelece para o tratamento do  
670 alcoolismo e que fique muito atenta né para que não interne essa pessoa em comunidades  
671 terapêuticas porque a gente vem combatendo muito essas internações porque não atendem  
672 a questões mínimas para um tratamento adequado do álcool. Então, os meus  
673 questionamentos são esses. **Presidente:** ok. **Conselheira Fátima.** **Conselheira Fátima:**  
674 Maria de Fátima, representante do sindicato da saúde – SIND-SAÚDE. O meu  
675 questionamento eu é... que foi falado que eles teriam condições que frequentar a casa  
676 anterior, que teriam a casa anterior deles, legitima. Depois eles passariam para essa.  
677 Então, eu não entendi porque não preservou a residência deles. Porque se eles podem  
678 frequentar a mesma casa de antes e tá com a nova isso daí... eu fiquei pensando... a  
679 preocupação... já vai, acho que vai ser um impacto muito grande para eles, porque eles  
680 estão assim, ou eles ficam de um lado na casa nova ou eles vão para outra casa. Então  
681 assim... é bem complicado para a vida deles. **Presidente:** ok, conselheira. Volto à  
682 conselheira relatora. Mais alguma inscrição. Ok. **Conselheira Nívia.** **Conselheira Nívia:**  
683 então na sequência eu vou responder primeiro o questionamento do Marcelo que eu acho  
684 que está contemplado no anexo do relatório que são dois casos que eram realmente mais  
685 preocupantes. Então, o primeiro caso que é da Sra. Josina Almeida dos Santos, já falecida,  
686 da fazenda Santo Antônio cujo herdeiro que o conselheiro Marcelo citou. Não constou a  
687 modalidade da negociação com a Sra. Maria Almeida dos Santos ou herdeiros na primeira  
688 fase de análise do PAS. É... então, o quê que foi requerido: informar a modalidade de  
689 negociação e quando foi concluída. E aí qual que foi a resposta: o documento  
690 comprobatório da negociação com o filho Sr. Antônio Carlos Alves de Almeida, bem  
691 como documento de que ele é o procurador legal para fazer a negociação. E qual que foi a  
692 avaliação da equipe: Sra. Josina Almeida dos Santos, falecida, o filho Antônio Carlos  
693 Alves de Almeida tem a procuração dos irmãos que moram em outra cidade mais não  
694 estava em mãos. Está vindo do Rio de Janeiro e deve chegar até segunda-feira que foi  
695 dessa semana e todos são maiores e não quiseram participar das negociações deixando a  
696 cargo do irmão. Esse documento foi recebido em 16/04 foi à segunda-feira conforme  
697 estava comprometido. Cópia da procuração em favor do irmão Antônio Carlos Alves de  
698 Almeida conferindo-lhe poderes para negociação da propriedade da Sra. Josina de  
699 Almeida. O outro caso... ok, Marcelo? O outro caso da Sra. ... do Sr. Demóstenes  
700 Quaresma Moreira da fazenda Santo Antônio. Constou no Plano de Assistência Social,

701 aprovado em 2007, no item 4.2 projeto de negociação de terras e benfeitorias, negociação  
702 entra as partes. Produtores rurais não proprietários que além dos proprietários não ser  
703 contemplados no processo de negociação os trabalhadores permanentes, moradores por  
704 cessão e parceiros que terão suprimidas as suas fontes de renda e/ou moradia. Teriam suas  
705 negociações seguindo cinco diretrizes básicas: primeira – indenização das benfeitorias e  
706 lavouras desde que pertencentes ao trabalhador adotando os mesmos critérios utilizados  
707 para os proprietários rurais não sendo necessário o registro jurídico de posse para  
708 comprovação do bem; Segunda – viabilização de realocação das benfeitorias adotando os  
709 critérios utilizados para os proprietários rurais em comum acordo com o proprietário da  
710 terra e conforme acordo entre as partes; Terceiro – negociação com o produtor não  
711 proprietário, concomitantemente ao proprietário da terra; quarto – opção pelo programa de  
712 reassentamento rural de forma a viabilizar a sua estruturação definitiva em relação à terra,  
713 moradia e local de trabalho; quinta – negociação de imóveis urbanos para realocação dos  
714 produtores cujas fontes de produção e/ou emprego tenha sido suprimidas em função do  
715 empreendimento e que não tenha interesse em permanecer no campo, porém durante a  
716 visita técnica foi constatado que o direito garantido pelo PAS não foi cumprido para os  
717 trabalhadores e moradores da fazenda Santo Antônio, Sr. José Ferreira dos Santos e José  
718 Adão Pereira, 49 anos, esse que foi citado pelo conselheiro Marcelo visto que o processo  
719 de negociação com os atingidos foi realizada com o proprietário da fazenda  
720 comprometendo-se, competindo-lhe a responsabilidade de comprar para o Sr. José Adão  
721 uma casa no distrito de Presidente Pena e de construir uma casa para o Sr. José Pereira  
722 ressaltando-se que após a negociação com o proprietário que reside em Belo Horizonte.  
723 Os dois trabalhadores estão em situação de vulnerabilidade social, pois atualmente sem  
724 trabalho residem em uma casa emprestada, sem energia elétrica e água para consumo  
725 aguardando o antigo proprietário resolver suas pendências sendo que está  
726 responsabilidade é do empreendedor da PCH Mucuri. Ai, vamos lá então, na resposta da  
727 questão do se. José Adão que é a pessoa com envolvimento com álcool que foi citado pelo  
728 conselheiro Marcelo. José Adão recebeu 18 Mil Reais de indenização trabalhista, tudo  
729 legalmente regularizado, porém encontra-se e, estado avançado de alcoolismo tendo  
730 poucas condições de administrar o que recebeu. A empresa se dispôs a pagar o tratamento  
731 por um ano, mais é necessário que se faça um trabalho de conscientização com o mesmo  
732 para aceita-lo. Tem lábio leporino e o patrão quer pagar a cirurgia corretiva mais falta  
733 alguém que o acompanhe nesse processo. É analfabeto e em constante estado de  
734 embriaguez, o que dificulta seu contato. Sugerido a busca de contato com os filhos para  
735 incentivar o fortalecimento do vínculo afetivo fundamental para a realização dos  
736 tratamentos e mudança de perspectiva de vida. O empreendedor irá levar o caso para  
737 avaliação do setor jurídico, mas está achando mais viável realizar a reforma da casa  
738 garantindo assim seu direito de moradia por não ver condições do mesmo administrar o  
739 que irá receber. Ficou acordado que os técnicos do posto de assistência social estarão dado  
740 encaminhamento ao tratamento para o alcoolismo deste senhor e que o empreendedor  
741 realizará ações, compensações proposta da resposta encaminhada ao CEAS se  
742 comprometendo a cumpri-la. Em documento enviado no dia 16/04/2002 o empreendedor  
743 se compromete a bancar com as despesas de tratamento do Sr. José Adão que padece de  
744 alcoolismo, comprar parte do imóvel pertencente à ex-esposa em 50% do valor desse  
745 imóvel e colocar a casa em nome dos filhos com uso e fruto do Sr. José Adão. Se  
746 compromete a arcar com as despesas de moradia durante a reforma da casa que deverá ser  
747 realizada pelo patrão e ainda realizar a reforma caso o Sr. Demóstenes não a faça  
748 conforme acordado na negociação do prazo de 60 dias. Lembrando que o Sr. Demóstenes  
749 é o patrão. Então, essa foi a... o compromisso feito pelo empreendimento com relação ao  
750 Sr. José Adão de fazer uma indenização trabalhista, de custear as despesas com tratamento

751 para a desintoxicação né, e... e correção do vício com o álcool sob o acompanhamento do  
752 posto de assistência social e com relação ao imóvel de fazer a compra de 50% do imóvel  
753 da ex-esposa com a documentação dando direito a uso e fruto do Sr. José Adão nesse  
754 imóvel. **Presidente:** eu... **Conselheira Nívia:** e... **Presidente:** já terminou conselheira?  
755 **Conselheira Nívia:** a questão levantada pelo conselheiro Marcelo né é essa e se ele achar  
756 necessário talvez a técnica Paula que esteve lá e que comprovou toda a documentação na  
757 secretaria executiva do CEAS né, porque ele consta aqui que a documentação  
758 comprometida foi entregue, talvez ela possa esclarecer melhor se ainda houver alguma  
759 dúvida. **Presidente:** conselheiro Marcelo se dar por satisfeito, senão pode usar o  
760 microfone. **Conselheiro Marcelo:** é... eu fico preocupado com as questões mais legais né,  
761 da forma como será feito a transferência, transação e tal. Porque até onde a gente sabe o  
762 casal é separado né. A mulher já tem um outro relacionamento e... o patrimônio eles... não  
763 existia nenhum patrimônio. O patrimônio está sendo construído agora não é?! Eu fico  
764 pensando o seguinte: as relações conjugais elas terminam por direito ou por fato, né?! E  
765 pelo que se depreende a relação conjugal ela terminou de fato com o término dos vínculos  
766 afetivos e conseqüentemente cada um está levando a sua vida. Está certo que se discute  
767 patrimônio com o fim de uma relação mais o... se quando o casal separou não existia  
768 qualquer patrimônio, este patrimônio que está surgindo agora ele é fruto de uma  
769 indenização, de um empreendimento que surgiu posterior ao término da relação. Eu estou  
770 querendo entender que não se justifica essa senhora ter o 50% do patrimônio. Mais isso aí  
771 é uma questão só jurídica que eu estou apontando não é?! É... esse é um aspecto. O outro  
772 aspecto, tá certo. Vai partilhar o bem. O bem será partilhado... a construção de uma casa  
773 para este cidadão será construída onde? Em imóvel dele? Isso também não ficou  
774 esclarecido. E no que diz respeito à procuração é... de fato eu olhei aqui e ela atende a  
775 especificação. **Presidente:** ok. É Nívia, você poderia, por favor... nós temos  
776 questionamentos de Fátima e de conselheiro Volney. **Conselheira Nívia:** eu vou pedir a  
777 conselheira Rosalice que... desculpe. A técnica do CEAS Rosa, Rosalice que acompanha  
778 desde o início a avaliação, o monitoramento né, lá no município ela tem um conhecimento  
779 mais anterior a está equipe que esteve lá na semana passada que vai ter condições de  
780 responder a este questionamento do conselheiro Volney e conselheira Fátima. **Técnica**  
781 **Rosalice:** Bom dia! Eu sou Rosa, uma das técnicas que acompanhou o processo. Sobre as  
782 pessoas com deficiência Volney, segundo informações no conselho municipal de Carlos  
783 Chagas e Pavão que vem monitorando este processo desde sua implantação, eles  
784 informaram que as pessoas com deficiência são beneficiadas do BPC e elas não quiseram  
785 ir trabalhar lá que é um direito deles. Então, estas que estão contratadas é porque elas se  
786 candidataram, passaram por todo um processo de avaliação e foram contratadas. Então,  
787 realmente, não houve interesse por parte deles. Tá respondido? Fátima, sobre as casas  
788 quilombola, essas antigas casas deles né, elas ficam uma área de preservação permanente  
789 e nessa área eles não podem residir, porém eles podem continuar plantando indo nas casas  
790 por serem muito antigas eles vão preservar a construção das casas que realmente é uma  
791 característica de casas dos quilombolas. Então, eles vão preservar as casas e eles podem  
792 até utilizar, porém como fica em uma área de preservação permanente o empreendedor  
793 teve que realocar essas famílias. As famílias ganharam as casas novas, mas a horta  
794 comunitária, a horta individual deles, as plantas, as árvores vão continuar lá. Se eles  
795 quiserem, eles podem continuar usando não vai ser destruído nada. É por isso, porque fica  
796 em uma área de preservação permanente e nessa área não pode haver construção. É... eles  
797 tem de ser indenizados, serem realocados por estarem em área de preservação permanente.  
798 Entendeu? **Presidente:** ok. Eu quero... as inscrições dos conselheiros já foram vencidas.  
799 Questiono se existe mais alguma. Não. Ok. Só um minutinho, por favor. Eu vou passar. Já  
800 tem duas inscrições da plenária e eu vou passar logo em seguida. É... eu queria... pois não

801 conselheiro Márcio. **Conselheiro Márcio:** é... a contribuir uma questão que o Marcelo  
802 levantou em relação a questão da moradia do sr. José Adão. O que consta né, e o que o  
803 conselheiro aqui compreendeu é que existia sim um imóvel da família que são residentes  
804 em Conselheiro Pena. Esse imóvel ele foi adquirido ainda quando havia relação conjugal.  
805 Então existe ai uma questão talvez de um bem que está no processo ai dessa separação.  
806 ok? **Presidente:** ok. Sendo assim, vencida as inscrições dos conselheiros, eu quero clarear  
807 mais uma vez não só para os conselheiros como todas as pessoas que estão presentes que  
808 essa votação é nominativa e, portanto, existe a recomendação dos dois conselheiros que  
809 procederam à diligência favorável a aprovação. E, bem como a nossa conselheira relatora.  
810 Assim sendo eu inicio o processo de votação pela nossa conselheira relatora e logo em  
811 seguida eu darei sequência aos demais conselheiros. Só lembrando que eu gostaria que  
812 identificasse o nome e representação e o voto, por favor. Só se for questão de ordem  
813 porque Marcelo eu já estou no processo de inicio de votação, por favor. Pois não, pode  
814 colocar. **Conselheiro Marcelo:** Sr. Presidente é questão de ordem porque não me  
815 respondeu onde será feito o outro imóvel que será construído e que será destinado para os  
816 filhos porque é... em cima da fala do conselheiro Márcio... não é?! Existiu uma casa que  
817 era da relação próxima do casal. Agora tem uma outra casa que está sendo é construída ...  
818 que vai ser construída. A primeira vai ser reformada, a segunda vai ser construída. Então,  
819 que vai ser destinada em usufruto aos filhos. Se este imóvel é junto com a mulher ou se  
820 vai ser em outro local? Essa que é a questão. **Presidente:** conselheiro Márcio, quer  
821 manifestar? Não? Ok. Passo para técnica Paula que esteve lá conosco também. **Técnica**  
822 **Paula:** a esposa já não mora mais com ele. Ela mora na cidade com os dois filhos que ele  
823 tem. Então a casa dela vai ser reformada, ele vai continuar lá e eles vão indenizar essa  
824 parte que não está tirando nada dele hem. A empresa vai pagar um valor referente à  
825 metade para a esposa para onde ela já vive com os dois filhos que é também na cidade  
826 mais que não tem mais esse contato. Eu acho muito justo, embora o casamento tenha  
827 acabado eles têm os dois filhos ainda né que teria direito a essa herança. Isso mesmo. E a  
828 casa dele está sendo reformada e pelo que consta a casa dele está muito deteriorada né  
829 sem condições. Então essa casa estaria sendo reformada. Então são essas as informações  
830 que foram acordadas. **Conselheiro Marcelo:** Continua minha dúvida, porque são duas  
831 casas ou então pelo que eu entendi é uma casa. É a casa lá de Conselheiro Pena. Não é  
832 isso? Tá. É a casa onde ele mora com os filhos. É a casa onde ele mora... isso... mais então  
833 essa casa que será partilhado metade para a esposa. A esposa vai receber metade deste  
834 valor. Então, é uma casa só, não é duas casas como a gente estava entendendo. Então está  
835 clareado. **Presidente:** Bom eu vou abrir para o representante do empreendedor aqui para  
836 clarear mais ainda a situação. Por favor. **Representante do Empreendedor:** bom dia a  
837 todos. O meu nome é Daniel, eu represento a PCH Mucuri. Realmente a dúvida do senhor  
838 procede. São duas casas. O empregador, o ex-patrão, vai dar além da indenização que já  
839 lhe pagou 18 mil Reais, está construindo uma nova casa para ele. E ele com a esposa têm  
840 uma casa que está muito deteriorada, como a senhora falou. E essa casa está sendo  
841 reformada. Nós estamos pagando aluguel para ele enquanto reformamos a casa. Fazendo  
842 uma casa nova basicamente. Temos que pagar metade para a esposa dele e colocar no  
843 nome dos filhos deles com usufruto para ele. Ele vai alugar a outra casa nova. São duas  
844 casas. **Presidente:** ok. Obrigado pela contribuição Daniel. Eu penso que isso clareia o  
845 anseio e a angustia do conselheiro Marcelo. Dá por satisfeito? Eu volto a perguntar aos  
846 meus pares conselheiros se estão satisfeitos, tem alguma manifestação a fazer. Eu vou pro  
847 processo de votação. ok. Conselheira Nívia, por favor. Identificando, nós temos como  
848 praxe identificar nome e a representação para a degravação. Mais aqui é voto nominal,  
849 cada um, por favor, manifeste o voto. **Votação Nominal:** Conselheira Nívia representação  
850 governamental pela aprovação; Conselheiro Geraldo representando o Sindicato dos

851 Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas, pela aprovação;  
852 Conselheiro George – Conselho Municipal de Assistência Social de Lagoa Santa, pela  
853 aprovação; Mauro Alves representação de usuários da Associação de Quilombola de Santa  
854 Cruz, pela aprovação; Márcio Caldeira representante da sociedade civil Associação  
855 Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte, pela aprovação; conselheira Tanit,  
856 governamental pela Secretaria de Saúde, pela aprovação; Júlio, Instituto Sacramentinos  
857 Sociedade Civil, pela aprovação; José Fernando representado os conselhos municipais de  
858 assistência social de Cataguases com a relatora; Ana Paula governamental representando  
859 os conselhos municipais, conselho de Belo Horizonte, pela aprovação; Marcelo Armando  
860 representado o conselho de serviço social pela categoria de trabalhadores no Ceas, pela  
861 aprovação; Cristiane representante da sociedade civil Inspetoria São João Dom Bosco com  
862 a relatora. **Presidente:** ok. Fica, portanto, deliberado a aprovação da PCH relatada pela  
863 conselheira Nívia, por unanimidade. Eu queria fazer algumas considerações e me permitir  
864 aqui deixar para fazê-las logo em seguida. Dizer que os questionamentos dos conselheiros  
865 são todos com vista a preservar a proteção social. É dizer que os conselheiros aqui eles  
866 manifestam sempre pensando no princípio da justiça, conforme eu já disse antes. E a  
867 nossa compreensão e aí serve para as pessoas que estão aqui representando o  
868 empreendimento já vi que as meninas, as jovens que estão aqui elas... é importante elas  
869 tenham essa compreensão que parte da manifestação dos conselheiros, porque a nossa  
870 visão vai para além né da situação atual. Então, quando a gente coloca uma situação de  
871 um drogadito ainda que droga lícita no Brasil que é o álcool é uma situação de momento é  
872 importante que a gente saiba entender que a consequência dela pode gerar novos  
873 problemas. Então, a nossa visão vai para além. Então, é essa visão que a gente quer e  
874 espera que os empreendedores tenham. E eu quero ainda manifestar porque nós temos  
875 aqui representantes de municípios que têm outros empreendimentos e para nossa tristeza  
876 são pessoas que ainda representa os empreendimentos que têm essa compreensão. Então,  
877 neste caso específico dessa PCH, houve uma negociação bastante rápida agora no final  
878 dos tempos em função de uma visão da necessidade de estar canalizando a água para a  
879 barragem em função do ciclo da chuva, senão nós perderíamos não um mês ou dois, mas 1  
880 (um) ano. Então, o novo ciclo de enchentes deveria ser só no próximo ano. Então haveria  
881 um prejuízo grande para ambas as partes. E sendo assim todo o processo... agora  
882 finalmente foi feito em um tempo recorde. Mais o que eu quero ressaltar é quando existe a  
883 necessidade o colegiado está pronto para fazer. O gestor enquanto Secretaria de Estado  
884 através da nossa vice-presidente na condição de subsecretária de estado também cumpriu  
885 seu papel em tempo recorde inclusive ferindo algumas regulamentações internas do órgão  
886 gestor para fazer valer a necessidade dessa urgência. Mais, no entanto, o mais importante  
887 para nós que fica registrado é a vontade que houve do empreendedor em compreender o  
888 processo e assumir as responsabilidades que são suas por consequência. Eu digo que são  
889 suas por consequência. Porque você pode perguntar: “o que quê eu tenho haver com  
890 alguém que queira ingerir o álcool, não é?! E promover não só a sua doença como também  
891 a degradação da família quando ele perde o equilíbrio e passa a atuar de forma não  
892 equilibrada”. Ha tem muito haver. Tem muito haver. Porque isso é uma consequência que  
893 nós vamos ter para a sociedade que fica lá. Então, daí houve até essa compreensão,  
894 quando a conselheira Fátima levanta essa questão “eles vão poder usar a casa, então,  
895 porque mudou?” Não. Existe todo um processo tecnicamente comprovado. A área de APP  
896 não é uma área para se morar, não é uma área de preservação, no entanto, também foi  
897 preservado o lado sentimental daquelas pessoas atingidas que vão poder voltar ao seu  
898 ambiente que morou durante longos anos para promover de repente a plantação, para  
899 matar a saudade etc., já que o dinheiro não consegue ressarcir esse sentimento que foi  
900 violado, por própria natureza não porque os empreendedores quiseram. Então, esses

901 comentários rápidos mais só para deixar claro da manifestação dos conselheiros são  
902 sempre com essa visão. Eu fico feliz em saber que houve unanimidade na votação, porque  
903 houve e quando existe essa compreensão empreendedor e essa relação a gente espera que  
904 isso possa espelhar e radiar para outros empreendimentos onde a gente tem problemas  
905 vários por falta de vontade do empreendedor em querer assumir esse papel. E isso, a gente  
906 não tem nada contra ao empreendimento, nós já dissemos isso, mais nós queremos  
907 preservar a situação de vulnerabilidade social dos atingidos. ok?! Então, agradeço a  
908 representação dos empreendedores que tiveram aqui e pode inclusive colaborar conosco.  
909 Nós temos a inscrição também do nosso companheiro, por favor, pode se manifestar. **Não**  
910 **identificado:** é... bom dia né. Me preocupa né o pessoal de Cataguases, não veio quase  
911 ninguém aqui né?! Não vejo. Dos atingidos. Governo tem, mas atingidos não estou vendo.  
912 Não é?! Está difícil você discutir, não é?! Sem os atingidos. Aqui, o meu repudio não é.  
913 Que não foram convocados os atingidos. Eu cheguei de Juiz de Fora, sou do comitê  
914 central popular dos formadores de catadores de papeis, moradores de rua, sem teto e sem  
915 terra. Eu participo do movimento de Juiz de Fora e estou vindo para cá. Na luta dos  
916 atingidos por barragem. Nós vamos formar os atingidos pela barragem Cataguases. Nós  
917 vamos formar. Vamos trazer o pessoal do MAB para a gente discutir aqui Cataguases e  
918 região. Não vejo Muriaé, não estou vendo Guidoval, não estou vendo Miráí, esse pessoal  
919 foram atingidos. Nós não... Acho que o pessoal está aqui. Eu queria dar parabéns ao  
920 pessoal Mauro do Quilombola que lá foi é... foi as indústrias desenvolvendo no local mais  
921 aqui está sendo atraso. As enchentes de Cataguases está tirando o pessoal, os moradores  
922 de Cataguases. Entendeu? Os moradores estão querendo distância de Cataguases por  
923 causa das enchentes. Todo o ano o presente de natal para Cataguases é enchente. O povo  
924 de Cataguases não agüenta mais enchentes. Isso é fábrica de enchentes em Cataguases e  
925 região. Estou falando porque minha família é atingida. Não estou falando porque vim falar  
926 na televisão, entendeu?! Então eu estou aqui como atingido das barragens também. Não  
927 estou proseando né?! A fala fácil não. Então aqui de lutador do povo, sou lutador do povo.  
928 Habilito nessa área desde 1980. Conheci o Sr. Garcia, o Sr. Deve conhecer o Sr. Garcia  
929 em BH, foi meu amigo, parceiro de luta, né?! Então, eu queria um repudio que não foram  
930 convocados os atingidos da Barragem de Cataguases. Eu não vi ninguém atingido  
931 manifestar aqui. Não vi ninguém, eu queria ver. Eu queria ver o pessoal atingido. O  
932 pessoal aqui fizeram um BO para receber um dinheiro. Cadê o dinheiro do BO que  
933 fizeram ai? Cada povinho foi fazer o seu BO. O dinheiro veio foi para prefeitura. Cadê  
934 esse dinheiro? Foi para onde? O bolso de quem? Aqueles pessoal que perderam casa,  
935 móveis, né?! Nós queremos saber para onde ta... o BO. Então, Cataguases virou fábrica de  
936 enchentes. Todo ano é enchente. Todo ano. Temos que acabar com isso. Trazer o pessoal  
937 da universidade de viçosa, de Juiz de Fora, de Belo Horizonte, vamos discutir. Vamos  
938 acabar com as enchentes aqui. Vamos diminuir as enchentes. Não é acabar não, é  
939 diminuir, que não existia isso. É todo ano agora. Então, eu acho que está na hora do  
940 Governo do Estado vim, a Defesa Civil, o pessoal do Ministério Público, chegar junto.  
941 Não deixar só para a gente não, porque esse povinho aqui não pensa muito não. Eu digo  
942 povinho atingido não está pensando muito não. Então, nós temos que vir para cá para  
943 ajudar, para orientar esse povo. Muito obrigado, um abraço! **Presidente:** ok, obrigado  
944 pela manifestação. Eu quero aqui registrar que sua fala ontem já foi registrada,  
945 devidamente registrada nós estamos atentos a essas questões e com certeza haverá assim,  
946 por consequência, ações em função dessa situação denunciada. Conselheiro José  
947 Fernando, por favor. **Conselheiro José Fernando:** só a título de esclarecimento, né, para  
948 o nosso convidado ai. É importante essa discussão que você trás desde ontem né. Mais  
949 assim comungar com todos vocês que nesse processo de Barragem, eu não estou falando  
950 das anteriores, eu estou falando dessa gestão né, enquanto eu como secretário de

951 assistência social e conselheiro estadual posso esclarece a todos vocês que nessa  
952 construção da Barragem de Braúnas, nós inclusive como Conselho Estadual, né meu  
953 amigo, nós estivemos *in loco*, né, discutindo sim com os conselhos municipais de  
954 Cataguases, de Laranjal, de Recreio, de Leopoldina e também, com a comunidade local,  
955 com os atingidos. E todo esse processo de Braúnas falando dos demais que nasceram e  
956 ocorreram antes da gestão ao que eu faço parte dela. Agora só a título de esclarecimento,  
957 tá. E estamos em fase final colocado, colocado pela liderança comunitária, estiveram  
958 conosco em Laranjal para a discussão com os atingidos sobre a Barragem de Braúnas, o  
959 secretário de Laranjal, inclusive, está aqui conosco né, para realmente reforçar e reportar  
960 como essa discussão né vem sendo trazida junto com os atingidos. E ai não é demagogia  
961 não. Nós assentamos com mais de 150 usuários numa plenária à tarde e ouvimos eu o  
962 presidente de está aqui, a presidente dos conselhos municipais desses municípios, com  
963 cada um deles. E dentro do que a lei determina dentro do que, né, a pactuação entre o  
964 empreendedor e esses conselhos e os seus municípios realmente concordaram sobre esse  
965 plano, sobre essa PAS e sobre essa comunidade, eu falo com muita competência de que  
966 estamos finalizando esse processo de discussão e de direitos. Quanto aos outros  
967 empreendimentos, na nossa região, que nasceram, inclusive, anteriormente a existência da  
968 Lei, né, que o Estado depois regulamentou, e que já nasceram, inclusive antes, né, dá  
969 nossa gestão, que impactam e que vem realmente sobre a questão da ... do fluxo de água  
970 que muitas das vezes é discutido. O que neste governo ao qual eu, enquanto gestor, faço  
971 parte e posso também dividir com todos vocês é o seguinte não se tinha plano de  
972 contingência em Cataguases, ou seja, a água quando vinha ela... os moradores e a política  
973 pública de Cataguases que sabia e era avisado quando ela entrava dentro das casas. Hoje  
974 não, hoje a gente tem estartado através do controle de meteorologia do Estado a seds e a  
975 central de Belo Horizonte seis meses antes a gente sabe qual é a região que será atingida.  
976 Eu estou falando do Plano de Contingência para com os usuários e cidadãos de  
977 Cataguases. Agora, em relação à moradia que você falou, né, que não é o fato de estar  
978 próximo ao rio que justifica o atingimento. Isso é contraditório, que realmente foram  
979 construídas casas antes desse Governo em inúmeras outras administrações, não  
980 respeitando uma lei ambiental que era de sessenta (60) e que agora não é a ferro e fogo  
981 que você chega a um morador, um cidadão que está à margem do rio e simplesmente seja  
982 por São Pedro, ou seja, por usina, ou seja, por qualquer fator que você consegue mesmo  
983 tentando sensibilizá-lo de tirá-lo de uma história que é enraizada ao longo desse rio.  
984 Agora, não estamos de braços cruzados. Se hoje nós temos junto ao programa Minha  
985 Casa, minha vida a construção de 464 apartamentos, os primeiros a subirem para esses  
986 empreendimentos serão aqueles que este governo, que nesta gestão ao qual eu faço parte  
987 dela estarão lá respeitando, primeiro, zona de alagamento daqueles que quiseram sair, que  
988 eu não posso obrigar a ninguém a sair de lá. O direito de ir e vir, deixa eu só responder por  
989 que você provocou e a gente tem que colocar o seguinte: Cataguases está de braços  
990 cruzados? Não está. Mais se passaram inúmeras administrações e não fizeram correção.  
991 Eu estou apontando o quê que a nossa administração, o quê que eu enquanto secretário de  
992 assistência social, o quê que eu enquanto conselheiro do estado estou articulando para  
993 mudar essa história, mais não há passe de mágica. Eu quero aqui dividir com todos vocês  
994 uma grande dificuldade que o município enfrentou, que foi o primeiro município que  
995 mandou realmente os dados para o seu Avadan, né, junto ao Governo Federal e o cartão  
996 Bolsa Situação Emergencial não foi liberado para nós. Então, é muito fácil apontar as  
997 fragilidades e as críticas. O difícil, né, o que a gente não vê é essa discussão lá na gestão  
998 conosco, é lá no executivo conosco para saber em que ponto... em que apontamento de  
999 dificuldade a gestão vem enfrentando por não ser da política nacional. E agora eu vou  
1000 fazer essa defesa. Tem tudo isso que a gente enfrenta. A gente pode tentar fazer um

1001 excelente, uma brilhante gestão mais tem um fator político que infelizmente nesse país  
1002 ainda nos impede de caminhar. Mesmo a gente tentando fazer uma gestão, claro que cada  
1003 um de nós temos a nossa bandeira, o nosso partido. Mais mesmo a gente fazendo e  
1004 tentando fazer uma gestão para todos independente de quem é A, B, C ou D, porque nós  
1005 estamos num momento de Cataguases de fazer uma gestão para todos. Eu não olho quem  
1006 votou, quem é de bandeira A, B ou C, mais infelizmente nós, em algumas situações, não  
1007 estamos recebendo essa co-participação daqueles que estão em instâncias maiores e que  
1008 não comunga da nossa bandeira partidária. Agora se você for buscar nos Autos do  
1009 Ministério das Cidades e da Integração você verá que os documentos de Cataguases estão  
1010 todos plausíveis não faltou uma certidão sequer e um dado sequer. Aí eu tenho que dividir  
1011 com você e com todos vocês aqui presentes. Tem essa dificuldade. Agora os apartamentos  
1012 serão entregues, mais 950 casas serão trazidas respeitando esse critério. Mais os meus  
1013 técnicos e assistentes sociais estão aqui que não sou eu que vou lá divulgar e conversar  
1014 com essa família. Muitos recebem definitivo e eles assinam até declaração que eles não  
1015 vão para o apartamento, não vão para nenhuma casa e que vão continuar recebendo a água  
1016 na beirada do rio. E aí companheiro? Vamos acionar o Ministério Público para ir lá e  
1017 matar uma raiz dessa família, dessa existência, se ele historicamente viveu e saiu dessa  
1018 enchente mais ele tem o habitat dele, ele tem enraizado o desejo de morar ali? As coisas  
1019 não são muito fáceis assim não. Não tem ninguém de braços cruzados não companheiro.  
1020 Não tem ninguém aqui omissos, deixando todo mundo ir por água abaixo e que por sinal  
1021 não houve absolutamente nenhum óbito em Cataguases. Agora nós temos que falar de  
1022 gestão, nós temos que conhecer a operacionalização da gestão. Sinto muito, infeliz aí da  
1023 sua saída né, porque eu acho que é momento de você entender o processo e divulgar nas  
1024 bases. O quê que os usuários estão recebendo e que você vai levar para eles que a gestão  
1025 está fazendo. Você não vai ouvir? Você não vai levar? E aí são, às vezes, né, dentro do  
1026 processo, só para justificar, pessoas dessa forma é que dificulta o processo andar, porque  
1027 era hora dele estar entendendo o processo, gente espera aí. Vamos lá. Se você fez sua  
1028 inscrição nesse empreendimento, vamos buscar para a próxima; e não é isso que acontece.  
1029 Então eu queria só externar isso para vocês e dizer que nem um (1) centavo do Governo  
1030 Federal chegou para nós além dos co-financiamentos que nós temos, tá?! Com todo o  
1031 respeito foi uma das primeiras cidades que processou o seu Avadan e não obtivemos  
1032 resposta do porque que o nosso cartão, né, não realmente caiu até ontem, um (1) centavo.  
1033 Então realmente Cataguases enfrentou em janeiro de 2012 foi resolvido com receita  
1034 própria e com os parceiros que nós temos, né, no processo de doação, né, que realmente  
1035 não nos furtou apoio, né e solidariedade; e haja vista a SEDESE, né, que foi a primeira a  
1036 ligar e fazer contato para que na condição em que nós estávamos ela pensava que  
1037 estávamos ilhados completamente e que precisava mandar os técnicos para cá. Eu fiz o  
1038 agradecimento que diante o que Cataguases né passou e Guidoal, Guidoal precisou,  
1039 primeiramente, sem sombra de dúvidas, do apoio do Governo porque aqui nós estávamos  
1040 alagados foi tal qual a enchente de 2008 mais estávamos preparados. Completamente  
1041 diferente do governo quando entramos e que havíamos, na administração anterior,  
1042 recebido uma avassaladora enchente, mais sem preparo. Todo mundo correndo para todos  
1043 os lados, ninguém tinha onde abrir abrigo, onde fazer o nada porque não tinha startado.  
1044 Aliás, não tinha ainda construído o governo um plano de contingência, que hoje o  
1045 município de Cataguases tem. Então, eu quero pedir desculpas a vocês pela colocação  
1046 mais a gente tem que esclarecer como é que funciona, né, e como é que está o campo  
1047 desses atingidos, desse usuários da cidade de Cataguases e é essa a realidade. Agora eu  
1048 fico triste que se eu estivesse falando alguma mentira aqui a que pudesse ter me  
1049 corrompido o convidado não teria saído, teria debatido comigo e prosseguido a discursão.  
1050 Muito obrigado a todos vocês e desculpem. **Presidente:** obrigado conselheiro Fernando.

1051 Eu quero aqui me permitir fazer dois rápidos comentários dessa situação. Primeira delas é  
1052 o seguinte: nós temos procurado a disponibilizar fala a quem quer que manifestar e isso  
1053 foi feito na planária e houve inscrição do nosso companheiro, ele já tinha feito uma  
1054 manifestação ontem e nós inclusive já tinha dito para ele que estaríamos encaminhando.  
1055 Porque existe todo um processo atrás disso. Essa tratativa a gente conhece bem de perto.  
1056 Inclusive eu já estive aqui próximo a cada um deles com manifestação varias. Não é?! É...  
1057 aí no entanto não era o momento de debate, de entrar no detalhamento. Nos entristece  
1058 mundo quando a gente vê duas denúncias dessa natureza e eu quero ter aqui ter na fala do  
1059 conselheiro Fernando uma denuncia. Quero que meus pares aqui compartilhem disso. A  
1060 primeira do nosso, do atingido e beneficiário que aqui ele esteve nós já encaminhamos e  
1061 inclusive vamos tomar providências. Óbvio que vamos tomar providências, quais sejam.  
1062 Não é?! E aí eu quero dizer é lamentável sim quando alguém se manifesta e depois na  
1063 hora de ouvir a resposta sai. Isso não é bom. Mais também nós temos que ter a  
1064 compreensão de que de repente o alcance dele é para um debate não está nessa situação,  
1065 porque de repente para nós que somos agentes sociais e públicos a gente tem que ter a  
1066 compreensão é com quem é que a gente tá lidando, não é?! A gente... eu disse, expressei  
1067 muito acho que ontem a respeito disso nós temos que ter a essência do sentimento de  
1068 acolhida. Então, ter este sentimento para além tão somente da recepção é entender qual o  
1069 problema que aquele beneficiário carrega. E, de repente, ele carrega uma não cultura, uma  
1070 não instrução a ponto de atingir um nível de um debate. E isso também nós precisamos  
1071 levar, uma instrução até ele, porque se assim é ele se prepara para ser uma liderança ou  
1072 não será uma liderança de fato. Nós queremos sim que os atingidos debatam conosco mais  
1073 de uma forma ordeira, uma forma equilibrada. E nem sempre nós estamos preparados para  
1074 estabelecer equilíbrio de onde nós somos educados e do nosso coração de onde sai nossos  
1075 sentimentos. E, às vezes, a gente exagera um pouco e esse meu equilíbrio trás uma não  
1076 discussão e aí a não compreensão que a gente precisa estabelecer de uma forma  
1077 equilibrada a Proteção Social Básica. A outra que eu queria dizer, é que quando o  
1078 conselheiro Fernando faz aqui é uma denúncia e isso a gente tem batido eu  
1079 particularmente em todo o espaço que estou no Nacional não me furto a colocar essa  
1080 verdade e a verdade com muita transparência, sem medo de ser feliz. Como dizia nosso  
1081 querido e saudoso Raul Seixas “querer o meu não é tomar o seu”, não é?! Então, eu diria o  
1082 seguinte: que quando existe essa denúncia para nossa tristeza e lamentável, eu quero para  
1083 que fique registrada em ata, que a política partidária entre para o nosso espaço que é um  
1084 espaço próprio de política pública. Quando vêm alguns oportunistas de plantão e traz essa  
1085 politicagem aqui para dentro para falar que vai atender o município A ou B porque faz  
1086 parte do meu partido. Eu quero dizer que na nossa visão de política pública a nosso  
1087 política pública é permanente e precisa necessariamente perpassar por quatro ou oito anos  
1088 de mandato de governo. O que não dá para um governo é assumir e achar que vai  
1089 favorecer tão somente os seus pares, aí é politicagem. Aí é politicagem pura e isso nosso  
1090 espaço nós não podemos permitir e precisamos denunciar sim fazer essa negociação essa  
1091 discussão no nosso colegiado para fazer uma manifestação. Não é possível que agora por  
1092 questões partidárias nós vamos estabelecer limitações para os beneficiários, como se dor  
1093 de barriga de crianças e adolescentes de beneficiários da política pública de assistência  
1094 tivesse fronteira ou fosse de bandeira política partidária. E isso nós precisamos manifestar.  
1095 Não é possível. Nós não precisamos ter bandeira para a política, para os nossos  
1096 beneficiários não. Eles estão em todas as partes e não é possível que este tipo de covardia  
1097 vai acontecer conosco. Muito bem, eu dou sequência então a nossa plenária e nós  
1098 trouxemos aqui com um carinho muito especial, com a indicação por deliberação do  
1099 próprio colegiado com muita consciência o nosso conselheiro Márcio Caldeira que é um  
1100 educador social que carrega uma larga experiência com os nossos educandos de primeiro

1101 emprego na ... obedecendo e fundamentalmente a legislação dos nossos adolescentes. É  
1102 que promovemos, conseguimos promover uma inclusão social através de dar a eles a  
1103 oportunidade no mundo do trabalho. E assim sendo o conselheiro Márcio vai falar para a  
1104 gente a próxima temática que é a sequência do nosso programa, depois da inversão de  
1105 pauta que vai falar sobre os informes e vai trazer para nós algumas novidades que os  
1106 representantes dos municípios fiquem atentos, nós temos algumas datas para cumprir para  
1107 não perder os benefícios. Desculpe né, eu estou avançando no nosso programa e nós  
1108 temos PCH Oliveira, mais de qualquer maneira está com o conselheiro Márcio. É... nós  
1109 temos a relatoria da PCH Oliveira e logo em seguida nós vamos para o próximo ponto de  
1110 pauta que é este que acabei de falar. **Conselheiro Márcio:** TERMO DE RELATORIA - I  
1111 – Identificação do processo: Nome do conselheiro-relator: Márcio Caldeira; Identificação  
1112 do processo: Nome do empreendimento: PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA  
1113 – PCH OLIVEIRA; Nome do empreendedor: LUZBOA S.A; Responsável pela  
1114 elaboração do PAS/BARRAGEM Luiz Antonio Vaz Braga Rolla; Municípios envolvidos:  
1115 Oliveira; Tipo do processo (Apreciação do PAS/BARRAGEM/comprovação de  
1116 implementação/denúncia): Apreciação do Relatório de Execução do Plano de Assistência  
1117 Social – PAS da Pequena Central Hidrelétrica Oliveira. Data do recebimento do processo:  
1118 14/09/2010; II – Diligências: Foram solicitadas diligências e a justificativa dessa  
1119 solicitação foi a concessão de Licença de Operação sem a comprovação da implementação  
1120 do Plano de Assistência Social – PAS. 3) Análise do resultado: Eu tentei aqui ser  
1121 bem breve nessa análise para colocar os pontos que foram deste processo. Tentando fazer  
1122 um resumo dele. Bom, o Plano de Assistência Social da Pequena Central Hidrelétrica –  
1123 PCH de Oliveira foi encaminhado ao CEAS, em dezembro de 2004, pelas Centrais  
1124 Elétricas da Mantiqueira S.A, que a época era o empreendedor responsável pela  
1125 construção, para análise; neste constou que a implantação desta PCH atingiria o município  
1126 de Oliveira, distrito de Morro do Ferro, no mesmo sítio onde operou uma Usina até a  
1127 década de 80, à época conhecida como Usina do Jacaré, tendo sido construída em 1910.  
1128 Desta forma, trata-se da reativação de um empreendimento existente, porém com  
1129 capacidade de geração ampliada de 800kw para 2800kw. Em fevereiro de 2006, foi  
1130 protocolado no CEAS adendo, com informações complementares solicitadas por meio do  
1131 Ofício OF/SEDESE/SUBTAS/Nº228/05, datado de 28 de novembro de 2005; Aprovado  
1132 em 25/07/2006, por meio da Resolução 112; Em 22/07/2010, protocolado Relatório de  
1133 Atividades do Plano de Assistência Social – PCH Oliveira referente ao período de  
1134 08/07/2009 a 09/12/2009; Em 07/07/2010, o Conselho Municipal de Assistência Social de  
1135 Oliveira, encaminhou correspondência eletrônica ao CEAS solicitando informações sobre  
1136 o processo da referida PCH no Conselho Estadual; Em julho de 2010, mesmo sem  
1137 aprovação do CEAS da execução do PAS, o COPAM concedeu “ad referendum” a  
1138 Licença de Operação para a PCH Oliveira; A PCH Oliveira esta sobre a responsabilidade  
1139 da SUPRAM/Sul de Minas, em 02/08/10 a PCH Oliveira, foi pauta da reunião do  
1140 COPAM e durante a 151ª Plenária Ordinária do CEAS, em 27/08/2010, foi deliberada  
1141 visita de fiscalização de Conselheiros e técnicos ao município para verificar junto ao  
1142 CMAS a situação apresentada – ocorreu em 14/09/2010, que foi este conselheiro quem  
1143 promoveu; Em 31 de agosto de 2010 foi encaminhada correspondência ao Procurador  
1144 Geral de Justiça, Dr. Alceu José Torres Marques. Em 14/09/10, o empreendedor  
1145 protocolou no CEAS documento intitulado “Relatório de Comprovação da Implantação  
1146 das Ações Propostas”, que conforme análise técnica não apresentou informações  
1147 suficientes que comprovassem a implantação do PAS; Na reunião no município de  
1148 Oliveira, no dia 14/09/10, com o CMAS local, foi solicitada a Assistente Social, que  
1149 trabalhou para o empreendimento, que a empresa responsável pela construção da usina,  
1150 encaminhasse ao CEAS um relatório final das ações propostas no PAS, bem como as

1151 atividades realizadas pela equipe do Posto de Atendimento Social, com o local de seu  
1152 funcionamento; Durante a mesma reunião o CMAS de Oliveira apresentou parecer sobre a  
1153 implantação da PCH Oliveira; Na visita realizada em 14/09/2010, destacou-se que: O  
1154 CMAS de Oliveira desconhecia a complementação do PAS aprovado em fevereiro de  
1155 2006. As ações do empreendedor foram acompanhadas de acordo com PAS de 2005 sem  
1156 as devidas complementações solicitadas pelo CEAS/MG; O profissional foi contratado no  
1157 período de julho a dezembro de 2009. Realizou as visitas em todas as propriedades  
1158 atingidas, e teve como embasamento para o seu trabalho o PAS de 2005; O CMAS  
1159 acompanhou as atividades da profissional de assistência social que apresentava os  
1160 relatórios das visitas e atividades realizadas, nas plenárias do conselho; O CMAS  
1161 desconhecia que era de responsabilidade do empreendedor o envio do relatório final ao  
1162 CEAS, para a comprovação da implantação do PAS, como um dos requisitos para a  
1163 obtenção da Licença de Operação. Durante a 152ª Plenária Ordinária do CEAS em  
1164 17/09/2010, foi deliberado o envio de correspondência ao COPAM para reiterar  
1165 solicitação de agendamento de reunião sobre a concessão da Licença de Operação  
1166 concedida “Ad Referendum” a PCH Oliveira. Em 30/09/2010, protocolado no CEAS  
1167 cópia do OF.SUPRAM SM Nº 1894/2010, pela SUPRAM Sul de Minas. No referido  
1168 ofício, encaminhado originalmente para o Procurador Geral de Justiça, a Supram Sul de  
1169 Minas, esclarece os motivos que levaram a Superintendência a elaborar parecer único  
1170 sugerindo o deferimento da LO sem a manifestação do CEAS sobre a implantação do  
1171 plano de assistência social, destacando-se: A solicitação de LO da PCH Oliveira foi o  
1172 primeiro processo de empreendimentos hidrelétricos analisados pela equipe da SUPRAM  
1173 SM; Durante a análise foi verificado o efetivo cumprimento do que consta das  
1174 licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados  
1175 para a operação do empreendimento. Em consulta ao parecer técnico e jurídico da LI  
1176 verificaram que não havia menção ao PAS; Como o empreendimento em tela se tratava de  
1177 reativação de uma PCH antiga e as estruturas construídas (barramento, canal de adução,  
1178 conduto forçado, chaminé e casa de força) já haviam sido adquiridas da Prefeitura  
1179 Municipal de Oliveira e que, as áreas do reservatório e suas respectivas áreas de  
1180 preservação permanente foram instituídas servidões, julgaram que não foi exigido à  
1181 apresentação da aprovação do PAS na LI, uma vez que não havia população atingida pelo  
1182 reservatório. Em 17/02/2011 o empreendedor atendendo ao ofício nº 113/CEAS/10,  
1183 datado em 27 de dezembro de 2010, protocolou Relatório Complementar de Comprovação  
1184 da Implantação das Ações Propostas no Plano de Assistência Social – PAS PCH Oliveira.  
1185 No adendo ao PAS, protocolado no CEAS em fevereiro de 2006, aprovado pelo CEAS,  
1186 foi definido que o empreendedor contrataria um assistente social, antes do início das  
1187 obras, que este profissional deveria estar alocado na Gerência Ambiental do  
1188 empreendimento, não havendo a necessidade de instalação de um Posto de Atendimento  
1189 Social para este empreendimento. O qual se responsabilizaria pelo acompanhamento da  
1190 implantação do empreendimento no que tange à questão da negociação com proprietários,  
1191 contratação de mão-de-obra e de fornecimento de informações a população diretamente  
1192 afetada e do entorno. Ainda, que o Posto de Atendimento Social funcionaria  
1193 conjuntamente com a gerência ambiental de campo. Atividades que constaram nos  
1194 relatórios: - Início das atividades 09/07/2009, com carga horária de oito horas diárias; -  
1195 realização do diagnóstico social, por meio das primeiras visitas domiciliares às famílias  
1196 residentes nas propriedades da Área Diretamente Atingida, em julho de 2009: - reuniões  
1197 com o CMAS; - desenvolvimento das atividades e cumprimento das metas previstas no  
1198 Plano de Ação, que foram concluídas no final do mês de dezembro de 2009: Visitas  
1199 domiciliares as famílias atingidas, com desenvolvimento da escuta participativa,  
1200 orientações gerais sobre educação sanitária e ambiental, monitoramento das repercussões

1201 de empreendimento e desenvolvimento das demais ações de assistência social planejadas;  
1202 Atividades junto às Comunidades do município, sobretudo no distrito de Morro de  
1203 Ferro (localizado no entorno do município): reuniões com os familiares para divulgação e  
1204 explicação sobre a re-implantação da PCH Oliveira, palestras educativas nas escolas  
1205 estaduais e municipais sobre os temas associados ao empreendimento; apoio no  
1206 planejamento e execução das visitas guiadas ao local da PCH, envolvendo alunos das  
1207 escolas públicas e também do PETI. Identificação e acompanhamento de um Portador de  
1208 Necessidades Especiais, pertencente a uma das famílias residentes nas propriedades da  
1209 ADA. Para esta pessoa houve encaminhamento à APAE e sua matrícula para participar de  
1210 atividades de reinserção social através das oficinas de convivência; Atividade de geração  
1211 de renda para a mão de obra feminina, fortalecimento da socialização e melhoria da auto-  
1212 estima das mulheres das famílias residentes nas propriedades da ADA, através da  
1213 realização de oficina de arte; Pesquisa e cadastro da mão-de-obra masculina das famílias  
1214 locais e encaminhamento das fichas cadastrais à Luzboa, para contratação na construção  
1215 do empreendimento; dentre outras; Considerando todo o exposto, o CEAS encaminhou,  
1216 em dezembro de 2010, correspondência ao empreendedor solicitando o envio de  
1217 evidências que comprovassem a implementação do PAS no município de Oliveira; e o  
1218 agendamento de visita e reunião com o CMAS de Oliveira. O empreendedor LUZBOA  
1219 S.A encaminhou ao CEAS novo relatório final em 17/02/2011. No dia 27/03/2012, às 13  
1220 horas, aconteceu à reunião na Secretaria Municipal de Educação, com representantes  
1221 governamentais e não governamentais do Conselho Municipal de Assistência Social -  
1222 CMAS, representantes do empreendedor, e a técnica do Rosalice Tassar e o Conselheiro  
1223 Márcio. Bom agora nós vamos partir para a parte da fundamentação do parecer. III –  
1224 Fundamentação do parecer: Objetivando oferecer subsídios ao Conselho Estadual de  
1225 Assistência Social – CEAS/MG para deliberar sobre os encaminhamentos a serem dados  
1226 referentes à implantação das ações propostas no Plano de Assistência Social (PAS) da  
1227 Pequena Central Hidrelétrica de Oliveira, aprovado pelo CEAS por meio da Resolução  
1228 112/2006, em 25/07/2006, de acordo com a competência atribuída ao Conselho pela Lei  
1229 Estadual nº 12.812 de 28/04/1998 e Lei Nº 15.012 de 15/01/2004, que recebeu Licença de  
1230 Operação, “ad referendum” do COPAM sem a comprovação do CEAS da implantação do  
1231 PAS., e pela Resolução do CEAS nº 317 de 22/07/2010, que “Dispõe sobre conteúdo e  
1232 elaboração dos Planos de Assistência Social para as pessoas de áreas inundadas por  
1233 reservatórios – PAS/BARRAGEM”, na legislação estadual vigente: Lei Nº 12.812 de  
1234 28/04/1998 e Lei Nº 15.012 de 15/01/2004. Este parecer foi pautado na análise dos  
1235 relatórios das atividades desenvolvidas propostas no Plano de Assistência Social da PCH  
1236 Oliveira aprovado pelo CEAS por meio da Resolução 112/2006, aprovada em 25/07/2006;  
1237 no parecer do Conselho Municipal de Assistência Social de Oliveira, datado em  
1238 14/09/2010, nas reuniões com o CMAS de Oliveira realizadas em 14/09/10 e 27/03/2012,  
1239 ainda na denúncia de obtenção da Licença de Operação da PCH Oliveira, junto ao  
1240 COPAM sem comprovação do CEAS da implantação do PAS. No Plano de Assistência  
1241 Social de 2006 foram previstos: Programa de Comunicação Social, Programa de  
1242 Negociação de Terras, Projeto de Aproveitamento de Mão de Obra; Programa para  
1243 Deficiente Físico, Implantação do Posto de Atendimento Social, Coleta de Lixo e Geração  
1244 de renda para mulheres; Conforme análise documental e informações do Conselho  
1245 Municipal de Assistência Social de Oliveira podem ser considerados como cumpridos:  
1246 Programa para Deficiente Físico – as atividades foram realizadas pela Assistente Social  
1247 contratada pela empresa. Pelos dados dos relatórios e informações do CMAS de Oliveira,  
1248 esta ação atendeu o proposto no PAS. Coleta de Lixo - as atividades foram realizadas pela  
1249 Assistente Social contratada pela empresa. Pelos dados dos relatórios e informações do  
1250 CMAS de Oliveira, esta ação atendeu o proposto no PAS. Geração de renda para mulheres

1251 - as atividades foram realizadas pela Assistente Social contratada pela empresa. Foram  
1252 identificados os interesses e habilidades das mulheres e realizadas oficinas para confecção  
1253 de trabalhos artesanais. Ainda criado um Grupo de Convivência com o objetivo de  
1254 fortalecimento da autoestima, socialização e gênero. Co-financiamento da matéria prima  
1255 pela empresa. Pelos dados dos relatórios e informações do CMAS de Oliveira, esta ação  
1256 atendeu o proposto no PAS. Programa de Comunicação Social – Houve elaboração e  
1257 divulgação de boletim informativo; divulgação por meio de rádio, realização de reuniões  
1258 com o CMAS, dentre outras. Programa de Negociação de Terra - No relatório de  
1259 14/09/10, constou que o empreendimento afetou terras de cinco propriedades rurais e um  
1260 estabelecimento de propriedade da Prefeitura Municipal de Oliveira, inundando área total  
1261 de 8,5 há. Ainda, que nenhuma benfeitoria foi diretamente atingida pela formação do novo  
1262 reservatório e pelas obras de readequação da infra-estrutura construtiva associada, não  
1263 tendo sido alteradas as condições e relações de produção, moradia e trabalho da população  
1264 nas propriedades da ADA; Projeto de Aproveitamento de Mão de Obra – foram  
1265 contratadas 45 pessoas do município de Oliveira. Sobre a Instalação do Posto de  
1266 Atendimento Social, vale destacar, como já descrito na análise, que no PAS foi definido  
1267 que o empreendedor contrataria um assistente social, antes do início das obras, o qual se  
1268 responsabilizaria pelo acompanhamento da implantação do empreendimento no que tange  
1269 à questão da negociação com proprietários, contratação de mão-de-obra e de fornecimento  
1270 de informações a população diretamente afetada e do entorno. Ainda, que o Posto de  
1271 Atendimento Social funcionaria conjuntamente com a gerência ambiental de campo. No  
1272 relatório de 14/09/2010, constou que foi contratada “uma assistente social” que  
1273 desenvolveu juntamente com o apoio e participação das instituições locais, o  
1274 acompanhamento às famílias residentes na ADA, implementação de ações específicas de  
1275 assistência social orientadas às principais demandas locais. Foi ressaltado no relatório de  
1276 14/09/2010 que “durante o período de implantação das ações de assistência social, essas  
1277 foram constantemente discutidas, acompanhadas e aprovadas pelo CMAS. O  
1278 envolvimento desse conselho no planejamento e execução das ações possibilitou, por sua  
1279 vez, o planejamento participativo e a legitimidade adequados á execução de ações  
1280 adaptadas á realidade social das famílias locais, o que proporcionou, em grande parte, o  
1281 êxito alcançado em termos de melhoria de suas condições de vida. (anexo ao relatório há  
1282 cópias de atas de reuniões, plano de ação e relatórios parciais e final de assistência social,  
1283 elaborados pela assistente social Mary Anne Miranda da Cruz). Durante reunião no  
1284 CMAS de Oliveira, no dia 14/09/10, conforme ata, os conselheiros municipais e a  
1285 assistente social que trabalhou para a empresa informaram que “não houve a implantação  
1286 do Posto de Atendimento Social, e o que foi feito foram as visitas domiciliares e demais  
1287 anotações em um escritório, localizado no canteiro de obras da usina”. Podendo ser  
1288 concluído sobre o Posto que este não foi instalado conforme constava no PAS, porém que  
1289 a assistente social contratada realizou as atividades proposta no Plano de Assistência  
1290 Social. IV – Parecer conclusivo: A partir de todo o exposto pode-se concluir que o  
1291 empreendedor LUZBOA S.A cumpriu com o proposto no Plano de Assistência Social da  
1292 PCH Oliveira, aprovado em 2006, sendo o parecer deste conselheiro pela aprovação da  
1293 implementação do PAS. **Presidente:** eu abro, então, para a manifestação dos conselheiros.  
1294 Conselheiro Marcelo Armando. Conselheiro Marcelo Armando: a gente viu aí que é uma  
1295 história, não é?! Que é... quero cumprimentar o conselheiro Márcio, pela brilhante  
1296 explicação que nos apresenta. E a gente... eu quero fazer é reflexões sobre essa situação  
1297 toda aí que foi demandada. Olha para você vê, em 2006 o empreendimento encaminha ao  
1298 Conselho Estadual um PAS, não é?! Um PAS, instrumento este que foi apreciado pelo  
1299 pelos técnicos ficou-se desse empreendimento de cumprir determinadas obrigações e ele  
1300 não cumpriu da forma como deveria cumprir. É... a gente assusta quando vê um órgão

1301 governamental como a SUPRAM né, seja a SUPRAM regional ou SUPRAM estadual  
1302 justificar que implementou, que aprovou a licença de operação sem ouvir o conselho  
1303 estadual, isso para mim é um engodo. Não posso aceitar que um órgão governamental seja  
1304 ele de âmbito de sede de estado como sendo também de regional. É... dizer que entendia  
1305 que não precisava de passar pelo plano de assistência social porque foi o primeiro que  
1306 fizeram então não tinham o conhecimento. Isso para mim é vergonhoso. Eu não posso  
1307 admitir este tipo de coisa por parte de um órgão governamental e vejo que hoje nós  
1308 estamos aqui para aprovar um plano de assistência social de algo que já foi, que já existe  
1309 licença de operação. Estou certo conselheiro? Eu quero é entender isso. De fato, se já  
1310 houve a licença de operação é... e nós estamos aqui hoje para consertar um erro que a  
1311 Supram cometeu. Parece que eu estou entendendo é isso. Eu sei que o nosso conselho ele  
1312 não ficou inerte a essa situação. Nós tomamos todas as medidas que eram cabíveis naquele  
1313 momento para que a Supram justificasse o equívoco, não é?! Mais é importante a gente  
1314 fazer esses alertas, essas argumentações porque nós temos que ficar atento aos interesses  
1315 do capital. Quando a gente vê situação desse tipo acontecer e a gente vê que o  
1316 empreendimento não cumpriu de fato o que ele deveria cumprir é... e nós não temos como  
1317 hoje dizer não para este empreendimento porque a licença de operação já está aí né. Já foi  
1318 instalado. Mais quando a gente vê que o conselheiro e os técnicos foram lá e verificaram  
1319 com ... mesmo com todos os equívocos que o empreendimento cometeu não é?! Ele  
1320 empreendimento também é um grande responsável no meu ponto de vista porque se ele  
1321 sabia também, sabe dos tramites de um processo de aprovação de um PAS ele deveria  
1322 muito bem ter passado pelo processo como é devido aqui junto ao CEAS. O que me  
1323 parece que não ocorreu, porque se a coisa aconteceu diretamente lá na supram é porque  
1324 ele também passou por cima do conselho estadual. É lamentável o que aconteceu, a gente  
1325 deve ficar realmente muito atento, os nossos conselheiros estaduais deverão ficar muito  
1326 atento quanto a estes empreendimentos que querem ao visto aí atender somente ao capital  
1327 diferentemente ao que ocorreu na última... nessa primeira aprovação que nós tivemos aqui  
1328 de Mucuri onde o empreendedor ele fez todo o possível, de todas as formas para poder  
1329 atender os atingidos. Lamentavelmente nós estamos em um processo atípico e espero que  
1330 seja o último que possa acontecer no conselho. **Presidente:** conselheira Cristiane.  
1331 **Conselheira Cristiane:** é... Cristiane da Inspeção São João Bosco. É fiquei com algumas  
1332 questões Márcio e gostaria de alguns esclarecimentos mais antes disso até pegando a fala  
1333 do Marcelo. É... eu fiquei aqui pensando até comentei com os colegas aqui do lado que não  
1334 é o primeiro empreendimento que a gente se depara com esta situação da Supram  
1335 conceder licença sem análise do PAS, né, quer dizer isto está sendo recorrente. E aí eu  
1336 queria consultar os conselheiros governamentais de algum tramite é... que existe dentro do  
1337 Estado né, que a gente pudesse acionar algum órgão que seja ou fiscalizador ou  
1338 controlador dessas situações ou mesmo enviar uma correspondência ao Governador do  
1339 Estado informando essas situações que não é a primeira. É... então, se tem algo  
1340 acontecendo aí que seja por falta de informação ou seja por qualquer outra situação que  
1341 não vem aqui ao caso como o Marcelo já falou não dá para a gente poder ficar aqui  
1342 aceitando as justificativas, então, que o Estado tome, né, as providências necessárias para  
1343 que todo os órgão estejam é... informados sobre esse processo. Né?! Para a gente não ficar  
1344 aqui agora corrigindo. A gente percebe claramente pela é... brilhante exposição do Márcio,  
1345 que não houve situações é... de violação de direitos. É uma PCH, uma pequena central que  
1346 não teve consequências maiores, né, em termos de violação de direitos de usuários. Isso  
1347 nos deixa um pouco tranquilos, mais e se não fosse assim, né?! Agora nós estaríamos com  
1348 um... mais um problema bastante complicado nas mãos, de inclusive ficar verificando  
1349 essas situações. Então, a primeira questão eu queria ver com Nívia e demais conselheiros  
1350 governamentais se tem algum procedimento dentro do Estado que pudesse acionar e quem

1351 sabe aí já colocando uma proposta de quem sabe uma correspondência direta com o  
1352 Governador do Estado. E a outra situação Márcio, vou até pegar aqui uma pergunta da  
1353 Ana na verdade é... se você tem informação dentro do PAS de quantos trabalhadores  
1354 foram contratados no total, porque ali falou que 45 foram contratados do local. Se esses 45  
1355 era o total de trabalhadores contratados para essa questão. E não ficou claro, talvez eu  
1356 perdi um pouco, na hora que você falou dos proprietários me pareceu que então não houve  
1357 indenização nenhuma de proprietário. É porque eu não entendi. Eu queria só que você  
1358 voltasse. Eu entendi que não foram atingidos de maneira a perder produção e tal. Mais  
1359 houve alguma perda, em termo de inundação. Só que se você voltasse um pouquinho  
1360 nessa questão desses proprietários e o quê que realmente foi feito em relação aos atingidos  
1361 diretos, tá?! **Conselheiro Márcio:** é... essa última questão Cris foram cinco propriedades  
1362 afetadas. Houve negociações diretas entre os proprietários e o empreendimento né?!  
1363 Todos eles deram uma sinalização de positivo. Estão satisfeitos com as negociações e um  
1364 desses estabelecimentos pertencia a Prefeitura de Oliveira que também foi feita a  
1365 negociação devida. Então, nesse aspecto de negociação não houve nenhuma pendência e  
1366 todos eles manifestaram satisfação pela negociação realizada. Em relação a esta ação é  
1367 importante resgatar que nas nossas memórias aí de discussão nós fizemos reuniões a qual  
1368 eu também participei junto com o superintendente da Supram né?! E que nessa reunião  
1369 com a Supram isso no ano de 2010, nos foi relatado que o órgão competente do Estado  
1370 antigamente, responsável por essas concessões era a FIAN, depois isso foi remetido para a  
1371 Supram. Outro dado é que este empreendimento quando era da Fian pertencia a um  
1372 proprietário depois foi transferido para outro. Então, essas transferências causaram essa  
1373 perda de continuidade do processo. E foi justificado pelo próprio superintendente da Fian  
1374 essa questão de que o processo da PCH de Oliveira foi o primeiro processo que a equipe  
1375 da Supram/Sul de Minas analisou. Então, eles não tinham essa expertise em relação às  
1376 condições, à condução do processo. O que não justifica o não cumprimento da legislação  
1377 que é antiga a data desse PAS. Ok?! Mais o que foi colocado para a gente é com relação a  
1378 este ... pelo superintendente. E nessa oportunidade nós tiramos uma possibilidade de  
1379 agenda do presidente do Copam, com o presidente do conselho para que essas questões  
1380 pudessem ser minimizadas e niveladas. Do ponto de vista que processos iguais a este não  
1381 viessem a acontecer. Houve a mudança de governo, houve uma descontinuidade a saída  
1382 do próprio Secretário de Meio Ambiente que é o presidente do Copam. Então, nós não  
1383 conseguimos avançar nessa relação que seria interessante a gente resgatar toda essa  
1384 memória nesse momento. **Presidente:** mais algum conselheiro inscrito? **Conselheiro**  
1385 **Márcio:** o número de trabalhadores foram 45 trabalhadores no seu total. Porque era uma  
1386 reativação, o barramento já estava feito, então, o número realmente de efetivo de  
1387 trabalhadores foi bem menor. **Presidente:** conselheiro George. **Conselheiro George:** bom  
1388 dia para todos. É o seguinte Márcio, você citou a data de 14/09 e foi projetado lá 30/09  
1389 depois você não falou mais em 30/09 poderia ter corrigido deve ser errada a data, não é  
1390 isso? **Presidente:** eu penso... eu também observei isso, mas foi só na fala dele.  
1391 **Conselheiro George:** tá. Agora, outra coisa. **Presidente:** tiver que existe algum  
1392 trocadilho na fala e na escrita. **Conselheiro George:** Tá. Tudo bem. Agora outra coisa é o  
1393 seguinte: essa PCH já existia antes? Foi reativada? É isso? Ela foi reativa com 350% de  
1394 capacidade a mais. Certo? E foi feito algum estudo a respeito disso daí, do impacto,  
1395 porque é 3 vezes mais é muito importante 3,5 mais de um impacto. É um impacto bem  
1396 considerado. Foi feito algum estudo nesse sentido? **Conselheiro Márcio:** olha eu não  
1397 posso afirmar com propriedade mais para que haja a liberação dessa licença há uma  
1398 análise feita pelas as agências competentes. Então, toda essa análise de impacto ambiental,  
1399 de viabilidade econômica, de capacidade de geração de energia elas são situações prévias  
1400 que antecedem ao fluxo desse processo. Então, eu acredito né, que essa informação de

1401 capacidade, de viabilidade, isso tudo já consta no processo que foge aqui ao conhecimento  
1402 do CEAS. Com certeza deve estar dentro dos autos na Supram. Né?! Acredito que esteja  
1403 essa informação. **Presidente:** algum outro conselheiro inscrito? Conselheiro Marcelo.  
1404 **Conselheiro Marcelo:** o Márcio. Aí é porque eu me empolguei no início e acabei que um  
1405 ponto que era relevante, que eu acho, quando foi falado lá no primeiro, logo no início que  
1406 foi discorrendo é... informa que não existiam... não existiam atingidos. Depois na reforma  
1407 desse processo, né Geraldo?! Na reforma do processo é... já aparece com cinco atingidos.  
1408 Cinco famílias de atingidos. Aí já começa a tratar de famílias de atingidos. Porque no  
1409 início fala “não tem atingidos”, então, portanto, o empreendimento não iria fazer o posto  
1410 de atendimento social porque não precisava de fazê-lo por ausência de atingido. Logo  
1411 depois, mais abaixo fala que tinham atingidos que teria o posto de atendimento. E depois  
1412 mais ao final fala que não tem o posto de atendimento porque eles fizeram, acharam por  
1413 bem fazê-lo dentro do próprio empreendimento. Quer dizer é... do meu ponto de vista não  
1414 houve posto de atendimento. A assistente social que foi contratada ela... não sei se ela fez  
1415 o trabalho aos interesses da comunidade ou se foi aos interesses do empreendimento. A  
1416 gente não sabe. Isso não está claro para a gente. **Presidente:** conselheiro Márcio. Se  
1417 quiser, por favor, fique a vontade para usar a assessoria da técnica Rosa. **Conselheiro**  
1418 **Márcio:** com certeza presidente, eu vou solicitar apoio. É... desse ponto de vista, Marcelo,  
1419 acredito que a questão dos atingidos diretamente não teve famílias que sofreram  
1420 diretamente o atingido. O posto de assistência social ele tinha sido devido no primeiro  
1421 PAS. No segundo PAS na complementação definiu-se pela instalação deste posto de  
1422 atendimento dentro da gerencia no canteiro de obras. Em relação aos atingidos as  
1423 propriedades que não tinha nenhum morador, nenhuma benfeitoria que foi diretamente  
1424 atingida. Ok? Eu gostaria da colaboração da técnica para elucidar. **Técnica Rosalice:** só  
1425 complementando a fala do Márcio. Essas áreas que são chamados atingidos, que são cinco  
1426 propriedades é... cada propriedade né que é ajuntamento de 35, 40 até 100 hectares foram  
1427 atingidas 0,20 hectares para área de APP que é a área de preservação permanente. Porque  
1428 como foi uma reativação, todos os equipamentos foram reaproveitados. Eles tinham que  
1429 garantir a área de preservação permanente. Então, essas cinco propriedades foram  
1430 compradas, esse 0,20 hectares foram comprados para a área de preservação permanente.  
1431 Então, não teve famílias atingidas e sim, propriedades. E sobre o trabalho do assistente  
1432 social, essa assistente social ela como não tinham famílias atingidas ela começo um  
1433 trabalho social com as famílias do entorno e das famílias que moravam nessas  
1434 comunidades, nessas fazendas. Né?! De reativação econômica. Desenvolveu algumas  
1435 oficinas com as mulheres da comunidade Morro do Ferro, essa comunidade até hoje  
1436 desenvolve os trabalhos artesanais que eles estão desenvolvendo lá. Vale destacar que na  
1437 última reunião que nós tivemos lá em Oliveira saiu alguns acordos de dar continuidade a  
1438 esse trabalho lá no sentido de fortalecer até o comércio do que elas estão produzindo lá. O  
1439 empreendedor vai estar garantindo isso com capacitações para implementar esse comércio  
1440 que as mulheres estão continuando produzindo é... o que mais você perguntou?  
1441 **Conselheiro Marcelo:** não é só para deixar claro que lá no início falava que não tinha  
1442 atingidos e aí agora a gente vê que tinha atingidos, que tinha famílias, que descobriram um  
1443 portador de necessidades especiais, entendeu? Isso tudo porque lá no início o posto de  
1444 atendimento não foi efetivamente é... **Técnica Rosalice:** não. **Conselheiro Marcelo:**  
1445 mais porque então... **Técnica Rosalice:** espera aí. Então eu vou fazer um histórico rápido  
1446 dessa PCH. **Conselheiro Marcelo:** eu estou esclarecido presidente. É só para deixar  
1447 claro... **Presidente:** é porque a técnica quando falou “vou fazer um breve histórico” não  
1448 existe a necessidade. O que está claro aqui é o seguinte: as famílias, quando constam em  
1449 primeira mão lá no relatório, não têm famílias atingidas e não tem diretamente atingido,  
1450 foi parte do terreno que foi inundado. Então, essa parte foi indenizada. Acontendo das

1451 duas partes. O que não quer dizer, aí a gente precisa ter uma compreensão que é o  
1452 seguinte: o que não quer dizer que o fato de você não ter pessoas atingidas diretamente  
1453 tira o direito de estabelecer um espaço físico para criar a equipe multidisciplinar do PAS,  
1454 né, porque tem essa tratativa das pessoas atingidas indiretamente. Não é?! Tem as  
1455 tratativas das pessoas que estão em meio e, além disso, ainda que não estivesse na APP ou  
1456 próximo, nós temos a sociedade, que por mazela que o empreendimento traz por  
1457 consequência gera problemas para o próprio município. Então, quer dizer, não é essa a  
1458 visão que a gente espera do empreendedor quando inclusive contrata uma equipe  
1459 multidisciplinar para fazer a implementação do PAS. Então eu penso, não sei Marcelo se  
1460 isso responde, eu penso que dispensa o breve histórico porque a riqueza de conteúdo  
1461 trazida na apresentação feita pelo conselheiro Márcio com assessoria técnica, não é?! Foi  
1462 perfeita, quase que perfeita, não é? A... eu vou passar... está vencido Marcelo? Ok? Então,  
1463 vou passar para a conselheira Nívia. **Conselheira Nívia:** é só tentando esclarecer a  
1464 sugestão que a Cristiane deu com relação a alguma intervenção do governo nesse sentido,  
1465 é ainda a título de informação Cris alguns encaminhamentos que a gente já estartou lá na  
1466 SEDESE nesse sentido e vou te dizer é... por iniciativa minha, preocupada com essas  
1467 questões que recaem sobre as decisões do CEAS e que eu percebi e eu avaliei que nós  
1468 precisamos estar mais é interligados né, com as outras secretarias do governo que lidam  
1469 com essa questão ambiental e do desenvolvimento econômico. Aí só a título de  
1470 informação eu quero citar as ações que nós já desenvolvemos lá, mais deixar a sugestão de  
1471 que se nós não conseguirmos estabelecer nenhuma parceria mais formal dessas secretarias  
1472 com o CEAS aí sim, eu acho que talvez fosse necessário nós estarmos formalmente  
1473 através da mesa diretora ou do presidente fazendo algum contato talvez diretamente com a  
1474 Secretaria de Meio Ambiente e com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Eu já  
1475 reuni com a subsecretária de Desenvolvimento energético... é... Desenvolvimento,  
1476 desculpa. Superintendente de desenvolvimento energético ela chama Marina Meyer. Já  
1477 fizemos três reuniões na SEDESE, ela também está plenamente de acordo que nós  
1478 precisamos estabelecer alguma parceria mais formal com a SEDESE e com o CEAS. Já  
1479 estive com a subsecretária do Meio ambiente, Maria Cláudia, essa semana mesmo para  
1480 discutir essas questões e já estive em contato com a equipe de superintendentes do INDI  
1481 todos lá na minha sala na SEDESE e já formalizei para a nossa assessoria jurídica a  
1482 pedido do Secretário Cássio Soares é... uma orientação técnica com relação a  
1483 possibilidade de estarmos incluindo participação dessas secretarias no nosso conselho e  
1484 vice-versa. E essa semana eu disponibilizei a diretora Edma e da diretoria de gestão do  
1485 SUAS para participar de uma audiência pública que ocorreu no município de Conceição  
1486 do Mato Dentro que envolvia uma questão ambiental de implantação de uma Mineração a  
1487 pedido da Secretaria de Meio Ambiente. Já fiz reunião também com a equipe da Supram  
1488 da superintendência de São João Del Rei, elas estiveram lá conosco na semana retrasada  
1489 para discutir uma questão que está implicando é... algumas pendências lá no Copam e que  
1490 provavelmente pode ser uma situação como essa que vai acabar caindo aqui no CEAS.  
1491 Então nós já estamos antecipando isso e dando um subsídio, uma orientação técnica para a  
1492 equipe da Supram, para a equipe do Copam para que eles tenham... desenvolva ações, né?!  
1493 Parecidas com a que nós desenvolvemos no CEAS no sentido de acompanhar os Planos de  
1494 Assistência Social por técnicos da área social. Já sugeri a contratação de técnicos da área  
1495 social para esse órgão porque eles não têm, eles não contam com técnicos da área social  
1496 no sentido de evitarmos que esses problemas não sejam resolvidos lá naquela instância e  
1497 acabam recaindo aqui. Mais então assim só para ilustrar aquilo, nós estamos já fazendo  
1498 algumas articulações nesse sentido sim, tá? Acho que a gente podia esperar mais um  
1499 pouco e o nosso secretário... Lembrando aqui agora reuniu na segunda-feira dessa semana  
1500 com a secretária da Secretaria de Relações Institucionais da Casa Civil Dra. Coeli e levou

1501 um documento que eu enviei para ele para que ele discutisse com ela sobre essas questões  
1502 que envolvem no CEAS a relação com esses órgãos da área ambiental para que a Casa  
1503 Civil faça uma avaliação da possibilidade da gente estar estabelecendo uma parceria mais  
1504 formal. **Presidente:** mais alguma inscrição de conselheiro? Não. Ok. Márcio, vai falar?  
1505 **Conselheiro Márcio:** só a título de esclarecimento, faltou sim uma palavrinha para o  
1506 conselheiro Marcelo que a gente resolve acrescentando na relatoria, seriam as famílias das  
1507 propriedades atingidas, as famílias residentes das propriedades atingidas. E aí realmente a  
1508 gente coloca o documento fidedigno com que a gente está levantando. **Presidente:** ok  
1509 conselheiro Márcio, muito bem observado. Então, está retificado o documento e aí atende  
1510 a todas as necessidades. Eu queria fazer... não vou. Dispensar comentário porque faço das  
1511 palavras do conselheiro Marcelo as minhas. Com muita perfeição você fez a análise do  
1512 histórico que aconteceu. E quero fazer um comentário encima da sua e agora da  
1513 conselheira Cristiane que o seguinte: primeira situação – este colegiado atua na  
1514 deliberação de aprovação do PAS por uma determinação legal. Nós vivemos num Estado  
1515 de Direito e como tal devemos cumprir as leis. Então, existe um decreto-lei que dá  
1516 autonomia a este colegiado de aprovar ou não o PAS. Sabemos que este PAS é condição  
1517 *sine qua non* para que o outro organismo do meio ambiente de/conceda a LI e a LO. Não  
1518 é? Então veja bem. Nós estamos falando de cumprimento de determinação legal. Então,  
1519 não haverá de ser um outro órgão que ainda... ser público, vinculado ao governo do Estado  
1520 que vai deixar de cumprir uma lei que o próprio governo estabeleceu. Isso é uma  
1521 incoerência né?! É uma desobediência a fundamentação legal. E mais do que isso, dentro  
1522 do próprio governo eu diria que... aí eu quero ratificar as falas do Marcelo quando ele diz  
1523 “é inaceitável”, que este colegiado comungue com essa situação. E sendo assim nós não  
1524 vamos jamais enquanto colegiado comungar, né?! Com a situação de passar por cima de  
1525 uma tarefa que cabe a esse colegiado aprovar o PAS, por qualquer que seja o órgão. Tanto  
1526 é verdade que este colegiado fez a denúncia ao Ministério Público e recebemos de volta  
1527 do Ministério Público a seguinte tratativa: conselho, você deu a tratativa que merece, tanto  
1528 é que o histórico mostrou isso. Ainda que de forma posterior mais nós fizemos a  
1529 retificação de todas as problemáticas inclusive da licença sem autorização do PAS, sem a  
1530 deliberação pela aprovação do PAS. Sendo assim, o Ministério Público entendeu e  
1531 devolveu para o conselho dizendo “você tem alguma outra tratativa, que eu tomo a  
1532 providência”. Nós, não. As tratativas, já fizemos, e já aconteceram pós. Senão nós  
1533 estaríamos de volta ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual. E isso  
1534 nós vamos fazer sempre, penso enquanto colegiado, porque é o nosso papel, né?! Era os  
1535 comentários que eu queria fazer. Devolvo ao conselheiro Márcio que é o relator e já falou,  
1536 inclusive, do encaminhamento pela... a favor da aprovação. Mais ainda sim começo a  
1537 votação por você. E é nominal. Outra vez ... **Votação:** Márcio Caldeira, Associação  
1538 Profissionalizando do Menor, pela aprovação; Nívia, conselheira governamental, meu  
1539 voto é pela aprovação; Geraldo Gonçalves, conselheiro da sociedade civil, pela aprovação;  
1540 George, conselho municipal de Lagoa Santa, pela aprovação; Cristiane, representando a  
1541 sociedade civil – Inspetoria São João Bosco, pela aprovação; Tanit, conselheira  
1542 governamental, pela aprovação; Júlio, pela sociedade civil – Instituto Sacramentinos, pela  
1543 aprovação; Marcelo, pela aprovação; José Fernando, conselheiro governamental, pelos  
1544 conselhos municipais de assistência, pela aprovação; Ana Paula, conselheira  
1545 governamental, pela aprovação. **Presidente:** faltou algum conselheiro? Ok? Então, por  
1546 unanimidade considera-se aprovado a PCH. Pela relatoria, Márcio parabéns! Obrigado  
1547 pela apresentação. Eu quero socializar com os meus pares e as pessoas que aqui estão  
1548 presentes. São 12h 15min se a gente pára para o almoço e retorna para dar sequência a  
1549 programação ou se a gente dê continuidade e aí teria a apresentação dos informes por  
1550 parte do conselheiro Márcio. Quem é a favor que a gente pare agora para almoçar e

1551 retorne? Levanta a mão, por favor. Ok, abaixa. E quem é a favor da gente dá  
1552 continuidade? É... nós estamos aqui com votos favoráveis da continuidade. As pessoas  
1553 que precisam por questão de agenda sair mais cedo. Mais o que a gente pode concordar é  
1554 o seguinte: que a gente pára para almoçar e aí eu pergunto aos meus pares outra vez, se a  
1555 gente pode tornar a fazer uma inversão de pauta. Aí a conselheira Nívia faz a  
1556 apresentação, logo em seguida o almoço, né e o Márcio faz a posteriore, porque aí dá a  
1557 continuação... (fora do microfone) ok. Então, tem outra proposta de encaminhamento.  
1558 **Conselheira Nívia:** eu queria fazer outra proposta. Como nos informes nós temos muitas  
1559 informações importantes para os municípios e a nossa pauta da tarde vai ficaria muito  
1560 extensa se a gente deixasse os informes e a apresentação do Plano de Capacitação para  
1561 tarde. Eu queria sugerir que a gente já fizesse os informes agora, que a gente tem... (fora  
1562 do microfone) Ahh ok. Então... mais aí eu gostaria de pedir o compromisso da gente  
1563 retornar no horário marcado, certinho, porque senão nós vamos ter uma pauta muito  
1564 extensa a tarde e nós temos informações muito importantes para os municípios.  
1565 Presidente: a minha proposta de encaminhamento seguiu a democracia. A maioria ganhou  
1566 que fosse almoçar e, então, continua assim, a gente pára agora 12:15, mas  
1567 necessariamente, por favor, a gente retorna as 13:15. Ok? Obrigado, tenha todos, um bom  
1568 apetite. Parte da tarde – eu vou pedir a Rosa para trazer os companheiros conselheiros que  
1569 se encontram lá na entrada. Nós vamos dar prosseguimento a nossa programação dessa  
1570 plenária e nós teremos agora uma apresentação do Programa Estadual de Capacitação que  
1571 vai ser trazida aqui por quem tem mais conhecimento dele, que é quem contribuiu de  
1572 forma efetiva na construção que é a nossa vice-presidente e conselheira Nívia que vai dar  
1573 apresentação para nós agora. **Conselheira Nívia:** bom. Boa tarde! Vamos retomar aqui  
1574 então eu vou ficar aqui porque de manhã eu fiquei meio de costas e fico sentindo mal.  
1575 Sabendo que eu estou de costas para alguém. Então gente nós vamos apresentar o nosso  
1576 Plano Estadual de Capacitação – Capacita Suas – que já foi pactuado na CIB, que foi  
1577 aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social, já foi enviado para o Ministério  
1578 do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. No início do mês, nós estamos cumprindo  
1579 uma diretriz do MDS mais, na verdade, a SEDESE já desde 2008 trabalha com essa área  
1580 de capacitação profissional só que estamos aperfeiçoando, né?! Desde 2008 sendo que em  
1581 2010... da Assistência Social, conforme eu havia dito ontem para vocês no sentido de  
1582 estarmos também aprimorando os nossos conhecimentos. E a SEDESE enquanto órgão  
1583 gestor tem essa responsabilidade de levar essa capacitação permanente, continuada para  
1584 todo o Estado. E aí eu já quero é... ressaltar aqui né, que pela distância, pela extensão, pela  
1585 dimensão do nosso município e a distância que nós estamos de todos vocês, o nosso  
1586 método, inclusive foi muito elogiado numa plenária regionalizada do Congemas, agora em  
1587 fevereiro que ocorreu no Espírito Santo é um dos estados que foi avaliado como a melhor  
1588 metodologia de capacitação que é essa a de que é a nova lógica hoje na área de ensino.  
1589 Então, eu vou dar início, você pode começar, por favor, Consolação? Eu vou passar para a  
1590 parte mais prática para vocês entenderem como que tá formatado esse plano. Como vão  
1591 ser dar as modalidades de capacitação. E já informando para vocês que além desse plano  
1592 nós já temos a sinalização do Ministério do Desenvolvimento Social já aprovado em  
1593 pactuação na CIT, aprovado pelo Conselho Nacional uma expansão de recursos federal  
1594 para cursos a distância de pós-graduação para os trabalhadores do SUAS. Estamos  
1595 aguardando agora em maio já o início de repasse de recurso. Já estamos conversando com  
1596 instituições de ensino superior para já darmos um início de formato e já formamos  
1597 também uma mesa, um comitê do conselho estadual que vai sentar com a diretoria de  
1598 capacitação junto conosco lá da SUBAS para definir os critérios para essas vagas do curso  
1599 de especialização, de pós-graduação com o recurso federal. E além desse curso do SUAS  
1600 de pós-graduação que nós vamos desenvolver com recurso federal, nós vamos receber

1601 também uma cota de vagas para um curso de especialização na área de combate ao álcool  
1602 e droga que faz parte do programa do estado “Aliança pela vida” e que é um curso  
1603 coordenado pela Secretaria Estadual de Saúde. A Tanit que é a nossa conselheira, uma das  
1604 coordenadoras deste programa e nós já fazemos parte do comitê estadual. A SEDESE vem  
1605 logo depois da Secretaria de Estado de Saúde no comando, na coordenação desse  
1606 programa. Teremos, então, mais essa oportunidade de definir os critérios e ofertar em  
1607 torno de 400 vagas para os trabalhadores do SUAS no Estado. Estamos em fase de  
1608 negociação, de definição dos critérios mais este curso já se inicia no final desse semestre.  
1609 Então, para além desse plano que eu vou apresentar para vocês nós ainda teremos ainda no  
1610 início, ainda até nesses primeiros semestres mais dois cursos de especialização para os  
1611 trabalhadores do SUAS, com os critérios ainda não totalmente definidos por isso que eu  
1612 não vou dizer para vocês porque nós estamos em todos os dois ainda definido os critérios.  
1613 Então, o Plano de Capacitação ele vem contemplar a área da gestão do trabalho da  
1614 Assistência Social no âmbito do SUAS buscando reconhecimento e valorização do  
1615 trabalhador em todas as suas dimensões, tendo como premissa em conformidade com a  
1616 NOBRH-SUAS a valorização e investimento no trabalhador tanto no processo de  
1617 formação continuada quanto em eixos mais amplos que organizam a gestão do trabalho da  
1618 assistência como, por exemplo, organização do CAD-SUAS, Planos de carreira, cargos e  
1619 salários, princípios éticos para os trabalhadores e instituição de mesas de negociação.  
1620 Subsídios para a construção desse plano foram encontros de gestão do trabalho com a  
1621 equipe do Ministério e outros Estados. Nós temos uma equipe da Diretoria de Capacitação  
1622 que participou de um debate amplo em 2010 e 2011 com o Ministério do  
1623 Desenvolvimento Social para contribuir com a formatação do Plano Nacional de  
1624 Formação de Capacitação dos trabalhadores do SUAS. Deliberações das Conferências,  
1625 Estadual ocorrida no ano passado e Nacional de Assistência Social. Enquete de  
1626 capacitação que foi aplicado na Conferência Estadual, avaliações de capacitações  
1627 anteriores. Então, todas as capacitações que a SEDESE já realizou ela teve uma parte de  
1628 avaliação do grau de satisfação dos capacitandos. Diretriz da política nacional de  
1629 capacitação que foi esse Plano Nacional que eu disse para vocês agora foi lançado lá em  
1630 Brasília na 8ª Conferência Nacional em dezembro. Objetivo geral então deste plano é  
1631 organizar e implementar o processo de capacitação dos atores da política de assistência  
1632 social do Estado de Minas Gerais atingindo todas as categorias previstas no SUAS.  
1633 Reconhecendo a gestão do trabalho no âmbito do SUAS, como este estratégico a partir do  
1634 reconhecimento e valorização do trabalhador em todos os aspectos com vistas a qualificar  
1635 a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios do SUAS. E aí gente quando a gente  
1636 fala trabalhadores, a gente está incluindo também o controle social, os conselheiros. Os  
1637 objetivos específicos são implementar estratégias de capacitações articuladas e  
1638 continuadas envolvendo os atores da assistência social dos 853 municípios a partir da  
1639 estruturação da gestão do trabalho em âmbito estadual; disseminar informações e  
1640 conhecimentos sobre assuntos afetos à política de assistência social; favorecer, a partir de  
1641 iniciativas de capacitação do Governo do Estado de Minas Gerais, o aprimoramento de  
1642 gestão nos municípios mineiros; Ampliar as capacidades profissionais pertinentes à gestão  
1643 do Suas , colaborando para o fortalecimento institucional; Contribuir para a constituição e  
1644 fortalecimento de equipes de referências; Promover a partir da prática, a reflexão acerca  
1645 dos conteúdos essenciais e inerentes a gestão; Contribuir para o desenvolvimento de  
1646 práticas de educação permanente tendo como atores, público alvo os atores da assistência  
1647 social que são vai desde prefeitos e gestores municipais de assistência social à dirigentes  
1648 da rede socioassistencial, rede socioassistencial, trabalhadores da rede socioassistencial  
1649 pública e privada, entendendo aí as organizações não-governamentais, né, parceiras deste  
1650 processo de execução desses serviços e conselheiros estaduais e municipais de assistência

1651 social. A meta física e financeira deste Plano é que nós alcancemos os 853 municípios,  
1652 tendo é uma previsão de qualificar 14 mil trabalhadores e o investimento deste Plano é na  
1653 ordem de R\$ 8.109.185,00 sendo que aqui nós vamos apresentar o Plano Plurianual. Esse  
1654 é o valor previsto para os quatro anos de 2012 a 2015. E aí lá dentro da descrição das  
1655 ações vocês vão ver quais estão previstas para esse ano e quais estão previstas para os  
1656 próximos anos. Lembrando também que aquele número de pessoas a serem alcançados é  
1657 para estas ações desse plano não inclui os dois cursos que nós já vamos ter esse ano que  
1658 eu já acabei de citar para vocês. Então, as diretrizes as ações terão como principal diretriz  
1659 o princípio da Educação Permanente, que tem como objetivo a orientação técnica,  
1660 correlacionado à prática profissional bem como os possíveis desafios identificados. Então  
1661 nós não podemos é... pensar só na prática né, nós não podemos ficar preocupados só com  
1662 o cotidiano dos profissionais, nós não podemos ficar preocupados só com a oferta dos  
1663 serviços, né. Nós estamos passando por um avanço muito grande, nós vimos ontem aqui  
1664 nas apresentações né, o tamanho da responsabilidade e o tanto de informações que todos  
1665 os trabalhadores e gestores da assistência social precisam trabalhar o tempo todo né.  
1666 Então, nós precisamos de pensar também nessa capacitação permanente enquanto uma  
1667 diretriz técnica para o nosso trabalho. As modalidades de capacitação são, presenciais,  
1668 educação à distância que é o chamado EAD e Semipresencial. Os Patamares Formativos e  
1669 aí nós estamos seguindo as diretrizes do Plano nacional – Capacita-SUAS – é... dizem  
1670 respeito as diversas modalidades de carga horária e formatação do curso, porque nós  
1671 temos que ter o compromisso também da certificação da participação dos capacitandos  
1672 nas atividades e temos que ter também a comprovação de assimilação de conteúdo, de  
1673 frequência para que nós possamos certificar com a competência né que cada carga horária,  
1674 cada modalidade requer. A Capacitação Introdutória que é de 20 é... a carga horária entre  
1675 20 e 40 horas que prevê o nivelamento dos conteúdos básicos da Política de Assistência  
1676 Social e acesso a conteúdos pertinentes à prática profissional. Por que essa capacitação  
1677 introdutória? Porque nós temos uma rotatividade muito grande dos profissionais da  
1678 assistência social, principalmente, nos municípios pequenos. A gente sabe que uma  
1679 realidade e não é só de Minas. Isso é uma comprovação que o Ministério já sinalizou para  
1680 a gente nas reuniões onde se discutiam a formatação desse Plano Nacional. Então, todas as  
1681 modalidades de formação ela precisa iniciar sempre com uma carga horária de  
1682 assuntos...conteúdos introdutórios, no sentido de estarmos é renovando todo esse processo  
1683 histórico da assistência social para que tenhamos condições de dá prosseguimento nos  
1684 temas mais atuais. Capacitações/eventos/seminários: que tem previsão de carga horária de  
1685 8h /20h que são demandas para as áreas de informação, apresentadas pelos municípios ou  
1686 pelo próprio Estado. Então essa modalidade de capacitação de eventos elas são demandas  
1687 espontâneas. Nós preparamos essas capacitações, esses eventos a partir de demandas  
1688 espontâneas dos municípios, de regiões, das URCMAS. Então, vai depender da demanda  
1689 que vocês fizerem para nós, porque os temas são variados e são específicos para cada  
1690 grupo de municípios. Essas capacitações e eventos elas podem se dá nos municípios, nas  
1691 regionais ou na própria secretaria. Capacitação para atender agendas pactuadas  
1692 nacionalmente: contempla as agendas do âmbito nacional, que exigem o repasse de  
1693 conteúdos instrucionais e de orientação relativos à assistência social, com carga horária  
1694 entre 20 e 40 horas que também são demandas que vem do Governo Federal. Para vocês  
1695 terem uma ideia nós estamos essa semana e a semana que vem capacitando grupos de 20  
1696 municípios por dia com a participação do Ministério lá em Belo Horizonte é... por uma  
1697 demanda do ministério e da Caixa Econômica Federal que é para formar novos agentes  
1698 cadastradores do CAD-ÚNICO. Então, é um tipo de capacitação como esta que eu acabei  
1699 de dizer aqui para vocês. Então, continuando outro patamar que é o de Atualização, outro  
1700 Patamar Formativo. A Atualização visa abordar conteúdos de acordo com as demandas

1701 identificadas da gestão, dos serviços e benefícios, com carga horária entre 40 a 100 horas.  
1702 Essa modalidade também ela é muitas vezes demandada pelos gestores, pelos municípios.  
1703 Mais nós temos lá também já alguns cursos formatados nessa modalidade que são de...  
1704 identificadas pela gestão um outro exemplo desse tipo de modalidade é esse curso que eu  
1705 citei ontem para vocês de formação para gestão orçamentária que nós estamos  
1706 desenvolvendo de forma regionalizada. Foi uma demanda que nós da gestão estadual  
1707 identificamos da dificuldade dos municípios em executar os recursos financeiros da  
1708 assistência social, então, nós começamos a construir ementas e estamos desenvolvendo  
1709 estas capacitações específicas sobre este tema; Aperfeiçoamento que é o aprimoramento e  
1710 aperfeiçoamento de conhecimentos técnicos relativos aos serviços, programas, benefícios  
1711 socioassistenciais e do controle social, requer carga horária mínima de 180 horas e que  
1712 vocês vão ver lá no planejamento que ela está prevista a cada 2 anos. Este ano nós já  
1713 temos é... uma modalidade planejada. E a especialização que seria então dentro do Plano  
1714 Nacional, da proposta nacional é uma modalidade mais específica para os trabalhadores,  
1715 principalmente, os efetivos né. Os previstos na NOB-RH enquanto é... trabalhadores da  
1716 rede mais efetivos e aí com o objetivo também de é...sensibilizar né, os gestores  
1717 municipais para a realização de concursos para os trabalhadores da área da assistência  
1718 social. E pensando também que uma especialização ela é um curso que requer uma carga  
1719 horária mais pesada, mais demorada e que é um investimento muito alto que se faz num  
1720 profissional se ele não for efetivo, se ele não for concursado você corre o risco de fazer  
1721 um investimento grande e de... ou ele nem dar conta de concluir por questões de mudança,  
1722 de local, de cidade, de Estado ou por questões mesmo dele não dar conta em função da  
1723 sobrecarga de trabalho, porque a gente sabe que tem muitos profissionais que trabalham  
1724 em dois municípios, que trabalha em mais de um lugar. Então, às vezes, o que foi avaliado  
1725 é que o profissional começa um curso de 360 horas e não dá conta de terminar mais aí  
1726 também não tem condições de substituir aquela vaga. Então aquela vaga vai ficar e aberto.  
1727 Então está modalidade ela está é... prevista para os trabalhadores efetivos dos municípios.  
1728 Então, vamos agora para as ações previstas no Plano que conforme eu disse para vocês  
1729 estão previstas no plano para 4 anos e ali nós vamos então, é... apresentar cada modalidade  
1730 e qual é o período que ele está previsto de realização. Então o curso Telepresencial que eu  
1731 acredito que a maioria de vocês deva conhecer, que tem sido uma ferramenta muito bem  
1732 avaliada pelos capacitandos. Nós este ano ampliamos o convênio com a empresa que  
1733 oferece a ferramenta para nós é... porque na enquete que nós apresentamos na Conferência  
1734 Estadual está modalidade foi uma das mais bem avaliadas. Então, nós entendemos que  
1735 tem sido a ferramenta que tem nos oferecido um alcance maior de municípios e de  
1736 pessoas. O Curso Telepresencial tem o objetivo de qualificar e ampliar de forma  
1737 continuada a disseminação dos conhecimentos entre os atores da Assistência Social; o  
1738 Patamar Formativo dele no total é de 6 horas... Ó de 100 h, perdão. A Modalidade é a  
1739 semi presencial /Via Satélite, porque eu acredito que vocês todos conhece aquela que a  
1740 gente transmite para os Pólos. Nós ampliamos esses Pólos este ano para 63 pólos e  
1741 continuamos com os outros 54 que a gente já vinha executando até o ano passado. O  
1742 público alvo de acordo com os temas que estão previstos em ementa e que também são  
1743 resultados de todo aquele processo de levantamento de demanda nós vamos contemplar  
1744 também Prefeitos e Gestores públicos; Gestores técnicos, gestores da assistência social,  
1745 técnicos, conselheiros Municipais e Estaduais de Assistência Social e os trabalhadores  
1746 rede socioassistencial. Esse Curso Telepresencial a primeira aula já se inicia na próxima  
1747 quinta-feira se não me engano dia 25, é quarta né Ana? A Ana sabe mais do que eu porque  
1748 ela é tutora. Eu só fico sabendo um dia antes “ó amanhã você tem que ir lá para o  
1749 Telepresencial”. Quarta-feira é a primeira aula, nós vamos começar com os conceitos  
1750 básicos quem vai fazer essa primeira aula para nós é a Juanita. A gente fez questão de

1751 convidá-la. Ela já estava na programação mais pelo fato dela ter saído da SEDESE, nós  
1752 fizemos questão de tê-la conosco na primeira aula até para ela mesma estar informando  
1753 né, para os telepresenciandos que ela não mais faz parte da nossa equipe. Mais ela volta  
1754 depois, tem outros temas que nós já garantimos a participação dela também. Com uma  
1755 novidade que esse ano a cada tema nós estamos convidando uma pessoa, um ator de fora  
1756 da área acadêmica ou da área prática de acordo com o tema. Já temos aí a ementa toda  
1757 fechada com os professores todos já confirmados e estamos tentando trazer pessoas que  
1758 são as mais bem referenciadas com cada tema. Esse curso telepresencial nós já temos,  
1759 então, a previsão de executá-lo durante 2012 a 2015 durante os 4 anos. A Capacitação  
1760 Proteção Social Básica em Ambiente Virtual ela visa ampliar os conhecimentos dos  
1761 trabalhadores dos Centros de Referência de Assistência Social/CRAS dos municípios de  
1762 Minas Gerais, na perspectiva de contribuir para qualificação da atuação profissional. Ele é  
1763 um curso de aperfeiçoamento de 180 h. A modalidade é Educação a Distância. E o público  
1764 alvo são os trabalhadores dos CRAS e trabalhadores da rede socioassistencial articulada  
1765 aos serviços existentes no CRAS. Esse curso é um dos que vai se dar de 2 em 2 anos e a  
1766 previsão dele ser iniciado em 2013. A outra ação é a Capacitação Proteção Social Especial  
1767 em Ambiente Virtual que tem o mesmo objetivo mais visando os trabalhadores dos  
1768 CREAS, dos Centros Especializados de Assistência Social. Ele também é  
1769 aperfeiçoamento, Ensino à Distância e ele também... Aqui ele abrange os conselheiros  
1770 tutelares, além dos trabalhadores dos CREAS entendendo que o conselheiro tutelar tem  
1771 uma participação muito ativa na execução dos serviços né do CREAS e ele também está  
1772 previsto para iniciar em 2013 e ele vai voltar a ocorrer em 2015; Outra ação é a  
1773 Capacitação “Conselheiros da Assistência Social” que tem o objetivo de contribuir para a  
1774 disseminação de conhecimentos básicos para o desenvolvimento dos Conselheiros, além  
1775 dos esclarecimentos técnicos e atributos legais pertinentes as atividades da função dos  
1776 Conselhos na Política de Assistência Social. O Patamar Formativo é de 20 horas, é de  
1777 nivelamento. Ele é de capacitação introdutória entendendo que nós temos também  
1778 rotatividade de conselheiros municipais. Então é importante capacitar tanto aqueles que já  
1779 estão no envolvimento com o trabalho do controle social mais aqueles que chegam,  
1780 principalmente, os da sociedade civil que muitas vezes não tem o conhecimento básico  
1781 necessário para ele dar conta de assimilar aquilo tudo que está chegando para se discutir  
1782 no conselho. O público alvo são os conselheiros Estaduais e Municipais de Assistência  
1783 Social. E ele vai se dá de forma presencial / regionalizada. Então, nós vamos estar indo em  
1784 diversas regiões do Estado, vamos estar mobilizando os Conselhos Municipais de  
1785 Assistência Social, vamos contar muito com ooo... a participação e a contribuição das  
1786 URCMAS para nos ajudar nesse trabalho tanto de mobilização quanto de estruturação das  
1787 temáticas a serem desenvolvidas. Esta ação ela já está prevista para esse ano. Nós ainda  
1788 não iniciamos mais já temos todo um planejamento e vocês vão ser informados a partir  
1789 dos momentos que a gente começar a fazer a mobilização e a divulgação mais sempre  
1790 dessa forma regionalizada onde os municípios terão que se deslocar né para ir até o pólo  
1791 onde vai ser realizado. Capacitação da “Política de Assistência Social nas Universidades”,  
1792 o objetivo é realizar simpósios nos espaços das universidades a fim de contribuir para o  
1793 conhecimento dos acadêmicos referente à Política Nacional de Assistência Social. Ela  
1794 também é um Patamar de 20 H a Capacitação Introdutória é por causa da carga horária e a  
1795 modalidade também é Presencial / Regionalizada. Aí o público alvo são os acadêmicos  
1796 dos cursos de Serviço Social e Psicologia. Nós já vamos realizar também nesse ano de  
1797 2012. E aí pensando nos futuros profissionais que estarão ingressando na Política de  
1798 Assistência Social na área pública porque nós já fizemos uma avaliação onde que os  
1799 cursos de formação hoje tanto de serviço social quanto de psicologia não tem na sua grade  
1800 curricular disciplinas muito específicas sobre o Sistema Único de Assistência Social.

1801 Então o que ocorre é que a gente recebe profissionais recém formados mais que não  
1802 trazem esse conhecimento básico da política e aí ele leva um tempo até ele ser capacitado.  
1803 E isso requer uma perda, vamos dizer assim, de tempo sendo que se ele já tivesse tido essa  
1804 introdução a esse assunto na faculdade ele já traria uma bagagem teórica que daria  
1805 condições dele assimilar a prática com mais agilidade, com mais eficiência. Ontem  
1806 conversando com o José Fernando ele estava dizendo isso e aí eu lembrei dessa  
1807 modalidade nossa de que ele tem dificuldade de ter aqui na região profissionais novos, né  
1808 Zé, que tenham essa experiência e que tragam ou se são recém formados que tragam esse  
1809 conhecimento da academia. E aí ele precisa preparar um curso de Capacitação, ele precisa  
1810 fazer treinamento e isso requer tempo, dinheiro e aí o nosso objetivo é esse. Levar esse  
1811 conhecimento para as Universidades. A Capacitação por “Demanda Espontânea de  
1812 realidade local” ela visa atender as demandas espontâneas dos municípios de acordo com  
1813 sua realidade. E aí normalmente são os órgãos municipais de assistência social que nos  
1814 procuram. São Capacitações/eventos/seminários, conforme eu havia dito anteriormente.  
1815 Ela pode se dá ou presencial na SEDESE, hoje nós temos um espaço adequado para este  
1816 tipo de capacitação que são salas grandes, com capacidade para até 40 pessoas, com toda  
1817 estrutura moderna, né, que é... permite, possibilita uma reunião mais qualificada. Então,  
1818 fica a cargo de quem... do demandante então de escolher se nós vamos fazer lá no  
1819 município, na diretoria regional de forma regionalizada convidando outros municípios  
1820 para participarem ou se essas equipes, esses gestores vão deslocar até Belo Horizonte para  
1821 que nós planejemos então a temática específica que é... está sendo apresentada, está sendo  
1822 demandada. O público alvo é de prefeitos e gestores municipais de Assistência Social até  
1823 os técnicos, conselheiros e profissionais da rede socioassistencial também. É... esta  
1824 modalidade eu posso dizer para vocês que a gente tem pelo menos uma demanda dessa  
1825 atendida por semana lá na SEDESE. Quando os municípios podem ir até lá fica muito  
1826 mais fácil para a gente em função da nossa equipe que é muito pequena né para atender  
1827 esse enorme número de municípios que nós temos. E a questão da distância também, da  
1828 estrutura para viagem. Então, muitas vezes quando o município tem condições de ir até lá,  
1829 a gente tem como atender de uma forma até mais rápida. Essa é uma capacitação  
1830 permanente que a gente fica sempre a disposição para atender. Outra ação é a  
1831 Capacitação: “Equipe da Subsecretaria de Assistência Social e Equipe das Diretorias  
1832 Regionais”; Tem o objetivo de proporcionar aos técnicos da Subas e a Equipe das  
1833 Regionais a qualificação contínua, atualizando os conhecimentos sobre o SUAS para  
1834 garantir a eficiência e eficácia no atendimento aos Municípios. Esse Patamar ele pode se  
1835 dar de várias formas, né?! Em forma de eventos, seminários ou de outra modalidade  
1836 similar. Com carga horária prevista de 8h às 20h. Essa tem que ser presencial e o público  
1837 alvo são os técnicos da própria Secretaria de Assistência Presencial e equipe das  
1838 Diretorias Regionais da Sedese. Nós já tínhamos até programado uma para esse mês né  
1839 Ana, no mês passado, e aí tivemos que adiar um pouco em função de outras demandas  
1840 para os diretores regionais. Nós ficamos... O Secretário pediu para que nós ficássemos  
1841 para segundo plano mais nós vamos brevemente re-agendar. Então essas capacitações elas  
1842 muitas vezes se dão no Ministério do Desenvolvimento Social quando é para a nossa  
1843 equipe. E elas visam estar atualizando, aprimorando as informações novas que chegam  
1844 paro o SUAS e que precisam da gente estar acrescentando mais algum conhecimento no  
1845 sentido de multiplicarmos as informações para os municípios. O custo de gestão  
1846 orçamentária que é esse que eu já disse para vocês ontem, que nós estamos realizando que  
1847 visa favorecer o conhecimento referente a aspectos conceituais e legais da Política de  
1848 Assistência Social do SUAS. Ela tem a previsão de 20 horas de carga horária. Ela é  
1849 presencial e regionalizada e o público alvo são gestores, contadores, técnicos e  
1850 conselheiros municipais e estaduais da Assistência Social e a rede socioassistencial. Essa

1851 está prevista para a gente realizar durante todos os anos. Nós começamos esse ano com  
1852 cinco... esse semestre com cinco regiões. Nós já capacitamos três regiões e até daqui a um  
1853 mês vamos ter terminado de capacitar mais duas. Esse curso ele tem dado um feedback  
1854 muito positivo também. A participação dos municípios está sendo de quase 100%. Então,  
1855 em todas as regiões que nossos técnicos e o nosso colaborador que é um técnico  
1856 especializado nesta área ele já foi diretor do Fundo Nacional de Assistência Social, uma  
1857 pessoa muito é... capacitada, muito experiente, né, nessa área, tem nos dado um retorno  
1858 muito positivo. Tanto com relação à quantidade de municípios participantes quanto com a  
1859 diversidade desse público. Então a gente tem acompanhado as listas de presença e o  
1860 retorno dos diretores que participam junto com o Fernando dessas capacitações de que  
1861 quase 100% dos municípios convidados para aquela região participam e trazem sempre  
1862 esses atores aqui que estão previsto. O gestor municipal de assistência social, o técnico da  
1863 Fazenda que opera com o Fundo Municipal de Assistência Social e/ou o presidente do  
1864 conselho ou um outro conselheiro municipal junto com ele, porque a previsão é de que  
1865 sejam três pessoas por municípios. Então, isso tem deixado a gente muito feliz porque nós  
1866 estamos conseguindo alcançar àquelas pessoas que de fato a capacitação prevê, de  
1867 capacitar na questão da gestão orçamentária. Para a gente tentar desmitificar aí com quê  
1868 que pode com quê que não pode gastar o recurso da assistência social, e onde né?! E o  
1869 curso de Pós – Graduação que tem como objetivo, favorecer um conhecimento  
1870 especializado e aprofundado ao profissional da área social, em especial aos atores da  
1871 Política Pública de Assistência Social. Conforme eu disse para vocês que nós já teremos  
1872 que iniciar até o final de... do primeiro semestre. Ele vai ser um curso de Especialização,  
1873 com a titulação *lato sensu*, quer dizer, ele vai ter que ser ministrado em uma Universidade  
1874 conceituada, de preferência. Nós já estamos conversando com as universidades mais  
1875 conceituadas que nós temos em Belo Horizonte, que trabalham com EAD porque ele vai  
1876 ser presencial e online né, em função de podermos atender todos os municípios do Estado.  
1877 A previsão é de que nós tenhamos pelo menos uma aula presencial por mês. Ele visa  
1878 alcançar os gestores, coordenadores, técnicos e conselheiros em formação... com formação  
1879 em Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, entre outras áreas que atuam na política de  
1880 assistência social. Então, esse público ele já tem, já está previsto dentro da Resolução nº  
1881 17 do MDS. E a previsão dele é de 2012 a 2015. O Monitoramento e a Avaliação deste  
1882 plano, ele acontecerá de forma constante e periódica no decorrer de sua execução, através  
1883 de Questionário de Avaliação. Então, todas as modalidades nós vamos ter que aplicar o  
1884 questionário de avaliação porque nós precisamos saber do alcance dele, se atendeu as  
1885 expectativas, se não atendeu e o quê ... em que, que não atendeu para que nós passamos ir  
1886 fazendo adequações ao longo desse quatro anos; Controle de frequência: em função do  
1887 nós queremos que as pessoas que vão fazer esses cursos aproveitem ao máximo e aí a  
1888 frequência ela não é... ela não vai medir isso mais ela é um instrumento de controle né, do  
1889 aproveitamento e através de Relatórios Estruturados e de um Sistema de  
1890 Acompanhamento das Estratégias (On-line) que tem como objetivo construir uma base de  
1891 dados, a fim de sistematizar os dados coletados e monitorar a participação dos  
1892 trabalhadores da Assistência Social, bem como certificar o profissional. O quê que é esse  
1893 Sistema de Acompanhamento das Estratégias (On-line)? Todas aquelas modalidades que  
1894 são EAD, que são à distância, inclusive o Telepresencial, o... a empresa que oferece essa  
1895 ferramenta ela teve que desenvolver um sistema de controle de frequência, porque é a  
1896 forma que nós vamos ter para acompanhar o aproveitamento e a frequência dos alunos,  
1897 bem como tirar dúvidas. Até as dúvidas que os alunos tiverem nós vamos ter uma central  
1898 lá de técnicos nossos acompanhando para fazer as respostas online. Então essa também é  
1899 uma novidade que foi aperfeiçoada tanto para o Telepresencial quanto para os cursos à  
1900 distância que nós vamos oferecer. De modo que é... nos dê garantia para certificar àquele

1901 capacitando. É o controle de frequência que vai nos dizer qual que foi o aproveitamento  
1902 do aluno, se ele fez mais 75% de participação para que a gente possa fazer comprovação  
1903 através da certificação. Então, é isso eu agradeço e fico a disposição para quem quiser tirar  
1904 alguma dúvida. Pergunta gente?! **Presidente:** inscrição do conselheiro Ami. **Conselheira**  
1905 **Nívia:** enquanto isso eu gostaria de esclarecer que a diretora de capacitação viria hoje. Ela  
1906 mesma que gosta de apresentar, a Maíra, ela que foi a coordenadora da elaboração desse  
1907 plano. Ela está a frente dessa diretoria já a muitos anos né, desde que a, desde antes da  
1908 diretoria ser estruturada mais infelizmente não pode porque ela teve que ir lá na  
1909 Assembleia junto com a superintendente para atender a demanda da Assembleia que  
1910 também era para atender um grupo grande de municípios. Elas já me ligaram de lá diz que  
1911 está muito bom o debate, está muito rico e vão ficar lá até as 18 horas. **Conselheiro Ami:**  
1912 agenda deste curso, destes cursos e a inscrição vão ser disponibilizadas quando?  
1913 **Conselheira Nívia:** Então, nós vamos fazer a divulgação de cada modalidade eee... e a  
1914 divulgação e mobilização do público alvo de cada modalidade a partir do momento que as  
1915 modalidades estiverem já com previsão de datas. Então, por exemplo, os cursos  
1916 regionalizados de capacitação sobre a gestão orçamentária a mobilização e divulgação ela  
1917 é feita para aqueles municípios do entorno daquela região onde o curso vai ocorrer. Então,  
1918 as mobilizações e a divulgação ela é muito específica para o curso e para o público. O  
1919 Telepresencial, ele tem sido divulgado amplamente nas... no site da SEDESE e nos nossos  
1920 Boletins Informativos. Vocês têm recebido gente? Os municípios têm recebido as  
1921 informações sobre o Curso Telepresencial. O Telepresencial ele tem uma... um calendário  
1922 quase que já fixo que vai ocorrer agora as quartas-feiras de 15 em 15 dias. A não ser  
1923 quando cair em feriado que a gente joga para o dia seguinte. Então, a divulgação tem sido  
1924 feita através dos... das Secretarias Municipais de Assistência Social via Boletim  
1925 Informativo online. Os cursos de demanda espontânea a gente atende a demanda dos  
1926 municípios. Então, o município que fica responsável por fazer mobilização das pessoas  
1927 que vão participar. E o de especialização como ele ainda não está é totalmente formatado  
1928 o público não está totalmente definido ainda, enfim, todos os critérios né, para esses dois  
1929 cursos de especialização que eu disse mais no momento que os critérios estiverem  
1930 definidos é... nós vamos fazer a divulgação de acordo com a definição desse público. E  
1931 tem também o curso Prevenção em Pauta que é online que está dentro também dali da  
1932 previsão de curso online para os CRAS e para os CREAS. Eles são através do canal Minas  
1933 Saúde que também nós mandamos boletins informativos, divulgamos muito o período de  
1934 inscrição. Não tivemos esse ano, infelizmente, um número muito grande de inscrição  
1935 como tivemos no ano passado. Quero aproveitar aqui e reforçar esse... não sei se ainda  
1936 está aberto a inscrição, está Tanit? A Tanit é uma das coordenadoras... espera só um  
1937 minutinho que ela vai passar o microfone. Espera só um minutinho... Sr. Ami respondeu?  
1938 Ou não? **Conselheiro Ami:** eu gostaria de saber sobre o curso de gestão orçamentária  
1939 eee... e o curso de nivelamento. **Conselheira Nívia:** o curso de gestão orçamentária ele...  
1940 **Conselheiro Ami:** aberto ao conselheiro estadual? **Conselheira Nívia:** é. Ele é aberto  
1941 aos conselheiros estaduais é... ele está ocorrendo em diversas regiões do Estado sendo que  
1942 para Belo Horizonte nós já havíamos feito quando a gente levou o Plano para aprovar no  
1943 Conselho Estadual, nós já havíamos realizado. Nós tivemos que antecipar para Belo  
1944 Horizonte, região metropolitana, em função daquela questão das chuvas no início do ano  
1945 que os municípios tinham muito saldo de recurso em conta e não sabiam como estruturar  
1946 os serviços emergenciais da Proteção Social Básica. Nós tivemos que antecipar. Então, é...  
1947 por isso que a gente não deu tempo de mobilizar os conselheiros estaduais mais nós  
1948 estamos prevendo assim que terminar essa primeira etapa das cinco capacitações  
1949 regionalizadas que elas demandam uma estrutura muito, muito pesada. Nós estamos  
1950 chamando em torno de 50 municípios em cada capacitação regionalizada. Assim que

1951 terminar nós vamos trazer para os conselheiros em Belo Horizonte, porque os gestores da  
1952 região metropolitana de Belo Horizonte nós já capacitamos. E as outras modalidades seu  
1953 Ami elas... elas... a mobilização sempre ocorre entre o público alvo e é sempre em forma  
1954 de é...informações no site da SEDESE, porque os municípios já estão acostumados, as  
1955 pessoas já estão acostumadas à acessar as informações a através dos Boletins Informativos  
1956 que a Divisão de Monitoramento e Avaliação faz periodicamente para todos os  
1957 municípios. E as regionais nos ajudam muito, nós colocamos, dividimos a  
1958 responsabilidade com os diretores regionais. Cobramos, né Ana?! Fazemos um controle.  
1959 Ligamos, “Ana, você já conseguiu mobilizar os trinta municípios? É quarenta?” Então,  
1960 através das diretorias regionais também a gente sempre faz a divulgação mais próximo da  
1961 data do evento. Do... do curso. Espera só um minutinho que tem uma pessoa lá atrás pediu  
1962 primeiro. **Convidado:** Nívia, Marilza de Cataguases. Em relação ao Minas Saúde é... uma  
1963 das minhas atribuições é a coordenação do CREAS. Nós preenchemos por duas vezes  
1964 aquele termo de adesão, da questão da antena, e aí a gente, se você pudesse esclarecer.  
1965 **Conselheira Nívia:** e qual é a situação hoje da antena sua? **Convidado:** ainda eu não tive,  
1966 não obtive resposta. **Conselheira Nívia:** nem antena nem instalação? **Convidado:** nem a  
1967 antena nem a informação. **Conselheira Nívia:** tá. Importante essa pergunta da Marilza.  
1968 Marilza né?! Marilza. O canal Minas Saúde ele é um parceiro, quer dizer, nós somos  
1969 parceiros da saúde nessa modalidade que é o Curso Prevenção em Pauta. Que é um curso  
1970 de qualificação à distância através da ferramenta, é antena, canal Minas Saúde e nós  
1971 conseguimos que a Secretaria de Saúde nos incluísse neste curso, entendendo que é  
1972 importantíssimo que os nossos trabalhadores também sejam qualificados, assim como os  
1973 trabalhadores da saúde para essa questão do trabalho, né, com a prevenção de álcool e  
1974 droga e, muitas vezes, com o tratamento. Como é o caso do CREAS, do público dos  
1975 CREAS. A Secretaria de Saúde gentilmente nós... se comprometeu a ceder uma antena  
1976 para cada equipamento nosso, o CRAS e CREAS, e fazer a instalação da antena. É...  
1977 infelizmente nós ainda não alcançamos a totalidade dos nossos equipamentos. Nós  
1978 temos... só um minutinho, a Tanit vai explicar para vocês porque ela é a coordenadora  
1979 deste programa lá na Secretaria de Saúde. Mais eu queria só complementar, nós temos  
1980 1082 CRAS, 227 CREAS e a Saúde ela está fazendo essa instalação em todo o sistema da  
1981 rede de saúde, todo o sistema prisional de... de... da Secretaria de Defesa Social mais os da  
1982 Assistência Social, os CRAS e CREAS. E mais as escolas estaduais. Então, foi assim,  
1983 uma operação, uma mega operação que teve de ser feita no final do ano passado, porque o  
1984 curso começou já no segundo semestre do ano passado. Então, na verdade, a gente ainda  
1985 tá um pouco que trocando a roda com o carro andando. A instalação das antenas está se  
1986 dando, nós estamos fazendo esse levantamento quase que todo mês porque aí a gente pega  
1987 a... as respostas dos municípios e é muito importante que vocês nos respondam, gente, não  
1988 se cansem, porque enquanto houver um CRAS e um CREAS sem a instalação da antena  
1989 funcionando. Porque, às vezes, a antena chegou mais o técnico que vai instalar não  
1990 chegou. Nós vamos fazer esse trabalho de levantamento, passar para a Saúde, para a  
1991 Saúde cobrar da empresa que foi contratada para fazer esse serviço. Então, na verdade,  
1992 não é um curso nosso, da SEDESE. É um curso que está na parceria, que faz parte do  
1993 programa Aliança pela Vida que é o de combate às drogas. É uma das ações mais nós  
1994 estamos dia a dia permanentemente conversando com a Saúde. A gente tem um comitê  
1995 que trata disso. A Maíra que faz parte, pra ajudar a Saúde a monitorar a instalação dessas  
1996 antenas. Mais infelizmente não estamos com 100% das antenas instaladas ainda não mais  
1997 vamos conseguir. **Conselheira Tanit:** só para completar a informação da Nívia. Na Saúde  
1998 a gente terceiriza esse serviço de instalação da antena e compra da antena. Nós tivemos o  
1999 contrato com a empresa, a Fundação Renato Azeredo, terminado no ano passado e  
2000 passamos por uma licitação no começo desse ano e um processo de licitação não é uma

2001 coisa rápida, né. Então, nós estamos essa semana assinando um contrato com a empresa  
2002 para continuar este trabalho. Então, acredito que os CRAS, os CREAS não receberam ou  
2003 não tiveram as antenas instaladas vão ter isso regularizado muito em breve. Tá bom?  
2004 **Conselheira Nívia:** inclusive, foi por isso que a gente adiou a primeira aula, que já iria  
2005 começar na semana passada. Em função da situação das antenas e aí foi um pedido que  
2006 nós também fizemos para a Saúde, “espera mais um pouco, prorroga mais um pouco para  
2007 dar tempo de alcançar mais CRAS e CREAS”. Mais já estamos com um grande percentual  
2008 instalado através dessas respostas dos questionários que os municípios mandam. Espera só  
2009 um minutinho para ela te passar o microfone. (conversas fora do microfone) **Conselheiro**  
2010 **Júlio:** Júlio, do conselho estadual. É sobre o Telepresencial. É... se contrata uma empresa  
2011 para tá aplicando essas aulas, seriam três questões: é... bem, se o contrato existe, claro que  
2012 é este contrato. Se existe a licitação, né?! E quem são esses professores? Que aplicam o  
2013 curso? **Conselheira Nívia:** o Telepresencial é uma empresa que fornece, oferece o serviço  
2014 do satélite. É um canal privado de TV. Essa empresa trabalha só com cursos de formação.  
2015 Então, a gente faz um contrato, a gente já teve a licitação, faz um contrato grande  
2016 englobando tudo. Quem paga o professor é ela, que nós não... o Estado não pode pagar  
2017 direto. Esse professor recebe no mesmo valor de hora/aula de mercado e nós é que  
2018 escolhemos os professores. Então, nós fizemos um... formamos um grupo lá da equipe da  
2019 SEDESE pra... contamos com a participação de alguns gestores municipais pra nos é...  
2020 sugerir nomes, porque o SEMAS também... eles foram definidos a partir daqueles critérios  
2021 que eu disse para vocês, que foi enquete, que foi o questionário de avaliação dos cursos  
2022 anteriores. Então, nós fizemos um levantamento dos temas mais demandados e que a  
2023 gente não contemplou e fizemos, então, a escolha dos professores de acordo os nomes,  
2024 mais é... renomados para aquele assunto que a gente tem aqui no Estado. Tá. Nós temos  
2025 professor vindo de Juiz de Fora, nós temos professor vindo da Universidade Federal de  
2026 Lavras, nós temos professor da UFMG. Então, nós fomos pegando os nomes e não  
2027 quisemos trazer também nomes de teóricos. Teve até um conselheiro que falou um dia,  
2028 acho que foi você né, Volney. Nós não estamos querendo só teóricos, nós queremos  
2029 profissionais teórico-práticos, porque nós estamos falando para quem está na prática.  
2030 Então, a nossa preocupação esse ano foi “vocês vão ser contemplados com todos os temas  
2031 que já foram demandados e não foram contemplados e com professores novos.”  
2032 Entendendo que nem sempre nós técnicos da Secretaria, gestores da Secretaria  
2033 dominamos tanto aquele assunto que possa estar sendo, a ponto de estar sendo bem aceito,  
2034 bem compreendido pelos capacitandos que estão lá na ponta. Então, nós estamos  
2035 convidando pessoas novas, o...convênio desse ano nós ampliamos o valor do recurso para  
2036 possibilitar remunerar. Porque também nós não vamos ficar trabalhando com convidados,  
2037 né, profissional precisa receber. Então, nós estamos remunerando e aí à empresa é que fica  
2038 por conta de oferecer estrutura que aquela pessoa precisa também. Assim como, o curso  
2039 de capacitação regionalizada também é uma empresa que a gente faz o convênio que é a  
2040 Associação Mineira dos Municípios. E o convênio permite que ela ofereça e organize toda  
2041 a estrutura necessária, inclusive, passagem aérea para o nosso técnico que vai  
2042 acompanhar, para o professor que está sendo convidado para aquela formação. Então, são  
2043 convênios que abraçam todas as despesas, permitem que a empresa arque com toda a  
2044 despesa de estrutura necessária. **Conselheiro Marcelo:** Marcelo, conselho estadual. É...  
2045 Nívia, alguns pontos pequenos aqui. É no curso de Gestão Orçamentária eu lembro que na  
2046 plenária, na última plenária nós sugerimos que não somente contadores mais também,  
2047 procuradores pudessem também compor, fazer parte desse público alvo considerando que  
2048 os mesmos problemas que nós temos com os contadores, nós também temos nas  
2049 Procuradorias. Isso foi bem discutido e eu não consegui verificar isso aí. **Conselheira**  
2050 **Nívia:** é bem lembrado, Marcelo. Eu tenho... vou pedir até a Consolação para cobrar isso

2051 da Maíra porque este... esta apresentação ela foi adequada a aprovação da plenária do  
2052 CEAS porque muita coisa foi sugerida pelo CEAS e a gente viu que tinha condição de  
2053 acrescentar, nós acrescentamos. Mais ela pode ter esquecido mais ficou aprovado com  
2054 essa complementação sim. **Conselheiro Marcelo:** Eu quero é cumprimentá-la pelo...  
2055 pelo... quando você trata é... dos trabalhadores do SUAS e aí quando vai tratar dos cursos  
2056 de pós-graduação que sejam para efetivos, isso é até mesmo uma luta da categoria para o  
2057 fortalecimento é... de toda a categoria profissional que a gente tenha dentro do ... dentro  
2058 do quadro de servidores é... do SUAS servidores efetivos. Isso a gente cumprimenta à  
2059 SEDESE por esse aspecto. Mais quando vai tratar do CRAS e aí não ficou claro para mim.  
2060 É se também será somente para efetivo? E se não for... e se for somente para efetivos eu ia  
2061 sugerir o contrário baseado no outro ponto de vista. Porque o trabalho já está precarizado,  
2062 né?! A gente sabe que os trabalhadores do SUAS, sejam assistentes sociais, psicólogos e  
2063 outras categorias, é... a maioria deles ainda trabalham com contrato apesar do SUAS já ser  
2064 uma lei e exigir que seja através de concurso público. Mais quando ele sai de um  
2065 município, ele vai para um outro município trabalhar no CRAS também. Então, isso  
2066 também fortalece aquele outro município para onde aquele trabalhador for. Isso também  
2067 parece que nós discutimos isso lá no nosso... na última plenária, né?! **Conselheira Nívia:**  
2068 Então, essaaa... essa previsão Marcelo é..., na verdade, nós estamos seguindo a diretriz do  
2069 Plano Nacional que inclusive é... tem uma Resolução que define critério para esta  
2070 modalidade de capacitação. Então, a gente não pode ir contra a Normativa Federal.  
2071 Efetivo. **Conselheiro Marcelo:** O do CRAS é somente para efetivo? **Conselheira Nívia:**  
2072 O de especialização. O de especialização. Aqueles, que é para CRAS e CREAS não. Tá?  
2073 E o de especialização... eu participei da pactuação, da aprovação dessa normativa do Plano  
2074 Nacional de Capacitação, de capacitação, Capacita SUAS, é... foi pensado muito também,  
2075 Marcelo, em função de que os cursos de especialização eles serão com o objetivo de  
2076 formar multiplicadores. Então, pensando que o efetivo ele vai ter condições de multiplicar  
2077 lá no seu ambiente de trabalho ou no seu município todo o conteúdo que ele assimilar no  
2078 curso. Mais é basicamente seguindo uma orientação nacional. E, também, dizer que não  
2079 estão totalmente fechados os critérios não. O que vai ser com recurso federal nós temos  
2080 que seguir a regulação federal mais o que vai ser com o recurso da “prima rica”, Saúde,  
2081 nós vamos tentar abrir, flexibilizar mais porque aí como não é com o recurso federal a  
2082 gente vai ter essa possibilidade de contemplar não só efetivos. **Conselheiro Marcelo:** Tá.  
2083 Este último... é... a última questão. É... da capacitação da proteção especial em ambiente  
2084 virtual. Esse, acho que é Estadual, não é? Esse curso. Se for Estadual e... for possível...  
2085 **Conselheira Nívia:** esse aqui? **Conselheiro Marcelo:** é. Porque lá fala quem é o público  
2086 alvo? Trabalhador dos CREAS, conselhos tutelar dos municípios com CREAS. É... eu  
2087 fico pensando o seguinte: as violações elas acontecem não só onde tem CREAS mais  
2088 também em municípios onde o CREAS não foi implantado. E o conselho tutelar ele teria  
2089 um papel importante, mesmo não tendo o CREAS, dele poder participar desses cursos  
2090 independentemente... **Conselheira Nívia:** então, mais o conselheiro tutelar está aqui  
2091 **Conselheiro Marcelo:** mais lá fala conselheiro tutelar dos municípios com CREAS. Eu  
2092 estou sugerindo que sejam conselheiros tutelares, porque aí atende todo o público. Todos  
2093 os conselheiros tutelares, porque a valorização do direito não está só onde tem CREAS.  
2094 Está também em outros locais. **Conselheira Nívia:** Ahhh sim. Sim. Não, tem razão. E ele  
2095 está com a precisão de a partir de 2013 **Conselheiro Marcelo:** por isso que a gente tem  
2096 tempo. **Conselheira Nívia:** a partir de 2013 muitos municípios que não tem CREAS hoje  
2097 poderá ter em 2013 e nada impede que a gente amplie ali. Até porque ele é EAD. Então,  
2098 quanto mais pessoas acessarem melhor. A gente não tem um limite de vagas não.  
2099 **Convidado:** meu nome é Renata, eu sou de Manhumirim. Nós não temos no CRAS e no  
2100 CREAS a antena do Minas Saúde mais nós temos nos PCF's e na Gerencia Regional de

2101 Saúde. A gente pode fazer esse curso lá? **Conselheira Nívia:** Com certeza. Com certeza, é  
2102 importante que você fale para o seu gestor municipal tá, dessa impossibilidade que vocês  
2103 têm no equipamento, que o objetivo nosso era possibilitar que o técnico no seu próprio  
2104 ambiente de trabalho pudesse acessar ao curso, né, sem interromper, sem prejudicar sua  
2105 carga horária, o andamento do seu trabalho. Mais enquanto a antena não seja instalada e aí  
2106 eu peço que vocês nos informem, vocês liguem para a Diretoria de Capacitação e desse  
2107 essa informação mesmo que já tenham respondido ao questionário, porque é ela que está  
2108 monitorando junto com a empresa terceirizada da Saúde para a gente ir conseguindo  
2109 alcançando os municípios aonde ela ainda não chegou. Mais vocês podem sim está  
2110 acessando através dos equipamentos da Saúde. Eu acredito que a Saúde deva estar mais  
2111 bem equipadas já né Tanit com as antenas. E tem o Sistema Prisional também não sei se  
2112 no seu município tem. E também vocês podem acessar através do site canal minas saúde  
2113 que esse ano possibilita que você veja qualquer aula através do meio virtual. Ano passado  
2114 não. Ano passado era mesmo só ao vivo. Na vídeo conferência. Tipo vídeo conferência.  
2115 Agora não. Agora através do canal minas saúde, portal minassaude.com.br você vai  
2116 acessar, mais tem que fazer a inscrição primeiro tá?! Depois de inscrito, confirmado sua  
2117 inscrição, você tem direito a acessar todas as aulas com possibilidade de ver, inclusive,  
2118 aulas já passadas. **Convidado:** é... eu quero... primeiro... Cecília, Laranjal. Primeiro, não  
2119 sei se é muito o momento não mais eu queria agradecer aqui a sua equipe lá da SEDESE,  
2120 a Dione, a Miriam, a Sirlene que sempre tem ajudado a gente, como sempre né?! Muita  
2121 coisa mesmo lá em Laranjal. E outra coisa eu queria pedir... é região né Ana? Eu queria  
2122 pedir que esse curso de... essa capacitação de gestão orçamentária tivesse condição de  
2123 fazer na regional de Muriaé. São 40 municípios, né?! Já. **Conselheira Nívia:** Muriaé está  
2124 na previsão. Se você quiser ligar para a diretoria de capacitação, a Maíra te fala para  
2125 quanto que está previsto. **Convidado:** porque são 40 municípios ansiosos né, como  
2126 sempre. **Conselheira Nívia:** E é uma regional que responde muito bem as capacitações  
2127 regionalizadas. **Convidado:** e outra coisa que eu queria perguntar. Essa questão do  
2128 prefeito. A gente sempre sente falta de prefeito na capacitação, quando a gente vem, né?!  
2129 Da importância da política de assistência, da efetivação da política. Agora vai ter que ter  
2130 uma estratégia para fazer pro prefeito. **Conselheira Nívia:** Então, a inclusão do prefeito  
2131 foi uma demanda da CIB. Das gestoras municipais representantes dos diversos portes na  
2132 CIB e elas se comprometeram... e elas sugeriram a inclusão. Viram a importância da  
2133 inclusão dos prefeitos e elas se comprometeram a fazer o trabalho de mobilização dos  
2134 prefeitos para os cursos onde o prefeito for público alvo. E aí a gente faz a nossa  
2135 mobilização também. Em meio virtual, em forma de ofício, né, e vocês nos ajudem  
2136 também de lá. **Convidado:** Não. Não. Isso a gente ajuda. E outra... última coisa, é pedir  
2137 mesmo a flexibilização quanto a capacitação ali de... do do... pós-graduação, nem está ali  
2138 mais, da pós-graduação na questão de.. do Estado, da SEDESE, porque o que é MDS,  
2139 infelizmente, não tem como é só lamentar. Mais o Estado, o pessoal de... é contratado,  
2140 efetivo, né, sendo porque a maioria o Marcelo falou ali muito bem porque é a maioria  
2141 gente. Se fizer um levantamento já deve ter ... para saber... são contratados. Já que o  
2142 Estado pode ter uma flexibilização maior... **Conselheira Nívia:** Ahh sim. **Convidado:** a  
2143 gente pede para ser olhado com mais carinho. **Conselheira Nívia:** para o curso que  
2144 especialização que não vai ser com recurso federal. Né?! Porque o de recurso federal  
2145 infelizmente... **Convidado:** é só lamentar e torcer, né?! **Conselheira Nívia:** Na verdade,  
2146 eu participei dessa discussão e a ideia, a intenção é... incentivar os municípios, incentivar  
2147 os prefeitos, incentivar um movimento dos trabalhadores da assistência social em prol de  
2148 concursos públicos. Porque aí a gente começa... e a questão de formar multiplicadores. A  
2149 ideia é que você capacite, faça um investimento de capacitação naquele servidor que já é  
2150 efetivo, que já está ali e que tem menos possibilidade de sair e que já tem um tempo, que

2151 já tem um vínculo forte com o município ou com a gestão municipal para que ele possa  
2152 é... na sua gestão ou no seu trabalho técnico ser também um multiplicador do aprendizado.  
2153 **Convidado:** uma última coisa é se pudesse falar um pouquinho sobre expansão da  
2154 proteção social especial. **Conselheira Nívia:** Tá no informe, eu vou falar daqui a  
2155 pouquinho. **Convidado:** Ahh ta, obrigado! **Conselheira Nívia:** Tá nos informes.  
2156 **Conselheiro Volney:** ohhh Nívia, é Volney. Com relação aos conteúdos programáticos.  
2157 Com relação aos conteúdos programáticos para os trabalhadores de CRAS, CREAS o que  
2158 se refere a conteúdos da psicologia eu queria assim verificar com você a possibilidade de  
2159 tentar amarrar os conteúdos programáticos com os conceitos de classe que eu não sei se  
2160 ocorre o mesmo no conselho de assistência. Eu não estou falando pelo o meu conselho,  
2161 quanto profissional da área, porque hoje nós temos, por exemplo, grupos né, estudando  
2162 política aí e a gente está percebendo um distanciamento muito grande do que do... é o real  
2163 e do que os trabalhadores estão encontrando. Então eu acho interessante quando for  
2164 elaborar o conteúdo programático quem sabe tentar amarrar com o conselho de classe,  
2165 porque pelo menos né sai diretrizes, né, no entendimento do conselho, em especial, do  
2166 meu conselho. Eu não sei se acontece isso no conselho da assistência. Então se for  
2167 possível amarrar para isso, por favor. **Conselheira Nívia:** Tá eu vou levar isso para a  
2168 diretoria de capacitação mais frisando que todo o conteúdo programático ele foi preparado  
2169 a partir das demandas e de todo um levantamento já de demandas que a gente preparou  
2170 durante um tempo. Né?! Nós podemos tá “consensuando”, né, com os conselhos sim. Sim,  
2171 ok. **Presidente:** Eu gostaria de estar colocando Nívia é o seguinte; tem uma lâmina, uma  
2172 das primeiras que você coloca lá. E que fala que a capacitação vai atingir 14 mil... essa.  
2173 Nós temos 853 municípios em 14 mil/ano. Ainda assim, a gente coloca na observação que  
2174 o nº de pessoas qualificadas pode variar de acordo com a contratação. E aí eu quero pegar  
2175 algumas falas que já aconteceram aqui para a gente ficar atendo para o seguinte: que  
2176 modalidade de contratação é essa? Aí cai um pouquinho no que o Volney colocou e que a  
2177 nossa companheira lá de Laranjal colocou. Então, acho que a gente precisa ter atenção a  
2178 este público, primeiro momento. Esse quantitativo se a gente fizer a divisão a gente vai ter  
2179 em torno de 15 pessoas por município. 15 pessoas nós não capacitamos nem o conselho.  
2180 Eu quero entender e volto a ratificar o nosso Estado é muito grande, não é?! Mais essa  
2181 atenção a gente precisa ter. E quais são esses trabalhadores? Os que estão na gestão, os  
2182 que estão nos conselhos e nós estendemos até pensando no conselho tutelar. Então, se  
2183 você pegar um conselho tutelar com 10, 5 suplentes, não é?! Nós pegamos um conselho de  
2184 assistência também com suplência e aí tem a gestão. E aí Nívia, a gente tem uma  
2185 preocupação muito grande para todos vocês. Dentro do colegiado de a gente trazer nessa  
2186 capacitação a proximidade muito íntima da prática, da prática. Essa... até então o que a  
2187 gente tem visto é curso que traz uma fundamentação legal, um histórico muito bonito mais  
2188 a realidade que a gente vê no município é você pegar uma apostila daquela quando você  
2189 fala, por exemplo, do programa de gestão de orçamento e financiamento, você traduziu  
2190 que aquilo para a prática a hora que a pessoa está lá no município, não faz não. Não faz  
2191 não. Então, essa preocupação a gente continua tendo. Nós já discutimos várias vezes  
2192 dentro do colegiado e eu acho importante frisar. Se for para contratar professores ainda  
2193 que sejam universitários sem nenhum deméritos acadêmicos mais sem essa proximidade  
2194 com a praticidade, nós vamos estar rasgando dinheiro público. E a visão que eu tenho lá  
2195 de quem está no interior e quanto mais longe pior é o acesso. E aí, no mínimo, a gente  
2196 pensa que se tiver um acadêmico, que a gente tenha, por exemplo, um... alguém que faz a  
2197 gestão né, e que seja também, que tenha a visão também da aula, do professor. Por  
2198 exemplo, eu quero ser um exemplo claro aqui Cataguases. Nós temos o Fernando não é?!  
2199 O conselheiro José Fernando tem a academia, mais o conselheiro José Fernando  
2200 desenvolve a gestão. Então, a experiência que ele leva é muito maior. Porque a

2201 preocupação que eu tenho é o tempo que nós vamos gastar para fazer a qualificação além  
2202 do gasto que nós vamos ter e depois, o resultado que não vai atingir o que a gente espera.  
2203 Agora, os educandos... Nós enquanto municípios estamos com essa visão, a gente tem que  
2204 preocupar quem é que vai ser capacitado? Além de quem é que vai ser capacitado nós  
2205 temos que nos preocupar com o seguinte: nós precisamos monitorar para saber se a  
2206 capacitação está atingindo o objetivo da qual a gente pensa que deve atingir, que é ter a  
2207 pessoa em condições de desenvolver o trabalho. Porque se não for para trazer essa retórica  
2208 até naquela ficha nossa enquete, de perguntar as pessoas “olha você avalia o curso como?”  
2209 “o lanche foi bom”; “a cadeira foi boa”; não. Eu quero saber na efetividade. O que de  
2210 retorno nós tivemos. E eu penso que é isso que o município precisa ter. E aí Nívia, eu  
2211 queria colocar isso para a gente... porque a gente ainda está em tempo de proceder umas...  
2212 algumas adequações, eu diria, não correções, adequações mais com essa visão que está  
2213 nos inquietando muito. E eu penso que dentro do que eu vi aqui de resumo é uma  
2214 inquietação quase que mais ou menos mediana. Antes de voltar para você, o Volney que  
2215 voltar a falar e o Marcelo. **Conselheira Nívia:** Eu queria só esclarecer que essa meta aqui  
2216 gente, conforme a diretriz do plano nacional nós pudemos quantificar aqui só com relação  
2217 aos profissionais dos municípios conforme as informações do CAD-SUAS. Tá? É baseado  
2218 nas informações do CAD-SUAS. Claro que nós esperamos que seja muito além disso. Isso  
2219 aqui com relação ao número de técnicos cadastrados no CAD-SUAS. Informações do  
2220 CAD-SUAS, tá?! Para além desse público nós contamos com os trabalhadores da rede  
2221 socioassistencial, com os conselheiros municipais, com os conselheiros tutelares. Tá?  
2222 **Conselheiro Volney:** só esclarecer, Geraldo, seu gancho aqui. É, por exemplo, vamos que  
2223 essa empresa contratada ela contrate professores da área... estou falando da minha área, da  
2224 psicologia, professores da Universidade Federal. A gente sabe, dentro da minha área, a  
2225 Federal ela tem uma abordagem psicanalítica, ela não atende nada da assistência. Se você  
2226 pega professores da PCU, por exemplo, PUC São Gabriel, em Belo Horizonte, né?! É uma  
2227 abordagem mais para a assistência. Se você pega a PUC Coração Eucarístico é uma  
2228 abordagem mais clínica. Então, é... se entendeu, Nívia? É isso aí que nós precisamos estar  
2229 atentos. Entendeu como é que é. Porque, às vezes, você pega um profissional com uma  
2230 visão psicanalítica da psicologia que não atende a assistência. O cara está viajando na  
2231 maionese o tempo inteiro. Percebe? Então, quando eu te sugiro, nós temos hoje o GT no  
2232 Conselho Regional de Psicologia. Um GT voltado para a assistência e a gente percebe que  
2233 o povo não sai do lugar. Não dá conta, porque não entende a política. O que está sendo  
2234 proposto a categoria não consegue absorver. Você me entendeu Nívia? A nossa  
2235 percepção? **Conselheira Nívia:** Foi essa a nossa preocupação, por isso que eu disse no  
2236 início que esse ano o que a gente traz de novidade, o que nós estamos trazendo bons  
2237 professores coisa que até o ano passado a gente não tinha nem condição de contratar.  
2238 **Conselheiro Marcelo:** eu quero é enfatizar o que o Volney falou e... Volney... muito  
2239 bem! Eu quero é cumprimentá-lo por essa fala. Porque como um profissional que vai falar  
2240 do atuar do profissional da categoria se ele não tem o .... se o conselho de categoria pode  
2241 ter uma fala diferente. Né?! É... então, eu acho que é importante quando for tratar do...,  
2242 principalmente, no que diz respeito ao fazer profissional daquela categoria que o Conselho  
2243 de Categoria pudesse tomar conhecimento. Quero cumprimentá-lo. **Presidente:** Nívia, a  
2244 Nívia na sua fala agora, logo em seguida, você falou a relação direta que a gente tem com  
2245 o CAD-Único. O que eu quero colocar é o seguinte, a muita das vezes se a gente está  
2246 atento ao que acontece a gente vê equívocos cometidos. O CAD-ÚNICO ele contempla os  
2247 profissionais da rede socioassistencial. E quando a gente fala da rede socioassistencial,  
2248 nós estamos falando no modelo da inscrição permitida para entidades de assistência social.  
2249 Nós não estamos falando das entidades de beneficentes de assistência social. Então, nós  
2250 estamos falando de outras entidades de educação e saúde, por exemplo, que tem inscrição

2251 de projeto, programa e serviço, cujos os profissionais para desenvolvê-los são  
2252 profissionais, trabalhadores do SUAS. Então, eles não são contemplados se nós não  
2253 passar, extrapolar o CAD-SUAS. Percebeu Nívia? Então, quer dizer, no meu  
2254 entendimento. Eu fiz essa fala em Brasília, em Manaus, pro pessoal nacional para mostrar  
2255 para eles que existe um equívoco quando você interpreta e priva, estreita o caminho do  
2256 acesso à capacitação aos profissionais tão somente ligados naquilo que está no CAD-  
2257 ÚNICO que são as entidades de assistência social. Isso não é verdade se consideramos a  
2258 prática de quem desenvolve o SUAS, que também não tem vínculo com ele. Isso é o  
2259 retardo do Brasil hoje. Não é? Só para ratificar, para ficar bem claro que não é mera  
2260 contraposição. É para mostrar que hoje no nosso Estado Mineiro a saúde, por exemplo, é  
2261 executada em 60% por Santas Casas de Misericórdias de hospitais filantrópicos. Então é a  
2262 rede complementar ao poder público. Nós criticamos o Volney, trouxe a fala dele ontem e  
2263 hoje, ele trouxe uma fala, não sei se nos todos ficamos atentos a ela quando disse que o  
2264 conselho de psicologia “deu pau” em várias entidades. Não foi isso que você falou? De  
2265 comunidades terapêuticas. E aí a gente pergunta o seguinte: avaliar o outro é fácil. Não tão  
2266 difícil. Quero reconhecer o trabalho que eles fizeram. Isso é ótimo, porque nós queremos  
2267 que a qualidade de serviço chegue na ponta. A outra situação a avaliar é o seguinte: e o  
2268 que a outra nós vamos fazer para além da crítica, na construção conjunta ou na adequação  
2269 daquelas entidades? Porque o poder público hoje nesse sentido é omissivo, incompetente e  
2270 ineficiente. O poder público nas três esferas de governo não dá a comunidade terapêutica  
2271 tratamento necessário e nem para atender a demanda reprimida. Você pode olhar. Qual o  
2272 município que tem clínica de recuperação de drogadito, por exemplo, pública? Então, é a  
2273 rede privada. Se a gente chega à rede privada e observa que ela está ineficiente nós  
2274 precisamos trabalhar conjuntamente para construir e não para destruir. Para alargar o  
2275 campo de atuação e não para estreitar. Então, esse modelo que está na cabeça de alguns  
2276 pensantes, né?! Lá em Brasília. Nós precisamos mudar. A compreensão. Não é que eles  
2277 estão equivocados, é a compreensão. E nós precisamos fazer isso, porque essa prática no  
2278 nosso Estado é grande e a gente carrega essa praticidade e é ela que a gente quer fazer  
2279 estar junta com o mundo acadêmico na capacitação. Pronto Nívia, eu devolvo para você.  
2280 Tem mais inscrição gente nessa área? Então Nívia pode fazer o seu comentário final. É só  
2281 contribuição. **Conselheira Nívia:** Não. Eu queria concordar com sua contribuição. Esse  
2282 também é o desejo, o pensamento, nosso lá da SEDESE e a gente está tentando trazer  
2283 pessoas que possam realmente contribuir de forma efetiva pra este processo que é muito  
2284 importante. Nós estamos num momento importantíssimo da implantação do SUAS e a  
2285 proposta da capacitação é poder contribuir de forma, assim, bem marcante mesmo para a  
2286 prática profissional de cada um dos trabalhadores que estão executando nos municípios os  
2287 serviços. **Presidente:** É para acordar o pessoal, agente bate assim. É... eu queria  
2288 parabenizar a nossa conselheira e vice-presidente Nívia. Vocês viram que a temática que  
2289 ela traz da capacitação ela talvez mexa muito mais com todos nós que estamos aqui  
2290 presentes, porque é isso que a gente precisa, é isso que a gente quer e necessita e  
2291 normalmente, graças à Deus, no nosso meio quando a gente quer alguma coisa é porque  
2292 precisa, não é por vaidade. Então, a total importância do que você traz e trouxe com muito  
2293 detalhe, com muita riqueza de conteúdo. As contribuições que nós tivemos aqui, nós  
2294 precisamos revê-las junto com a construção do projeto, porque todas essas críticas, todas  
2295 essas complementações, essas colocações foram feitas aqui por todos os companheiros é  
2296 no sentido de contribuir para que a gente possa ter de forma eficiente, eficaz, uma  
2297 capacitação. Porque nós temos uma preocupação grande. O nosso Estado é o maior estado  
2298 desse país no que diz respeito ao número de municípios. Então, a gente tem essa expertise  
2299 e a responsabilidade de levar isso para os outros estados e levar com muita competência  
2300 para não rasgarmos ou desperdiçarmos o dinheiro público. Obrigado Nívia. Parabéns pela

2301 apresentação. **Conselheira Nívia:** Obrigado! Eu que agradeço. **Presidente:** com toda  
2302 certeza você continua conosco. Eu gostaria de convidar a nossa conselheira Cris para a  
2303 gente dar sequência ao nosso programa. Ela vai falar a respeito do acréscimo do  
2304 instrumental Prestação de contas. Não é isso? **Conselheira Cristiane:** isso. **Presidente:** e  
2305 logo em seguida nós vamos... (conversa fora do microfone) e aí nós vamos... nós vamos  
2306 fazer... nós estamos só confabulando aqui. É assim mesmo que acontece nas plenárias lá  
2307 viu gente. E aí logo em seguida que a Cris fizer a apresentação nós vamos ter os informes  
2308 que o conselheiro Márcio vai trazer para nós. Muitas novidades, uma riqueza grande de  
2309 conteúdo e dentro dela nós vamos ter também uma outra fala de Nívia que vai estar  
2310 contribuindo pro processo e acrescentando mais algumas coisas. **Conselheira Cristiane:**  
2311 o que a gente está trazendo para discussão é... dos conselheiros estaduais e para  
2312 apresentação dos participantes dessa plenária ampliada é... um processo que a gente está  
2313 vivenciando dentro do Conselho Estadual de alteração do instrumental de Prestação de  
2314 contas... das prestações de contas dos recursos do orçamento da assistência social, do  
2315 orçamento estadual que é feito quadrime... trimestral... trimestral. Então, esse... essa...  
2316 nós... é... trimestral. É dessa vez vai ser. Mais é pelo trimestre. E esse processo aconteceu o  
2317 seguinte nós já vínhamos coletando algumas informações durante as plenárias de  
2318 discussão quando vai apresentar o relatório trimestral, alguns conselheiros já vinham  
2319 questionando a forma de apresentação, às vezes era muito extenso, muito complexo. E  
2320 houve uma capacitação no conselho estadual de assistência social, mês passado se eu não  
2321 me engano, em orçamento né?! Teve a capacitação, e dessa capacitação também foram  
2322 coletadas outras propostas para adequação do instrumental. Então gente é... vocês não  
2323 estão com o instrumental na mão mais assim, o que eu vou apresentar é o que a gente está  
2324 propondo de alteração e nós já vamos trabalhar encima desse novo formulário, na verdade,  
2325 é só uma organização do instrumental que a gente já utiliza, reforçando alguns aspectos  
2326 né?! Não alteramos... porque nós temos uma resolução, do conselho estadual de  
2327 assistência social, que disciplina, que dispõe sobre o que a SEDESE tem que nós  
2328 apresentar em termos de prestação de contas. Isso. E aí o que a gente vai trabalhar é só  
2329 encima desse instrumental que é ... e a resolução que dispõe sobre as informações que  
2330 devem ser repassadas da SEDESE ao Conselho Estadual é a resolução 227/2009 que foi  
2331 construída em parceria com os técnicos da SEDESE no que se refere a prestação de  
2332 contas. É... as informações detalhadas se encontra em cada ação virão em anexo após cada  
2333 uma. Como é que a gente apresenta hoje? Tem lá a ação e um detalhamento dessa ação.  
2334 Então o relatório fica muito extenso. Então reunidos lá com os técnicos da SEDESE a  
2335 gente teve a proposição de que esse detalhamento da ação ele não vai vim já direto no  
2336 relatório, ele vem como um anexo. A gente não vai perder essas informações, mais vai  
2337 deixá-la em anexo. Nós temos sempre... a SEDESE sempre nós apresenta um quadro de  
2338 detalhamento da Lei Orçamentária anual estabelecendo os recursos previstos na LOA o  
2339 que foi ... por fonte, né?! O que foi gasto e o que está previsto. Então este detalhamento  
2340 vai continuar fazendo parte dos relatórios trimestrais e a gente não pretende tirá-lo. Em  
2341 relação ao Índice de Gestão Descentralizada uma observação que a gente colocou é inserir  
2342 na prestação de contas das outras ações quando o gasto daquela ação for feito com  
2343 recursos do IGD. Para esclarecer: a gente tem uma ação no Plano de Assistência Social do  
2344 Estado que é a capacitação. Essa que, inclusive, foi apresentada agora pela Nívia. E  
2345 muitas vezes o recurso para cobrir as despesas de capacitação de formação é do IGD. E aí  
2346 na prestação de contas isso não fica claro, na hora que a gente lê a prestação de contas. Só  
2347 lá no final da prestação de contas que você tem uma outra ação dizendo que é recursos do  
2348 IGD. Então, a gente está sugerindo que a SEDESE apresente já na ação se a ação foi  
2349 executada com recursos do IGD que isso já esteja descrito. É uma adaptação da matriz de  
2350 todas as ações. Eu vou apresentar só a adaptação de uma das matrizes que é a da

2351 qualificação para ficar claro como que vai ser feito. Então, esse é o primeiro quadro que  
2352 vai aparecer na prestação de contas com o exemplo que nós estamos usando a qualificação  
2353 de recursos humanos para a gestão do controle... é... gestão e controle do SUAS. É a ação  
2354 número 1 do plano de assistência que está no fundo, então, vão manter aquelas  
2355 informações. Primeira informação é a rubrica orçamentária, mantém o número da rubrica.  
2356 O valor previsto na Lei na Orçamentária Anual, se houve alguma suplementação,  
2357 anulação e a meta do projeto estruturador que são as metas físicas. Então, esse primeiro  
2358 quadro permanece como ele estava antes na prestação de contas. Em seguida vem, os  
2359 objetivos da ação, uma descrição breve da ação e o quadro de detalhamento dos gastos  
2360 que vão constar de novo a LOAS, a origem ou a fonte. Se é fonte 10 – Estado; fonte 56 –  
2361 Governo Federal ou fonte outra. Fonte 29 que é usinas. O crédito inicial, quer dizer, esse  
2362 processo que é feito dentro do processo orçamentário mesmo. O crédito inicial, o crédito  
2363 autorizado, a despesa empenhada, despesa liquidada e o pagamento, que é a finalização.  
2364 Que é aquilo que a gente conversou ontem, que a gente vai aprendendo que nem sempre o  
2365 recurso ter sido empenhado significa que foi pago, então, a gente precisa saber o que  
2366 realmente foi pago. Então, tá todos esses valores. O saldo do orçamento. Então, a gente  
2367 vai manter constantemente nesse processo uma leitura do que foi pago e qual é o saldo  
2368 que ainda existe, tanto da fonte 10 quanto da fonte 56. O orçamentário. Aí a gente até vai  
2369 ser um exercício... ohh Marcelo, já aproveitando que você... vai ser um exercício porque a  
2370 gente está descobrindo o seguinte, no caso de orçamentário, vai ter o saldo orçamentário.  
2371 A gente só vai conseguir saldo financeiro da fonte 56 que é a fonte do governo federal.  
2372 Então, a gente não tem como ter é... o saldo financeiro da fonte 10, por exemplo, a  
2373 Claudinha... A Cláudia é a técnica... é conselheira... oi? Pois é. Ela é conselheira e ela que  
2374 nos deu esses esclarecimentos técnicos na reunião. E ela é diretora do fundo do FEAS,  
2375 né?! E ela está no conselho, ela não pode estar aqui hoje mais é quem está nos ajudando  
2376 nesses esclarecimentos. E aí... o segundo... Em seguida, o quadro seguinte seria as ações  
2377 realizadas, descrições de pagamentos efetuados, né?! Mantém também um pouco do como  
2378 estava. A ação realizada, o público alvo, os objetivos, o mês em que ela foi realizada no  
2379 caso das capacitações realizadas pela SEDESE esse a gente já... a SEDESE apresenta essa  
2380 descrição. O município onde foi realizada a capacitação ou a ação, o período e o número  
2381 de participantes. Esse quadro já está lá. Esse quadro já é um quadro que a SEDESE já nos  
2382 apresentava. A gente sempre separa capacitações realizadas pela SEDESE, eventos  
2383 realizados pela SEDESE, reuniões de trabalho realizadas pela SEDESE e as participações  
2384 em capacitações, eventos, reuniões de servidores da SEDESE de outros profissionais e o  
2385 total de ação de qualificação identificada no trimestre e o total das pessoas capacitadas.  
2386 Então, isso não se altera. Execução Física/Financeira e aí é o quadro de comparação do  
2387 trimestre. Pra gente entender. No primeiro trimestre, qual que é o valor e qual que é o  
2388 percentual de execução de... física, orçamentária e financeira; segundo trimestre, terceiro  
2389 trimestre, quarto trimestre e qual que é o acumulado. Né?! Essas informações já são dadas,  
2390 já são trazidas, né?! Isso aí não se alterou. Despesas realizadas, então, por fonte. Né?!  
2391 Então, qual é a despesa realizada na fonte 10, qual é a despesa pela realizada na fonte 56 e  
2392 a descrição. É... depois vem uma justificativa e a gente fez um alerta, numa discussão do  
2393 grupo lá, inclusive, com a Cláudia e a Gilvânia que estava conosco. Silene, que também  
2394 estava conosco. Nos ajudando nessa organização que a justificativa. É... se houver é... se  
2395 houver qualquer diferença de valores, exemplo, anulação, suplementação, quer dizer, a  
2396 justificativa que a gente precisa ter é essa. Assim, houve alguma anulação do recurso?  
2397 Porque que houve? Houve alguma suplementação? Porque que houve? Então, isso aí. E,  
2398 além disso, acompanhando a cada trimestre, a execução orçamentária quando essa  
2399 execução ela for abaixo já ter uma justificativa da baixa execução. Né?! Aí, a gente  
2400 identificou, inclusive, que tem um decreto, me parece do Governador, que estabelece os

2401 percentuais de execução orçamentária por trimestre. Né?! Então, nós vamos utilizar esse  
2402 decreto como uma referência. Nós já temos, na verdade, o conselho já tem buscado  
2403 acompanhar isso, mas a gente vai usar esse percentual como parâmetro se o percentual de  
2404 execução do trimestre for abaixo do que está previsto no decreto do Governador, então,  
2405 justifica-se porque que foi. Se for acima a mesma coisa. Né?! Então, essa justificativa é  
2406 nesse sentido. Isso também a gente conversou para evitar aquelas justificativas longas das  
2407 ações que depois a gente não conseguia entender direito o que estava justificando e  
2408 acabava sendo uma descrição da ação e não uma justificativa da execução orçamentária.  
2409 Então, essa foi uma discussão que nós tivemos no grupo com a Cláudia e a Silene. É...  
2410 depois os resultados das ações e aí já é uma avaliação mais qualitativa de quais foram os  
2411 resultados das ações realizadas. Os resultados da qualificação, os resultados do  
2412 investimento em serviço, né, conforme... E aí esses resultados avalia conforme estava  
2413 previsto no objetivo da ação. Né?! E... é... por último uma avaliação, que a gente sugere  
2414 que seja um texto resumido sobre a execução da ação, entraves, avanços, desafios, o  
2415 impacto da ação, considerando as normativas vigentes. Pode passar. E aí o quadro de  
2416 Detalhamento da LOAS (risos). Bom. Mais aí eu vou... ler, né?! De qualquer... é... É ação  
2417 o programa de trabalho, a fonte, o valor da Lei Orçamentária Anual, a meta, o valor  
2418 executado no primeiro trimestre, o percentual de execução, a meta executada – a meta  
2419 física, né, executada no primeiro trimestre, o valor executado no segundo trimestre, o  
2420 percentual de execução, a meta de execução, quer dizer, tudo tendo as informações de  
2421 maneira que você possa comparar a meta física, né?! Aquilo que foi executado no  
2422 trimestre em termos de meta física e o que foi executado no trimestre em termos de meta  
2423 orçamentária. Então, esse quadro já tá sendo mantido e a gente vai acompanhando  
2424 trimestre por trimestre. É isso, né?! As alterações que a gente está propondo no ...  
2425 **Presidente:** Vou abrir aos questionamentos e/ou complementação dos conselheiros e logo  
2426 em seguida, a gente abre para a plenária. Pois não, Marcelo. **Conselheiro Marcelo:** ficou  
2427 muito legal. Esse G aqui na justificativa quando você falou de baixa, justificativa de baixa  
2428 execução, como que a gente vai saber na hora da prestação de contas o que se propõe  
2429 como para resolver essa baixa de resolutividade dessa baixa, vai estar em que ponto?  
2430 Entendeu? Porque se... na justificativa disser “olha nossa meta era x, mais nós  
2431 conseguimos y”. Onde que vai estar ali descrito o que nós vamos fazer para resolver, o  
2432 que o governo propõe, a SEDESE propõe para resolutividade disso. Aonde que vai tá  
2433 isso? **Conselheira Cristiane:** é aonde nós vamos acrescentar agora, com a sua sugestão,  
2434 meu querido. Marcelo, eu proponho com base no que você está falando da gente incluir  
2435 um item aí. Né?! Que ... **Presidente:** espera aí, só um minutinho Cris, deixa a Consolação  
2436 manifestar. **Consolação:** não. Porque a gente tá pressupondo né, que, por exemplo, haja  
2437 uma baixa e o que vai ser proposto? Tem questões que não é uma preposição imediata. O  
2438 que a gente vai fazer? Porque, por exemplo, tem recurso que não pode não chegar no  
2439 tempo. Não é? A gente já passou por isso, inclusive, recursos é... federal ou ter outros  
2440 motivos. A gente tem que avaliar é na hora. Prestou-se conta, aí sim. O que a gente vai  
2441 fazer? Isso é o conselho, inclusive, ele vai tá deliberando sobre isso, até o que fazer para  
2442 corrigir porque entra no controle. Aqui é só um instrumento de prestação de contas. Então,  
2443 prestei conta. Aqui. Prestou conta, aí vai para essa discussão. É um outro momento. E  
2444 nesse outro momento, inclusive em plenária, como a própria gestão vai estar apresentando  
2445 isso, pode apresentar alternativas, são essas. Inclusive que a prestação no terceiro semestre  
2446 já pode estar planejado para o outro. Né?! **Presidente:** Veja bem. O...que ta entendendo  
2447 dessa conversa... nós estamos “batendo bola”. Isso aqui é bom que todos assistam mesmo  
2448 porque essa troca de informação é em função de uma necessidade de deliberação. Não é,  
2449 Marcelo?! O que o Marcelo coloca e a Consolação agora veio e colocou em seguida, eu  
2450 penso que nós precisamos ter um campo de alternativa de solução. Né?! Com melhoria de

2451 que forma vai ser. Pensando que a diretoria, a gestão vai estar lá fazendo apresentação.  
2452 Então, a gestão vai estar observando o quê que é, qual é o anseio do colegiado. E sabemos  
2453 que ela está apresentando enquanto gestão, na realidade, enquanto conselheira, também  
2454 tendo a visão do conselho. Não é?! Para que isso aconteça. Então, é uma construção  
2455 conjunta. Mais penso eu Cris que podemos ampliar para um campo de alternativas de  
2456 solução que é obvio vai ser negociado dentro do plenário. **Conselheira Cristiane:** posso  
2457 é... Geraldo. **Presidente:** por favor, ta com você. **Conselheira Cristiane:** para além... eu  
2458 agradeço a Consolidação vem sempre com os esclarecimentos técnicos. Mais é isso que eu  
2459 falei. Eu não acho nenhum problema a gente acrescentar nas orientações que estão  
2460 colocadas ali, Marcelo, nos itens, que uma... uma espécie de ... um alerta. Quando houver  
2461 baixa execução deverão ser apresentadas proposições de ajuste para os próximos  
2462 trimestres. Eu acho que isso é... vocês vão continuar debatendo, vocês dois? Ou a gente  
2463 pode...(risos) **Presidente:** o campo alternativo de soluções aqui. **Conselheira Cristiane:**  
2464 (risos) a gente pode colocar isso ali. Acho que não haveria... Gente, isso é um instrumental  
2465 nosso, do conselho estadual de assistência social. O que um conselheiro, presente aqui,  
2466 achar que precisa acrescentar a gente acrescenta. Isso não é nenhum problema. Eu acho  
2467 que é colocar... se você tem uma outra proposição Marcelo, uma outra proposição de  
2468 acréscimo então você poderia fazer. Eu fiquei imaginando da gente colocar isso ali como  
2469 um item, caso haja situações né?! E quais as ações de melhoria, ou adaptação que são  
2470 necessárias ou outra forma. Você poderia propor inclusive. Eu tô voltando para você.  
2471 **Conselheiro Marcelo:** é porque eu fico realmente inquieto com determinadas situações,  
2472 mais é porque este documento vem da SEDESE para a gente. Ok. Se vem da SEDESE  
2473 para a gente, na justificativa, ele vai dizer “olha nós tivemos baixa execução de tal  
2474 serviço”. Por exemplo, né?! É... nós vamos aprovar. Porque teve baixa, mais eu fico  
2475 pensando o seguinte; a SEDESE já deveria vir com uma justificativa dizendo “nós  
2476 tivemos uma baixa meta, uma baixa execução por causa disso, disso e disso”. Já vai estar  
2477 aqui. E qual que é... e nós tentaremos resolver dessa e dessa forma. **Conselheira**  
2478 **Cristiane:** Então, é só acrescentar um item ali que seria proposições de soluções,  
2479 encaminhamentos... obrigado Ana Paula! Poderia colocar um item ali, encaminhamentos...  
2480 né?! Proposições... né, Nívia?! Que aí já traz a informação da baixa e a informação do  
2481 que vai ser feito. Perfeito. É só acrescentar. Ok. Obrigada. Ok. **Presidente:** Alguma outra  
2482 contribuição? **Conselheiro Volney:** se houve a baixa, a baixa execução, né?! A minha  
2483 sugestão, sabe Marcelo, é que no trimestre seguinte faça-se o... a ação é... ela sendo  
2484 cumulativa. Percebe? Essa é a minha sugestão. **Presidente:** Tá. O que o Volney traz é o  
2485 seguinte, é um detalhamento de um dos tipos de ocorrências que pode acontecer. Então, é  
2486 um detalhamento que vai ocorrer independente da demanda e do que se apresenta em cada  
2487 momento, né?! Mais fica feita a consideração. É... tem mais alguma contribuição nesse  
2488 quesito? Não. Ok. **Conselheira Cristiane:** só um alerta... vai dar alguma contribuição?  
2489 Que nós vamos já fazer o exercício, então, desse instrumental já nessa próxima prestação  
2490 de contas, né?! Então, a gente vai fazer o exercício dentro da plenária do conselho  
2491 estadual com esse novo instrumental. Aí eu peço que a gente fique bastante atentos pra ver  
2492 se é dessa forma como a gente reorganizou, porque vocês viram que não houve mudanças  
2493 muito substanciais. Quem é do conselho estadual, percebeu aí, mais que a gente perceba  
2494 se isso contribuiu e o que mais a gente precisa fazer para que esse instrumental fique ainda  
2495 mais fácil, possa trazer informações mais claras para o acompanhamento do orçamento e  
2496 da execução orçamentária. Tá? O que a gente... a preocupação que a gente teve foi,  
2497 conversando com as técnicas da SEDESE, de pedir para que os relatos fossem mais  
2498 sucintos e mais objetivos para evitar aqueles textos longos que a gente tem na prestação de  
2499 contas, mais que eles sejam direcionados já pra questão da meta física, meta financeira e  
2500 resultado das ações pra que a gente tenha clareza também no resultado qualitativo e

2501 mantendo, inclusive, detalhamento da... dos municípios que recebem, porque a gente  
2502 acompanha isso também. Então, as outras informações elas serão mantidas. Tá, Geraldo. É  
2503 só para dar esses esclarecimentos. **Presidente:** Ok. Tá aberto a plenária. Alguém tem  
2504 alguma manifestação, contribuição para dar? Ok. Algum conselheiro tem alguma posição  
2505 contrária ao que se apresenta para ser deliberado? Podemos considerar então, aprovado  
2506 por unanimidade? Isso? Ok. Então tá aprovada à deliberação. Só para clarear para a  
2507 plenária que, às vezes, a gente já no costume do cotidiano esquece. A Cristiane faz parte  
2508 da mesa diretora do colegiado na qualidade de coordenadora da comissão de orçamento.  
2509 Daí essa apresentação da comissão. Para dar sequência a nossa programação gostaria,  
2510 então, de convidar o conselheiro Márcio que vai estar falando para a gente a respeito dos  
2511 informes dentre da apresentação que nós temos contribuições da nossa conselheira Nívia  
2512 que vai estar fazendo contribuições. **Conselheiro Márcio:** boa tarde a todos. Para que a  
2513 gente possa bem otimizar o tempo e sabendo que já existe um programação de saída de  
2514 alguns conselheiros. Nos informes aqui eu vou estar fazendo uma apresentação e, logo em  
2515 seguida, a subsecretária Nívia ela vai fazer alguns esclarecimentos e eu retomo os  
2516 informes após a fala dela novamente. É... o informe: A Comissão Intergestores Tripartite –  
2517 CIT - reuniu-se no dia 12 de abril quando foram tratados os seguintes temas: Programa  
2518 Nacional de Promoção a Integração ao Mundo do Trabalho; Pactuação de critérios de  
2519 partilha de recursos para a construção de CRAS/CREAS ou CRES POP; Plano Nacional  
2520 dos Direitos da Pessoa com Deficiência “Viver sem Limite” e pactuação do  
2521 cofinanciamento federal para Centro-dia e Residência inclusiva. Ainda, na reunião da  
2522 CIT, o MDS informou: MDS criou, através da SAGI, novo instrumento para identificar  
2523 vulnerabilidades da população e facilitar atendimento – CECAD (Consulta, Seleção,  
2524 Extração de Informações do Cadastro Único) que já pode ser acessado por gestores  
2525 estaduais e municipais. Trata-se do Cead (Consulta, Seleção, Extração de Informações do  
2526 Cadastro Único), aplicativo que permite conhecer a realidade socioeconômica das famílias  
2527 e obter informações sobre as características do domicílio e o acesso a serviços públicos.  
2528 São dados da base nacional do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo  
2529 Federal extraídas mensalmente do sistema on-line de cadastramento. Municípios das  
2530 regiões Norte e Nordeste estão acessando o aplicativo desde 26 de março, os do Centro-  
2531 Oeste e os do Sul a partir desta segunda-feira, dia dois (2) e, para os do Sudeste, ele estará  
2532 disponível em 9 de abril. Já estando disponível, por conseguinte. A ferramenta está  
2533 disponível no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família, que pode ser acessado no  
2534 endereço [www.mds.gov.br/sistemagestaobolsafamilia](http://www.mds.gov.br/sistemagestaobolsafamilia) ou pelo site do Programa Bolsa  
2535 Família. E ainda, o Programa Nacional de Capacitação do SUAS – Capacita SUAS, que já  
2536 foi apresentado pela subsecretária. **Conselheira Nívia:** bom, eu queria antecipar para  
2537 vocês algumas pactuações que foram definidas na semana passada lá na CIT, da qual eu  
2538 participo representando o Estado, porque nós temos aí expansão de financiamento para  
2539 construção de CRAS, de CREAS e de Centro de Referência para a população de Rua e  
2540 que os prazos de aceite vão estar abertos daqui poucos dias no site do Ministério. E é  
2541 importante que os municípios que forem contemplados já estejam preparados para fazer  
2542 esse aceite porque o prazo é curto, porque o recurso já se inicia agora no primeiro  
2543 semestre, em função, de é... a execução já estar prevista para iniciar em 2012. Então, o que  
2544 eu queria alertar aos municípios é que vai haver essa expansão. Essa pactuação deve estar  
2545 sendo aprovada hoje lá em Manaus na plenária descentralizado do Conselho Nacional. E a  
2546 gente espera que o nosso estado seja contemplado com um grande número de municípios  
2547 que podem estar nesses critérios e que a partir do momento que essa relação de município  
2548 assim que chegar até nós, vamos passar para os municípios. O MDS também, vai fazer  
2549 imediatamente contato com os municípios mais de modo que vocês já informem para os  
2550 seus prefeitos de que é importante que eles façam o aceite para que o recurso comece a

2551 vir. Então, eu vou resumir aqui a Resolução que define os critérios que foram pactuados.  
2552 Não significa, né, nomes de municípios isso vai depender da... de estarem contemplados  
2553 nos critérios mais assim, só pra adiantar para vocês. Não vou ler na íntegra a resolução,  
2554 porque é aquele processo burocrático normal que diz que A Comissão Intergestora  
2555 Tripartite, de acordo com as competências estabelecidas em seu Regimento Interno e na  
2556 Norma Operacional Básica – NOB-SUAS, e considerando várias outras normativas legais  
2557 que preveem a consolidação do SUAS, mais enfatizando que dessa vez está incluído o  
2558 Decreto 7492, de 2 de julho de 2011 que institui o Plano “Brasil sem Miséria” cuja  
2559 finalidade é superar a situação de extrema pobreza em todo o território nacional, por meio  
2560 da integração e articulação de políticas, programas e ações e ainda, as metas de  
2561 construções de unidades públicas de assistência social para o exercício de 2012. Então,  
2562 enfatizando que isso vem sendo é... vem sendo... vem significar também a contemplação  
2563 das metas do plano “Brasil sem Miséria” que é o de erradicação de extrema pobreza.  
2564 Então, os critérios são basicamente para o municípios habilitados em gestão básica ou  
2565 plena do SUAS que poderão apresentar propostas de trabalho para o financiamento de  
2566 construção de CRAS desde que, não tenham recebido recurso do MDS para a construção  
2567 de CRAS no período 2009 a 2011. Possuam, pelo menos, um CRAS cadastrado no Senso  
2568 SUAS 2011 que atendam os seguintes requisitos: IGD, CRAS sintético maior ou igual a 8  
2569 sendo a dimensão de recursos humanos classificado como superior e não estar instalado  
2570 em imóvel próprio. Os municípios habilitados na gestão básica ou plena do SUAS,  
2571 poderão apresentar propostas de trabalho para o financiamento e construção de CREAS.  
2572 Então, o primeiro que eu disse é para CRAS, agora é para CREAS. Desde que não tenham  
2573 recebido recurso do MDS para a construção de CREAS no período entre 2009 – 2011, e  
2574 possuam pelo menos um CREAS cadastrado no Senso SUAS 2011 que atenda os  
2575 seguintes requisitos: município de pequeno porte e médio porte. CREAS com os seguintes  
2576 profissionais de nível superior da equipe de referência, um coordenador, um assistente  
2577 social, um psicólogo e um advogado. Ou município de grande porte e metrópoles –  
2578 CREAS com os seguintes profissionais de nível superior da equipe de referência: um  
2579 coordenador, dois assistentes sociais, dois psicólogos e dois advogados. É uma unidade  
2580 CREAS não instalada em imóvel próprio. Então, esses são os critérios básicos. Tá gente?  
2581 Pra CRAS e CREAS. Para efeito da partilha de recursos disponíveis para a construção de  
2582 CREAS municipal e do número de unidades públicas a serem financiadas, observar se há  
2583 proporcionalidade do quantitativo de CREAS e identificado por meio do Senso Suas 2011  
2584 existentes nos seguintes grupos: Grupo 1 – municípios de pequeno e médio porte; grupo 2  
2585 – Distrito Federal, metrópole e municípios de grande porte. Os municípios habilitados,  
2586 espera aí, só um minutinho gente. Os municípios habilitados em gestão básica ou plena do  
2587 SUAS que oferta em serviço especializado para pessoas em situação de rua poderão  
2588 apresentar propostas para o financiamento de construção de Centro POP desde que, esse é  
2589 só para Ana Paula tá gente que é de Belo Horizonte, não tem o centro POP instalado em  
2590 imóvel próprio, recebam o cofinanciamento federal por meio do piso fixo de média  
2591 complexidade para por em oferta o serviço especializado para pessoas em situação de rua  
2592 pelo centro POP. E que, o que é importante propostas apresentadas deverão ter  
2593 obrigatoriamente valor mínimo de 250 mil Reais, observados os seguintes limites  
2594 máximos: para a construção de CRAS – municípios de pequeno porte, valor máximo de  
2595 270 mil; municípios de médio, grande porte e metrópole, valor máximo de 350 mil. Para a  
2596 construção de CREAS - municípios de pequeno e médio porte, valor máximo de 280 mil;  
2597 municípios de grande porte e metrópoles, valor máximo de 230 mil. E para a construção  
2598 de centro POP – valor máximo 400 mil. Os proponentes deverão comprovar em suas Leis  
2599 Orçamentárias a previsão de recursos a serem utilizados como contra-partida  
2600 correspondente a co-participação na construção da obra observado os percentuais

2601 dispostos na Lei 12.465, de 12 de agosto de 2011, que é a LOAS Revisada. Né, gente?!  
2602 Então, esses critérios para a expansão de investimento para CRAS e CREAS. Outra  
2603 informação importante da CIT é a ampliação do Programa Nacional de Promoção a  
2604 Integração ao Mundo do Trabalho que é o antigo Pronatec. Na verdade, é um Pronatec  
2605 mais robusto que repassa recursos para os municípios que fizerem adesão e aí o critério  
2606 para os municípios fazerem a adesão e que é muito importante gente, porque daqui a  
2607 poucos dias vai estar é chamando lá na SEDESE junto com o MDS os municípios que  
2608 fizerem a adesão para tratar das questões mais específicas juntamente com o sistema S, né,  
2609 que é o parceiro para está... pra desenvolvimento desse programa e o mais importante são  
2610 os critérios com relação ao repasse de recursos. Então, o quê que define essa resolução.  
2611 Deixa eu ler aqui rapidinho, o começo... dispõe sobre o Programa Nacional de Promoção a  
2612 Integração ao Mundo do Trabalho a Comissão Intergestora Tripartite de acordo com as  
2613 competências estabelecidas em seu regimento interno e na Norma Operacional Básica do  
2614 SUAS dispostas na Resolução do CNAS nº 130/2005 considerando várias outras  
2615 normativas da implantação do SUAS. Considerando o Decreto 3298/99 que trata da  
2616 política nacional de integração da pessoa com deficiência, considerando a Resolução  
2617 CNAS nº 33, de 28 de novembro de 2011 que define a promoção da integração ao  
2618 mercado de trabalho no campo da assistência social e estabelece seus requisitos. E  
2619 considerando a instituição através da lei 12.513, de 2011, que institui o Programa  
2620 Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o Pronatec resolve: Pactuar metas e  
2621 critérios de partilha de recursos oriundos do cofinanciamento federal para a integração ao  
2622 mundo do trabalho no exercício de 2012. As metas do programa nacional serão pactuadas  
2623 anualmente pela comissão intergestora tripartite. A meta do programa para o exercício de  
2624 2012 consistirá na mobilização de 10 x o nº de vagas negociadas com o Pronatec, no  
2625 âmbito do Brasil sem Miséria. O recurso será composto pelos seguintes componentes:  
2626 Então, haverá um componente básico que é obtido por meio do produto da meta pactuada  
2627 de mobilização do público e do valor de referência. Valor de referência é uma meta, é um  
2628 valor *percapita* obedecendo a seguinte escala: mobilização de até 10 mil pessoas será  
2629 repassado o recurso de R\$ 27,00 *per capita*; de 10.001 a 20 mil pessoas mobilizadas, o  
2630 valor de R\$ 13,50 *per capita*; de 20.001 a 30 mil pessoas mobilizadas, será repassado o  
2631 valor de R\$ 6,25 *per capita*; 30.001 a 50 mil pessoas mobilizadas, será repassado o  
2632 valor de R\$ 3,12 *per capita*. O componente adicional: o componente adicional seria uma  
2633 ... um cumprimento de condicionalidade de permanência de até... o primeiro é de  
2634 matrícula realizada. Matrícula daquela pessoa mobilizada realizada em um dos cursos  
2635 ofertados pelo Pronatec. O outro componente adicional significa a permanência daquele  
2636 aluno em até 75% do conteúdo do curso. Aí além daquele valor *per capita* por pessoa  
2637 mobilizada, o município também, ele vai receber esse valor variável de pessoas  
2638 matriculadas nos cursos com os seguintes critérios: até 1.000 matrículas efetivadas será  
2639 repassado R\$ 80,00 *per capita*, de 1.001 a 2.000 – R\$ 40,00 *per capita*, de 3.001 a 5.000 –  
2640 R\$ 10,00 *per capita*, de 5.001... a mais ... acima de 5.001 matrículas é o valor de R\$ 5,00  
2641 *per capita*. E para os capacitandos com permanência de até... acima de 75% de  
2642 aproveitamento do curso, o de frequência. Até 1.000 alunos com frequência de 75% de  
2643 presença será repassado o valor de R\$ 160,00 *per capita*, de 1.001 a 2.000 alunos com  
2644 frequência de 75% será repassado o valor de R\$ 80,00 *per capita*, de 2.001 a 3.000 alunos  
2645 – R\$ 40,00 *per capita*, e mais de 5.000... de 3.000 a 5.000 alunos – R\$ 20,00 *per capita*, e  
2646 mais de 5.001 aluno, o valor de R\$ 10,00 *per capita*. O quê que é importante? O termo de  
2647 Adesão também do município que estará em breve sendo aberto o aceite... já abriu, né  
2648 Ana? Eles falaram que estaria aberto. Deve ter aberto essa semana. O aceite no site do  
2649 MDS. O recurso será repassado anualmente fundo a fundo de forma automática em duas  
2650 parcelas. Logo após a adesão do gestor municipal e aprovação do conselho municipal de

2651 assistência social. Que mais é importante aqui? Os municípios deverão realizar o aceite no  
2652 período a ser posteriormente divulgado no site do MDS e comunicado por ofício e  
2653 telegrama. A não realização do aceite do município no prazo estabelecido representará  
2654 recursos de cofinanciamento federal que foi oferecido. O cumprimento dessa etapa e de  
2655 responsabilidade do gestor de assistência social do município. O conselho municipal de  
2656 assistência social deverá se manifestar aprovando ou não o aceite realizado pelo gestor na  
2657 forma do artigo anterior em período a ser divulgado pelo MDS. O conselho deverá realizar  
2658 o registro de sua manifestação em sistema eletrônico no qual deverá constar a data da  
2659 reunião e o número da resolução. Então, o quê que significa gente! Esse recurso ele vai  
2660 possibilitar que o município que fizer a adesão aos cursos do Pronatec ofertados pelo  
2661 sistema S e pelos Centros Técnicos. Né?! Os antigos Cefet's. Ele vai receber esse recurso  
2662 como possibilidade de custear despesas e transporte dos alunos, de alimentação durante o  
2663 curso, enfim, toda a estrutura que possibilite o acesso desse aluno além da mobilização o  
2664 acesso à frequência, ao aproveitamento desse aluno a esses cursos. E o outro... que é o  
2665 plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência é aquele plano "Viver sem  
2666 limites" que foi lançado, dia 17/11/2011 e que agora é... está entrando na fase de repasse  
2667 de recurso para o programa BPC na escola. Eu quero aqui mobilizar os municípios para  
2668 fazerem adesão ao programa BPC na escola que é o primeiro critério para o município  
2669 receber o repasse de recurso, destacando que esse recurso BPC na escola ele vem para as  
2670 secretarias municipais de educação. Quem executa o recurso é a educação mais a  
2671 assistência social ela faz parte do comitê municipal juntamente com a educação e com a  
2672 saúde e ela tem algumas competências, né, que são de responsabilidade da assistência  
2673 social. Então, quer que é a novidade desse programa? Ele é repasse de recurso para os  
2674 municípios, para a implantação de centro de referência e o recurso ela vai possibilitar.  
2675 Vou explicar o que é o Centro de Referência. Ela será referenciado ao CREAS de forma  
2676 subsidiária e contará com o matriciamento das equipes de atenção básica e equipes de  
2677 saúde da família e aos núcleos de apoio a saúde da família. Ele tem o objetivo de prevenir  
2678 as situações de negligência, abandono, maus trato, abrigamento e/ou isolamento social das  
2679 pessoas com deficiência em situação de dependência. Assegurando o direito a convivência  
2680 familiar e comunitária. Dar suporte as famílias, diminuindo o stress pelos cuidados  
2681 prolongados, o alto custo da atenção, orientação para o alto cuidado, e favorecendo a  
2682 inserção produtiva das famílias e fomentar conhecimentos, e servir de referência na  
2683 qualificação dos serviços para as pessoas com deficiência no SUAS e no SUS. O recurso,  
2684 ele possibilita o custeio da equipe de referência com base na NOB-RH, que é um  
2685 coordenador, um assistente social, um psicólogo, um terapeuta ocupacional, dez (10)  
2686 profissionais de nível médio do SUAS responsáveis pelas atividades de cuidado pessoal  
2687 dos usuários, um profissional de nível médio do SUAS para a realização de atividades de  
2688 apoio administrativo e serviços gerais. Só mais um pouquinho, que eu estou selecionando  
2689 aqui o que é interessante para vocês em função do porte dos municípios. Atribuições dos  
2690 três entes federados com base na LOAS, NOB-SUAS e Pacto de Aprimoramento da  
2691 gestão. Então, eu vou ler o que é competência dos municípios. Coordenar o planejamento  
2692 das ações de forma democrática, participativa; realizar o levantamento de diagnóstico da  
2693 demanda; mobilizar os usuários; certificar-se do interesse pelo serviço; definir etapas,  
2694 metas, responsáveis e prazos para a implantação do centro dia; prever sua execução no  
2695 plano de assistência social correspondente, submeter à aprovação do conselho de  
2696 assistência social correspondente; destinar espaço físico, equipe de trabalho, equipamentos  
2697 e materiais necessários ao funcionamento do serviço; realizar e/ou participar de  
2698 capacitações; implantar a unidade; ofertar o serviço; cofinanciar o serviço; e realizar  
2699 registros de acompanhamento, monitoramento e avaliação no âmbito do município. Então,  
2700 essa é a expansão de recurso na primeira etapa, né?! De disponibilidade de recurso pro

2701 Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com deficiência além do Programa BPC na escola.  
2702 Deixa eu ver se tem mais informações. Eu queria só destacar aqui com relação ao novo  
2703 processo de adesão ao programa BPC na escola. Eu estou insistindo nisso porque no nosso  
2704 Estado o percentual de adesão no município está muito baixo. Nós do Estado temos o  
2705 desafio e responsabilidade de melhorar esse percentual de adesão e reforçar que é muito  
2706 importante que os municípios façam a adesão porque mesmo que o recurso não venha  
2707 para a assistência social ele vem para a educação. E pensar que o recurso não é pra  
2708 assistência é para o usuário. Né?! O novo processo de adesão do programa BPC na escola  
2709 está definido pela Portaria interministerial 1205/2011 que estabelece o novo processo de  
2710 adesão ao programa possibilitando a participação de novos Estados e municípios e a  
2711 renovação de compromissos anteriormente assumidos por cada ente federado que  
2712 integram o programa desde 2008. Desde o dia 15 de setembro de 2011 o MDS  
2713 disponibilizou o termo de adesão no aplicativo do BPC na escola no endereço eletrônico:  
2714 [aplicações.mds.gov.br/bpcnaescola](http://aplicações.mds.gov.br/bpcnaescola). É o prefeito que realiza a adesão ao programa e em  
2715 caso de problemas de senha de acesso ao aplicativo do programa é necessário entrar em  
2716 contato com a Rede Suas através do e-mail [rede.suas@mds.gov.br](mailto:redes.suas@mds.gov.br). E informes técnicos,  
2717 com modos para operacionalização do programa também está disponível na rede Suas no  
2718 endereço [mds.gov.br/assistenciasocial/redesuas/bpcnaescola](http://mds.gov.br/assistenciasocial/redesuas/bpcnaescola). Então, era isso que eu tinha  
2719 para informar, eu quero aproveitar aqui e agradecer muito a oportunidade de tá aqui.  
2720 Agradecer a receptividade do município de Cataguases e região. Agradecer a Ana por ter  
2721 vindo aqui nos dar esse apoio, ao José Fernando por possibilitar essa nossa reunião aqui e  
2722 agradecer a todos do conselho, ao presidente e despedir que a gente precisa voltar que a  
2723 Tanit tem que comemorar o aniversário dela hoje com o marido dela ainda, senão ele  
2724 mata. Muito obrigada, gente. E nós estamos lá a disposição, qualquer dúvida que vocês  
2725 tiverem com relação a esses informes vamos aguardar, né, a relação dos municípios do  
2726 MDS que vão ser contemplados mais qualquer outras informações que a gente possa  
2727 auxiliar os municípios a fazerem essas adesões entre em contato com a nossa equipe lá da  
2728 SUBAS estamos a disposição para auxiliá-los. **Conselheiro José Fernando:** primeiro  
2729 Nívia, eu quero agradecer imensamente que a gente sabe da agenda do gestor, né, e você  
2730 aí diante dos 853 municípios estar aqui numa plenária descentralizada a 320km né, com a  
2731 demanda que o Estado tem, a gente sabe do esforço sobrenatural que você teve, mesmo  
2732 sendo conselheira, a gente sabe disso, de estar aqui em Cataguases conosco diante dos  
2733 nossos municípios. Eu gostaria que todos os gestores que estão aqui tenham certeza né,  
2734 que tenham esse mesmo sentimento de trazer a nossa secretária né, até a nossa região  
2735 junto com a diretoria isso nos mostra sempre e nos aponta para que a gente não tem que  
2736 ter medo, nem que desanimar. Né?! Porque se a capital chega até aqui para realmente  
2737 através do conselho trazer as informações para cada um de nós também a SEDESE na sua  
2738 pessoa, já estive em Cataguases trazendo algumas capacitações, nós precisamos é disso de  
2739 que através desse apontamento, dessa oferta que nós gestores possamos sempre para  
2740 avançar contar com essa parceria. Então, o prefeito, não pode estar aqui nesse momento,  
2741 mais pediu para fazer esse agradecimento especial ao Secretário, ao Governador e a toda  
2742 equipe que trata sempre Cataguases, a nossa região, com esse carinho. Então, a nossa  
2743 homenagem, Cataguases ficou muito feliz de recebê-la. Tenho certeza de que todos os  
2744 gestores que estão aqui conosco, todos os conselheiros, também tem essa felicidade e que  
2745 você sempre que puder, que quiser e com a nossa solicitação possa voltar a Cataguases.  
2746 Tá? Da mesma forma aproveitando a conselheira, a nossa homenagem a Tanit também  
2747 que vai e que nós contamos muito com seu apoio também Tanit, para que a capacitação aí  
2748 para desafio do crack da droga no município a gente possa contar com todos esses  
2749 municípios, muitos outros na capacitação que já foi oferecida para que a gente oferte aqui  
2750 através desses municípios. Parabéns pelo seu aniversário hoje e a nossa homenagem.

2751 Cristiane que também já se vai não posso deixar de agradecer a conselheira por essa  
2752 honra, por essa presença, pela brilhante capacitação e pela amizade que a gente tem  
2753 através desse colegiado. Também aqui a nossa amiga, Raquel, muito obrigado, porque a  
2754 Tanit nem sabe mais a oferta de capacitação quem fez foi a Raquel. Viu?! Então, muito  
2755 obrigado. E a gente vai contar sim com você aqui conosco. Obrigado. É... os demais  
2756 aguardem que a gente vai estar também fazendo homenagem, logo em seguida, para todos  
2757 vocês, tá?! Obrigado. (conversa fora do microfone) **Presidente:** as nossas conselheiras e  
2758 conselheiros, boa viagem de volta aos seus lares. Bom regresso. Nós continuamos a  
2759 programação de nossa plenária. Eu convido o nosso conselheiro Márcio para estar  
2760 conosco outra vez e dar continuidade. Conselheiro Márcio: bom dando sequência aos  
2761 informes, é O Movimento Nacional de População de Rua de Minas Gerais, assumiu uma  
2762 representação no Comitê Interministerial de Saúde e no Comitê Interministerial de  
2763 Monitoramento e Acompanhamento da Política para População em Situação de Rua. O  
2764 Comitê Interministerial da Política para a População em Situação de Rua foi criado pelo  
2765 Decreto n.º 7.053 de dezembro de 2009 e é Coordenado pela Secretaria de Direitos  
2766 Humanos é composto por representantes do MDS, dos Ministérios da Justiça, Saúde,  
2767 Educação, Cidades, Trabalho e Emprego, Esportes e Cultura e da sociedade civil. Ambas  
2768 as representações serão feitas pelo Sr. Francisco, representante do Movimento neste  
2769 Conselho Estadual; O Conselho Federal de Psicologia, no cinquentenário da  
2770 regulamentação da profissão, vai celebrar a data com a realização da 2ª Mostra Nacional  
2771 de Práticas em Psicologia. Os profissionais apresentam ideias, propostas e diretrizes  
2772 voltadas ao compromisso social. Sob o tema “Bem Comum” o evento acontece de 20 a 22  
2773 de setembro, no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo. Mais informações  
2774 no sítio do Conselho. Maiores informações no site psicologia online, [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br);  
2775 Próximo informe - a) Seminário de Gestão Orçamentária e Financeira no SUAS, vai  
2776 ser realizado em Brasília, dos dias 29 e 30 de maio de 2012: Participantes: o Consultor  
2777 jurídico e técnico dos Fundos Estaduais de Assistência Social (2 representantes, sendo 1  
2778 advogado e 1 contador responsável pela execução dos recursos); Presidentes dos Cogemas  
2779 e Tribunal de Contas Estadual (1 representante – presidente ou vice-presidente).  
2780 Convidados: Conselho Federal de Contabilidade; Advocacia Geral da União; Tribunal de  
2781 Contas do Estado; Controladoria Geral da União e Fundo Nacional Social. Objetivo  
2782 Geral: seria promover o seminário de gestão orçamentária e financeira para técnicos,  
2783 gestores e conselheiros de assistência social e representantes dos tribunais de contas  
2784 estaduais e federais, visando disseminar informações e aperfeiçoar o conhecimento do  
2785 orçamento e financiamento do SUAS. O objetivo Específico: a. vai ser discutir a gestão  
2786 orçamentária e financeira do SUAS; b. Propor estratégias para a gestão orçamentária e  
2787 financeira do SUAS; c. Disseminar informações e conhecimento sobre a gestão  
2788 orçamentária e financeira para técnicos, gestores e conselheiros da Assistência Social e  
2789 profissionais dos Tribunais de Contas Estaduais; Encontro Nacional de Monitoramento do  
2790 SUAS -2012 – Brasília – 20 a 22 de junho de 2012: O encontro contará com a  
2791 participação de representantes dos Conselhos Estaduais de Assistência Social, das  
2792 Secretárias de Estados de Assistência Social, CONGEMAS, FONSEAS, COEGEMAS,  
2793 CNAS, profissionais do MDS, especialistas em assistência social, dentre outros,  
2794 totalizando, aproximadamente, 280 participantes. Objetivo Geral: promover encontro  
2795 nacional com técnicos e gestores municipais, estaduais, e federais, além de conselheiros  
2796 nacionais e estaduais de assistência social, que terá como fio condutor a reflexão sobre o  
2797 modelo de atenção em implementação no SUAS debatendo a interface e importância da  
2798 vigilância socioassistencial na constituição desse modelo, principalmente à partir da  
2799 discussão dos resultados do censo suas 2011, indicadores de gestão e proposta de  
2800 instrumentos de coleta das informações (questionários) para realização do censo suas

2801 2012. Os Objetivos Específicos: a. Refletir sobre o modelo de atenção que vem sendo  
2802 implementado no SUAS; b. Refletir sobre a implantação e objetivos da vigilância  
2803 socioassistencial e sua interface na constituição do modelo de atenção do Sistema; c.  
2804 Apresentar os resultados do Censo SUAS 2011 (CRAS, CREAS, Centro POP, Gestão,  
2805 Conselho e Rede Privada); d. Discutir instrumentos de coleta de informações para  
2806 realização do Censo SUAS 2012 (CRAS, CREAS, Gestão, Conselho e Rede Privada); e.  
2807 Discutir e planejar estratégias de vigilância socioassistencial/monitoramento dos serviços,  
2808 da gestão e controle social do SUAS; Próximo informe - Encontro Nacional de  
2809 Acompanhamento e Apoio no Âmbito do SUAS – 2012: O Acompanhamento preventivo  
2810 e proativo no âmbito do SUAS se realizará em Brasília - 04 e 05 de julho de 2012. 3  
2811 participantes das Secretária Estadual de Assistência Social por estado e 1 de cada  
2812 COEGEMAS; Objetivo Geral: promover o encontro nacional de acompanhamento e apoio  
2813 no âmbito do SUAS para técnicos e gestores de assistência social, visando fortalecer e  
2814 aprimorar as ações de acompanhamento e apoio desenvolvidas pelos entes federados.  
2815 Objetivos Específicos: a. Definir concepção de acompanhamento e apoio à gestão  
2816 descentralizada do SUAS; b. Conhecer as experiências de acompanhamento e apoio  
2817 implementadas no SUAS; c. Discutir a execução dessa atribuição em consonância  
2818 com as responsabilidades dos entes federados; d. Discutir prioridades e as  
2819 estratégias de acompanhamento e apoio à gestão, controle social e à oferta de serviços,  
2820 programas, projetos e benefícios do SUAS, com representantes dos Estados, DF e  
2821 municípios e conselhos; e. Discutir e propor estratégias para estruturação de áreas e  
2822 equipes de acompanhamento e apoio na gestão do SUAS. O MDS firmou compromisso  
2823 juntamente com o IBGE, para a realização da ESTADIC – Pesquisa de Informações  
2824 Básicas Estaduais ainda em 2012, que busca conhecer melhor as atividades e a  
2825 infraestrutura que os governos estaduais. Entre a segunda quinzena de abril e o mês de  
2826 maio, o IBGE visitará todos os governos estaduais (e o governo do DF) para discutir,  
2827 primeiramente sobre aspectos mais gerais da estrutura do estado, junto ao gabinete do  
2828 governador. Em um segundo momento, na mesma referência temporal, serão visitados os  
2829 órgãos gestores de Assistência Social estaduais. Na Assistência Social, pede-se que o  
2830 próprio gestor seja o respondente – ainda que acompanhado da equipe pertinente. Câmara  
2831 Técnica para a definição de critérios intraurbanos para expansão do PAIF e PAEFI e  
2832 aprimoramento dos parâmetros de implantação das unidades CRAS e CREAS; Será dia 20  
2833 de abril, na Sala de Reunião do CNAS, Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala  
2834 A, 1o andar – Brasília – DF, às 09h30. A Secretaria Nacional de Renda e Cidadania –  
2835 Senarc/MDS atualizou o Caderno do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-  
2836 M), que já está disponível no portal do MDS:  
2837 <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/gestaodescentralizada>. O Caderno contém todas as  
2838 informações necessárias sobre a implementação do IGD-M, Despesa Orçamentária,  
2839 Controle Social e Transparência Pública, temas atuais e de grande relevância para a  
2840 Gestão do PBF e do Cadastro Único. Prorrogado o prazo para o Preenchimento do  
2841 Demonstrativo Anual Físico Financeiro de Execução da Receita e da Despesa –  
2842 SIM/SEDESE – para até o próximo dia 30 de abril de 2012. 6. Expansão 2012 do  
2843 cofinanciamento federal para oferta de Serviços e Ações de Proteção Social Básica  
2844 (adicional Equipe Volante) e para oferta de Serviço de Acolhimento para a pessoa em  
2845 Situação de Rua. A expansão atende o disposto no Decreto n.º 7.492 de junho de 2011,  
2846 que instituiu o Plano Brasil Sem Miséria. O município deve verificar se foi contemplado  
2847 pela Expansão no site do MDS para que possa manifestar seu “Aceite”, caso queira.  
2848 Encerramos os informes. **Presidente:** Embora se trate de informes, com muita riqueza de  
2849 conteúdo que foi trazido, ainda sim eu pergunto se alguém tem alguma contribuição  
2850 algum questionamento, alguma dúvida que queira fazer. Não? Ok. Então, nós damos

2851 sequência à programação. Nós teremos agora o nosso conselheiro Volney Costa que é o  
2852 coordenador da nossa comissão de Políticas para fazer a apresentação da comissão.  
2853 **Conselheiro Volney:** Articulação e Intersetorialidade na ótica da assistência social. Faz  
2854 favor Nilce. Afirmarções da LOAS que levam a um trabalho articulado e intersetorial. No  
2855 art. 1º temos que a assistência social ela realiza-se através de um conjunto integrado de  
2856 ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades  
2857 básicas; O parágrafo único do art. 2º dispõe que, para o enfrentamento da pobreza, a  
2858 assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais; Uma das diretrizes da  
2859 assistência social é participação da população, por meio de organizações representativas,  
2860 na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Aqui gente eu  
2861 acho muito importante destacar, a gente da política pública né?! É perguntarmos pro outro  
2862 “olha, ohh Saúde o que vocês estão fazendo? O que a gente pode fazer para integrar a  
2863 assistência social? Educação, o quê vocês podem fazer para integrar a assistência social?”  
2864 E da mesma forma também nós da assistência social nos apresentarmos, né, pra sociedade,  
2865 pro coletivo daquele município para dizer quais são os nossos trabalhos. O quê o CREAS  
2866 faz? O quê o CRAS faz? Como funciona essa rede de integração dentro da assistência  
2867 social. Podemos avançar? O próximo. A gestão das ações se organiza em um sistema  
2868 descentralizado e participativo denominado **SUAS**; A gestão deve ser integrada, articulada  
2869 e compartilhada entre os níveis de governo, composta por uma rede pública e privada;  
2870 Cabe ao órgão gestor articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e  
2871 previdência social, bem como com os demais responsáveis pelas políticas  
2872 socioeconômicas setoriais, visando à elevação do patamar mínimo de atendimento às  
2873 necessidades básicas. Aqui eu acho muito interessante a gente ressaltar. Né?! Quando a  
2874 gente fala das políticas socioeconômicas, então, não se faz assistência social sem essa  
2875 interlocução com o econômico, como a secretaria de desenvolvimento econômico do  
2876 município, bem como do estado e as demais ações aí com associações, cooperativas,  
2877 aonde a gente pode estar gerando renda para estes usuários da política da assistência.  
2878 Vamos avançar Nilce. A Política Nacional de Assistência Social – a PNAS apresenta,  
2879 dentre os seus princípios, a universalização dos direitos sociais, para tornar o destinatário  
2880 da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas. A assistência social deve  
2881 inserir-se na articulação intersetorial com outras políticas sociais para que as ações não  
2882 sejam fragmentadas. Há necessidade de articular e integrar ações e recursos, tanto na  
2883 relação intra como interinstitucional, considerando os conselhos setoriais e de direitos,  
2884 bem como as demais políticas públicas. A gente pode avançar Nilce. Tudo isso implica  
2885 em: mudanças na cultura e nos valores de todos os atores da política de assistência social;  
2886 um novo paradigma para a gestão pública; e uma articulação descentralizada através de  
2887 uma intersetorialidade; e a gente buscando uma promoção da inclusão social; e tendo um  
2888 objetivo final a qualidade de vida de todos esses usuários. Próximo Nilce. Dentre os  
2889 princípios organizativos do SUAS estão: A articulação interinstitucional entre  
2890 competências e ações com os demais sistemas de defesa dos direitos humanos;  
2891 Articulação intersetorial de competências e ações entre o SUAS e o Sistema Único de  
2892 Saúde; Articulação intersetorial de competências e ações complementares com o Sistema  
2893 Nacional e Estadual de Justiça; Articulação intersetorial de competências e ações entre o  
2894 SUAS e o Sistema Educacional por intermédio de serviços complementares e ações  
2895 integradas para o desenvolvimento da autonomia do sujeito. Aqui, essa lâmina, me chama  
2896 muito a atenção que eu gostaria de destacar e compartilhar pra vocês. Fazendo a  
2897 conferência de um determinado município aí alguém me procurou e me disse: “olha,  
2898 fulana de tal mora na zona rural. Ela tem dez crianças e ela perdeu o Bolsa Família porque  
2899 ela não veio se recadastrar. Ela ganha muitas roupas da comunidade, quando as crianças  
2900 estão com as roupas sujas, ela tira as roupas das crianças e coloca fogo. Ela queima todas

2901 as roupas.” Aí, eu perguntei, né, pro conselho municipal de assistência: “ohh gente!  
2902 Vamos raciocinar aqui. Essa senhora, a gente percebe que ela tem uma debilidade mental.  
2903 Será que ela sabe o que significa recadastrar?” Ela não tem noção da palavra recadastrar.  
2904 Então, a Bolsa Família dela foi cortada porque ela não foi no município recadastrar. Olha  
2905 só que falta de sensibilidade, de percepção dessas pessoas que administravam o Bolsa  
2906 Família no município para com esta família. Então, eu acho que são detalhes, né, que a  
2907 gente tem que estar muito atento. Não é?! Então, uma pessoa que ela coloca fogo na roupa  
2908 dos filhos. Não é?! Ela tem noção da palavra recadastrar? Então, é quando eu acho que a  
2909 gente tem que articular, né, com as demais secretarias e buscar esse entendimento aí. Ou  
2910 seja, essa linguagem para com este usuário. Vamos avançar Nilce. A Norma Operacional  
2911 Básica do SUAS: Na Justificativa da Norma Operacional Básica do SUAS está presente a  
2912 seguinte afirmativa: É inequívoca a necessidade de adotar, para a Assistência Social, um  
2913 regime geral próprio de gestão. O caráter desse regime foi atribuído pela Constituição  
2914 Federal, art. 204, inciso I, e se particulariza: pela exigência de ação integrada com a  
2915 sociedade civil, por meio de suas organizações sem fins lucrativos, nominadas em lei  
2916 como entidades de assistência social, sob o modelo público não contributivo e não-  
2917 lucrativo de gestão, cuja direção, nem estatizadora, nem de subsidiariedade, consagra  
2918 parcerias sob a primazia do dever de Estado e do direito de cidadania; pela articulação e  
2919 integração com as demais políticas sociais e econômicas, resguardando o seu campo de  
2920 especificidade como política de seguridade social. Vamos avançar Nilce. Então, vamos  
2921 refletir sobre a Intersetorialidade. Então, a gente tem que perceber como de uma forma  
2922 descentralizada através de uma segmentação é que estão aí os órgãos públicos, os  
2923 conselhos funcionando de uma forma intersetorial e articulando nas suas relações  
2924 pessoais. E as entidades e organizações fazendo os seus encaminhamentos e que elas  
2925 possam ser empoderadas para que haja esse avanço na política pública. O próximo. As  
2926 estruturas setorializadas tendem a tratar o cidadão e os problemas de forma fragmentada,  
2927 com serviços executados solitariamente, embora as ações se dirijam à mesma pessoa e  
2928 ocorram no mesmo espaço territorial. Contrapõe-se à setorialidade uma nova lógica que se  
2929 refere basicamente à população, reconhecendo os indivíduos e grupos da população,  
2930 considerando as suas condições peculiares de vida. Essa proposta supõe a articulação dos  
2931 dois eixos: ela ocorre de forma descentralização, porém de uma forma intersetorial. Não  
2932 dá para fazer uma política pública da assistência sem falar com as outras secretarias de  
2933 cada município. Isso se torna inviável. É interessante a gente implicar o outro na política  
2934 pública. O próximo Nilce. A falta de uma comunicação efetiva entre os gestores e os  
2935 profissionais que atuam na ‘ponta’ traz inúmeros equívocos : desperdício de tempo, de  
2936 recursos humanos e financeiros, duplicidade de ações, gerando a desvalorização de  
2937 profissionais especializados e o não atendimento das necessidades reais dos usuários.  
2938 Aqui eu quero destacar uma outra experiência que chama muita a atenção. Fazendo a  
2939 conferência no ano passado no município de pequeno porte, a conferência ela foi  
2940 comunicada para os usuários via internet. Então, né, gente tem que ter um pouco mais de  
2941 bom senso, porque é o que eu disse: “olha, vamos comunicar de uma outra forma.” Então,  
2942 de que forma que eu posso falar com este usuário, com essas pessoas para saber o que está  
2943 acontecendo na política pública. Tenho certeza que aquele usuário ali da assistência  
2944 jamais ele vai estar usando internet para acessar essas informações. Tento é que foi uma  
2945 conferência esvaziada mais o chamamento se deu pela internet. É um equívoco muito  
2946 grande. É verdade ou não é. Então, eu disse vamos articular aí o pai de santo, o padre, o  
2947 pastor, o dono da venda... (não compreensível) Isso mesmo George. Não é. Então, nós  
2948 temos que ficar muito atentos a esses detalhes. Não só de encaminhamento a população  
2949 precisa, mas de empoderamento, comprometendo os usuários em uma participação  
2950 coletiva. Aqui eu vou citar um outro exemplo também. É uma experiência que eu trago de

2951 uma conferência também. Eu fui em uma cidade que é pólo calçadista e lá estava tendo  
2952 violação de direitos lá. As mulheres grávidas, operarias de um determinado segmento  
2953 industrial, elas não estavam podendo fazer o pré-natal. Por quê? Se elas fizessem o pré-  
2954 natal elas perdiam a cesta básica oferecida pela empresa. Então, me fizeram a denúncia  
2955 num canto lá. Eu provoquei a plateia para que alguém da plateia pudesse registrar aquilo  
2956 publicamente. Então eu voltei me perguntando e perguntei para os assistentes sociais, para  
2957 os psicólogos. Qual era a função deles aí enquanto agentes da política pública social? Né?!  
2958 Estava tendo violação de direitos e todos eles no silêncio. Eu acho isso inadmissível.  
2959 Então, uma determinada pessoa, um determinado vereador. Né?! Eu provoquei, ou seja, eu  
2960 empoderei para que ele fosse na plateia e fizesse a denúncia pública. Eu não ia fazer a  
2961 denúncia porque eu não era morador do município. Eu acho que nós temos que  
2962 empoderar. Outro dia teve uma discussão aí com relação ao empoderamento aí. Aí o  
2963 psicólogo ele faz a denúncia, não faz? Faz ou não faz? Se é mulher ... Peraí nós temos que  
2964 empoderar o sujeito para que ele se fortaleça e faça a denúncia. Eu não vou... eu não posso  
2965 estar me vendo como um agente denunciador de tudo que eu vejo. Eu preciso de trabalhar  
2966 o sujeito, essa é a compreensão da psicologia. Eu preciso de trabalhar o sujeito para que o  
2967 outro se fortaleça e seja capaz de denunciar sua violação de direito. Vamos avançar Nilce.  
2968 É fato que os serviços não possuem ‘pernas’ para atender TODAS as necessidades de  
2969 intervenção, e por isso mesmo só um trabalho de parceria, de articulação permanente pode  
2970 propiciar e possibilitar um atendimento de maneira integral. Então, eu pergunto, né?! Se  
2971 eu sou de um determinado município, eu comuniquei para a rede que eu estou presente ali  
2972 e a rede sabe né?! Qual que é o papel do CRAS? Qual que é o papel do CREAS? Eu  
2973 preciso de estar falando o tempo inteiro, fazendo essa interlocução o tempo todo gente! Eu  
2974 preciso de me apresentar para essa comunidade. Qual é meu trabalho? Qual é o meu  
2975 fazer? O que eu estou fazendo aqui? A superação da fragmentação de saberes pela  
2976 especialização excessiva e poder de certas estruturas sociais e o desenvolvimento de ações  
2977 intersetoriais parece ser um caminho em busca de soluções para ações integrais, no  
2978 entanto, diferentes de ações integradas. Vamos avançar Nilce. Dizendo de outra maneira:  
2979 temos que mexer, simultaneamente, com as pessoas, com as estruturas e com as relações  
2980 entre elas. Os conceitos de intersetorialidade e descentralização aproximam-se.  
2981 Descentralização é compreendida como a transferência do poder de decisão para as  
2982 instâncias mais próximas e permeáveis à influência dos cidadãos. Intersetorialidade diz  
2983 respeito ao atendimento das necessidades e expectativas desses mesmos cidadãos de  
2984 forma sinérgica e integrada. Ambos devem considerar as condições territoriais, urbanas e  
2985 de meio ambiente dos microespaços que interagem com a organização social dos grupos  
2986 populacionais. Aqui eu quero chamar uma atenção. Eu acho que o gestor precisa ter uma  
2987 consciência muito grande de compartilhar com seu conselho municipal de assistência  
2988 social. Por quê? Porque todas as respostas que forem dadas pela gestão elas foram  
2989 compartilhadas com o conselho. Então, eu acho que ele tem de a ser alguém para  
2990 resguardá-lo se as ações foram acertadas ou se elas foram erradas, houve o endosso do  
2991 conselho. Então, eu acho de extrema importância, principalmente, para nós conselheiros,  
2992 tanto a nível estadual como municipal saber quais são as propostas né que estão sendo  
2993 feitas pelo gestor para que este gestor depois ele possa saber “não. Eu fui endossado pelo  
2994 meu conselho.” Então, eu acho que o gestor ele tem que ter essa inteligência porque se a  
2995 coisa der certo ou der errada ele tem alguém ali que o resguardou que é o próprio  
2996 conselho. Vamos avançar Nilce. Assim como descentralização também não é sinônimo de  
2997 democratização, mas um meio de viabilizá-la, a intersetorialidade não é um fim e nem irá,  
2998 por si, promover o desenvolvimento e a inclusão social, mas é um fator de sua  
2999 viabilização enquanto ação do Estado. A articulação de ambos – descentralização e  
3000 intersetorialidade, referidos ao processo de desenvolvimento social, constituem um novo

3001 paradigma orientador da modelagem de gestão pública. As prioridades não serão setoriais,  
3002 mas definidas a partir de problemas da população, cujo equacionamento envolve ações  
3003 integradas de vários setores. Ohh gente! Não resolve eu propor algo que não é desejo  
3004 daquele grupo. Eu preciso de trabalhar em cima do que o grupo deseja. Isso tem de ser  
3005 muito claro para o gestor. Então, ou seja, as ações muitas vezes, elas vem “bummm”. Eu  
3006 preciso entender porque o outro deseja para que eu possa propor ações em cima do desejo  
3007 do outro. Eu não posso enxergar como desejo o meu desejo próprio uma vez que, o desejo  
3008 é do outro. Vamos avançar Nilce. Intersetorialidade: É um processo de trabalho recíproco,  
3009 que proporciona um enriquecimento mútuo de diferentes setores e saberes, que elege uma  
3010 plataforma de trabalho conjunta, por meio da escolha de princípios e conceitos comuns.  
3011 Eu consigo perceber que nós temos que funcionar como antenas parabólicas. A gente tem  
3012 que olhar... são 360° o tempo todo. Eu não posso ter apenas um olhar direcionado para  
3013 um... pro leste, pro oeste, pro norte e pro sul. Eu tenho que funcionar como uma  
3014 parabólica o tempo inteiro. Tem que estar atento a tudo, pelo menos entender o que o  
3015 outro está me dizendo. Uma nova maneira de trabalhar, de governar e de construir  
3016 políticas públicas, que possibilita a superação de fragmentação dos conhecimentos e das  
3017 estruturas sociais para produzir efeitos mais significativos na vida da população,  
3018 respondendo com efetividade a problemas sociais complexos. Se materializa mediante a  
3019 criação de espaços de comunicação, do aumento da capacidade de negociação e da  
3020 disponibilidade em se trabalhar com conflitos. Eu acho que isso aí, gente! É fundamental  
3021 para quem está na gestão. É a questão do ouvir. Eu acho que tem uma diferença muito  
3022 grande quando eu escuto e quando eu ouço. Então, nós temos que estar muito atento a este  
3023 ouvir mesmo, atentamente, o quê que este outro está querendo me dizer. Às vezes, a gente  
3024 não tem a paciência de ouvir o outro. Né?! Eu já vou dando a resposta imediatamente.  
3025 Então, acho que ouvir atentamente o outro é de extrema importância. Eu queria salientar  
3026 também, principalmente, dentro da assistência, que nós não sejamos inquiridores um do  
3027 outro, que a gente tenha um pouquinho mais de paciência de escutar o outro. Então, eu  
3028 não posso estar inquirindo o outro o tempo todo, tem que ter uma certa escuta desse outro.  
3029 Vamos avançar Nilce. É preciso fazer a opção do pensamento, do trabalho e da prática  
3030 diária intersetorial, assumindo no olhar a acolhida do ser humano inteiro. Ainda, ter a  
3031 humildade profissional de saber que a efetividade da intervenção se dará com a atuação  
3032 conjunta, uma vez que o usuário é transversal a todas as políticas, que existem somente  
3033 por causa dele. Então, eu tenho que ter muito claro que eu estou a serviço do outro. E o  
3034 que eu sempre coloco é quando a gente está em uma situação de poder, eu entendo poder  
3035 como estar a serviço do outro. Não posso usar do meu conhecimento enquanto estou no  
3036 poder para sacrificar o outro. Então, eu acho que poder é isso. Poder é estar a serviço do  
3037 outro. Se eu tenho o meu conhecimento eu preciso de colocar o meu conhecimento a  
3038 serviço do outro. Muito obrigado, a minha contribuição é essa. **Presidente:** muito bacana  
3039 Volney. Parabéns! Acho que isso chama a gente para uma reflexão muito grande. No que  
3040 diz respeito à intersectoriedade. No que diz respeito ao beneficiário. Que forma a gente  
3041 deve abordar, aquele sentimento de acolhida. Bacana, parabéns. Legal. Alguém quer fazer  
3042 algum comentário? Sobre a colocação dele. Após as duas próximas apresentações que a  
3043 gente vai ter com toda certeza a gente vai ter uma condição melhor de fazer um  
3044 comentário, de fazer uma compreensão e nós vamos precisar dela para uma compreensão  
3045 e deliberação nossa. Conselheiro José Fernando vai com a competência que lhe é peculiar  
3046 cotidianamente vai trazer para a gente, aqui, agora, uma apresentação da comissão de  
3047 apoio aos conselhos municipais. (gravação cortada). **Não identificado:** aí resume em essa  
3048 inter... né?! Esse conjunto de setores tem que caminhar com o povo, com as comunidades,  
3049 para uma relação social justa. Eu acho que o caminho é esse. Onde as pessoas são  
3050 beneficiários entre aspas, na verdade, não são beneficiários, são agente né, são sujeitos,

3051 né, do desenvolvimento. Essas pessoas possam decidir o que fazer, quando fazer, como  
3052 fazer. Não é isso aí? E... dizer se o que está sendo feito realmente vai libertar das ... dos  
3053 demônios ...é... da sociedade que oprime as pessoas. Então, eu acho que tudo que nós  
3054 pensarmos como agentes, como pessoas envolvidas na área social, criar um ambiente de  
3055 relação social justa. Isso aí dá uma tese do que significa isso – Relação Social Justa –  
3056 Então, essa minha palavra é só em termo de complementar isso aí e a gente pensar nisso  
3057 aí. O quê que é a relação social justa? E começar a discutir isso aí. Essa é minha palavra.  
3058 **Presidente:** Volney, quer comentar? Ok? Então, eu volto ao Fernando. Conselheiro José  
3059 Fernando: bom gente, dando prosseguimento aí na nossa pauta, a gente vai estar falando,  
3060 né, através da comissão de apoio aos conselhos municipais integrado aí também as  
3061 URCMAS. A coordenadora é a Gilvânia, ela não pode estar aqui em detrimento da  
3062 justificativa que a subsecretária já falou, que ela ficou para atender a Assembleia num  
3063 fórum ou numa discussão que houve, que está havendo, que houve ontem e está havendo  
3064 também acredito que ainda hoje. Então, ela me pediu para que fizesse essa apresentação e  
3065 nós estamos aí. Então, acompanhamento dos conselhos municipais de assistência social e  
3066 URCMAS. Por que aconteceu essa capacitação e a gente está trazendo esse assunto para  
3067 aqui? Porque de acordo com as deliberações ao longo do ano de 2011 que os conselhos  
3068 municipais fizeram e de acordo com os relatórios que chega a esse conselho, que é o  
3069 CEAS, ou de acordo com as compilações de informações que chega lá para nós. Nós  
3070 vemos e extraímos de 2011 as seguintes informações: dos 594 municípios percebemos  
3071 algumas inadequações. Em relação as atividades que os conselhos realizam no total aí de  
3072 49. Né?! Analisando esses relatórios, ou analisando as prestações, ou analisando as  
3073 informações que chegaram né, nesse quadro de montantes de 594 municípios. Sobre as  
3074 deliberações a gente viu também algumas inadequações como, por exemplo, a não  
3075 publicação de resolução, entre algumas delas os considerando dessas resoluções não  
3076 recebem o marco da política de assistência. As portarias ou os marcos legais que nos dão  
3077 embasamento para deliberação. A estrutura física dos conselhos ou mesmo da secretaria  
3078 executiva, às vezes, numa minissala sem condição de atendimento as plenárias, ou ao  
3079 arquivo, ou a demanda que se faz necessária para o funcionamento e instalação de um  
3080 conselho municipal. O horário de funcionamento, eu quero aqui dividir com vocês, essa  
3081 parece ter sido uma... estar sendo uma realidade que a gente tem uma grande dificuldade  
3082 de obter retorno dos conselhos municipais quando a gente organiza e articula para um  
3083 encontro como este. Salvo vocês que estão conosco, tem alguns municípios que não  
3084 deram retorno nem ao CEAS, nem a Cataguases. A gente tem a mala em si de endereços e  
3085 nem uma justificativa, pela não presença, não chegou. Então, quer dizer é... a gente não  
3086 sabe, de repente, tem conselho que funciona por essas informações uma vez por semana,  
3087 duas horas por semana, tem conselho que só abre no dia que tem a plenária. Então todo  
3088 esse espelho foi compilado aqui nesta tabela. Recursos Humanos, né, às vezes, tem um  
3089 secretário executivo para atender a saúde, a educação e a assistência, de todos os demais  
3090 conselhos que o município tem. E, às vezes, nem tem o secretário executivo, propriamente  
3091 dito. Às vezes, tem uma pessoa que incumbe que estar fazendo todas as ações e demandas.  
3092 Todas estas não. Todas as ações e demandas que esses municípios realizam e a gente pode  
3093 aqui observar que estão inadequadas e precisam do nosso apoio. Né?! E... não realização  
3094 de conferência municipal, quer dizer 69. Eu não falei o restante, Recursos Humanos nós  
3095 temos inadequados 189 municípios desses 594; horário de funcionamento, inadequados  
3096 temos 25; estrutura física inadequada 107 e as deliberações eu já havia falado para vocês.  
3097 Bom no universo de 853. 594 nos trouxeram essas informações, nos foi possível fazer essa  
3098 compilação, né esse fechamento e nós fizemos uma discussão em cima disso. Qual é a  
3099 nossa atuação? Como nós podemos contribuir enquanto CEAS? E, especificamente, aqui  
3100 na regional de Muriaé, através da URCMAS, quero também aqui fazer esse paralelo da

3101 importância de nos usarmos dessa articulação e contarmos com o presidente que está aqui  
3102 conosco, Sr. Rubens, juntamente com a mesa diretora para que a gente possa... volta, um  
3103 minutinho, Consola. Para que a gente possa, efetivamente, contribuir para que esse quadro  
3104 possa sentir a nossa presença. Contar com o nosso apoio, apoio do CEAS e o apoio  
3105 realmente das uniões para através do CEAS, através dos conselheiros, reunir mais  
3106 municípios para poder realmente fazer essa... esse... esse aporte de informação, de  
3107 orientação. O objetivo dessa tabela não é atingir ninguém. O objetivo dessa tabela é  
3108 colocar para nós conselho estadual, ta?! O potencial, o desafio mais o potencial que este  
3109 conselho tem, como teve aqui ontem e hoje de fazer a diferença nesses municípios. Agora,  
3110 nem Jesus conseguiu entrar em todas as casas e aí tem um desafio aqui para nós. Eu quero  
3111 muito contar e aí não falo para eles, muitas vezes nós estamos falando para nós mesmos.  
3112 Mais contar com o apoio dos municípios que estão aqui para unir forças porque eu  
3113 sozinho, o...o CEAS isoladamente, de repente, não consegue chegar a todos esses  
3114 municípios. De repente até mesmo a minha interlocução com seu município vizinho pode  
3115 não ser satisfatórios e não atingir o objetivo. Mais vocês que estão aqui, companheiros,  
3116 né?! Conterrâneos de parte desses municípios né, a gente está visualizando através desse  
3117 espelho e aí a gente vê. Impossível a gente acreditar que de 594 municípios o nosso, o  
3118 vizinho nosso não esteja gritando por este socorro. O que nós queremos aqui? Nós vamos  
3119 continuar a reflexão mais já estou antecipando aqui uma conclamação: é a gente unir  
3120 nossas forças. E vocês saírem da finalização aqui desse encontro sabendo que tem um  
3121 dever de casa a ser feito e pode contar conosco CEAS para estarmos fazendo essa  
3122 discussão com um grupo de municípios maiores né?! Porque vocês viram aqui que a  
3123 importância desse encontro, mas o desafio que é chegar o todos os municípios que nós  
3124 poderíamos tê-los aqui e não tivemos. E volto a abrir aspas – não são vocês que tem que  
3125 ouvir mais são vocês que tem que nos ajudar a fazer essa travessia. A estar conosco nas  
3126 reuniões descentralizadas, nos encontros das URCMAS para nós levarmos o assunto que o  
3127 município está sedento e precisa saber. E que, às vezes, tem vergonha até mesmo de  
3128 questionar e assumir até mesmo a sua fragilidade. Mais que não há essa rotulação, né, pelo  
3129 CEAS ou por mim ou por qualquer instância que acredite no crescimento e de que essa  
3130 política realmente possa fazer diferença. Possa fazer diferença na vida dos usuários,  
3131 porque aí eu vou pegar um gancho da fala do Volney. Empoderar, né?! Empoderar-se para  
3132 que o usuário na ponta receba os serviços com qualidade é também, conseguir o  
3133 empoderamento para que conselhos municipais e gestores municipais entendam o  
3134 verdadeiro papel. Entenda-nos, queria nos receber como parceiros, orientadores e não  
3135 rotuladores de erros que são cometidos, né?! Então, eu acho que é esse o grande objetivo.  
3136 É a gente poder aqui hoje com os municípios que estiveram presentes, com a URCMAS  
3137 que está aqui com seu presidente firmar esse laço e empoderar-nos para chegarmos até  
3138 esses municípios dando a eles, levando a cada um deles a nossa presença de interlocução,  
3139 de contribuição e não de rotulação. Como tratar essas questões que a gente viu lá? O  
3140 CEAS realizou uma oficina interna, em março desse ano, com a presença da professora da  
3141 UFMG, Eleonora Schettini. Que colocou parte da fala dela foi exatamente sobre esse  
3142 apontamento que eu falei para vocês. Com toda essa fotografia que a gente viu ali, com  
3143 todo esse desafio que nós temos a enfrentar. Vale à pena estar nessa política. Vale à pena  
3144 sermos conselheiros e estarmos nessas instâncias de capacitação, de formação. Vale à  
3145 pena insistirmos para trazermos cada vez mais gestores, mais municípios para que a gente  
3146 possa no universo do Estado de Minas Gerais termos uma comunhão de ações, ter uma  
3147 comunhão de estratégias de trabalho nas suas diversidades, nas suas peculiaridades,  
3148 particularidades e peculiaridades mais sem furtar, sem faltar com o direito dos nossos  
3149 usuários. Primando sim, pelo né, para atuação, para valorização dos trabalhadores mais  
3150 não furtando a nossa responsabilidade de conselheiros nessa política que é nova e que por

3151 isso requer estudo, requer aprimoramento, requer busca. Não podemos continuar nessa  
3152 instância que representamos aqui, de grande importância de deliberação, de articulação, de  
3153 estudo que são os conselhos municipais e as uniões regionais de conselhos municipais de  
3154 assistência social como boi de presépio, como vaca de presépio. Desculpa a expressão  
3155 mais só balançar a cabeça, só assinar documento. Nós precisamos trazer isso para uma  
3156 discussão mais calorosa, uma discussão de construção nessa intersetoriedade. Mais se  
3157 tratando muito especificamente para a assistência social. Provocar a intersetoriedade,  
3158 provocar empoderamento com as outras políticas setoriais que é saúde, educação, esporte,  
3159 lazer ou..., né, habitação ou outras coisas mais antes de tudo. Estruturar a nossa base  
3160 estrutural da nossa política que é a assistência social. E aí eu faço uma correlação, a gestão  
3161 junto com o conselho municipal. Né?! O tempo inteiro isso tem que ser trabalhado. E aí  
3162 quando a gente observa a situação como essa isso mostra realmente que está... precisa  
3163 realmente dessas intervenções, precisa realmente de alguém que possa chegar até esses  
3164 municípios e fazer essa articulação. Agora, nós estamos mais uma vez aqui a disposição,  
3165 esse conselho, o CEAS nunca se furtou um chamado mais é preciso que realmente as  
3166 portas nos recebam. Senão realmente... Ser invasivo não faz parte nem dessa instância  
3167 nem de instância nenhuma. Né?! Para que a gente possa avançar aí com a real política que  
3168 esses usuários precisam. E aí a Eleonora, ela coloca muito isso, que a gente com todos  
3169 esses apontamentos nós estamos num caminho certo. Com todo esse espelho que a gente  
3170 viu esse espaço que nós estamos nele desde ontem e hoje nos mostra realmente que esta é  
3171 mais uma possibilidade, esta é mais uma estratégia de se chegar a mais dois, mais três,  
3172 mais dez, mais cinquenta, que seja para que em 2012 o retrato seja diferente. E existe bem  
3173 um pensamento que diz o seguinte: a velha história e parábola da estrela do mar. Se  
3174 fizermos diferenças para mais estes, fizemos diferença. Né?! Eu acho que com este  
3175 pensamento. Não é apontando, não é a gente saindo daqui fragilizado por achar que não  
3176 tivemos os quarenta. Se tivemos dez, com certeza, cada um desses saindo daqui com esta  
3177 reflexão. Entendendo o papel que cada um tem para articular com seu parceiro, com seu  
3178 município vizinho em trazê-lo para a nossa consonância, nossa luta que é única. O Estado  
3179 de Minas Gerais é nosso, é meu, é seu, de cada um de nossos municípios. Os usuários eles  
3180 estão na nossa federação, na nossa demarcação, então, ele é do estado brasileiro. Ele é do  
3181 estado, propriamente dito, de Minas Gerais ele é nosso. E aí eu não me sinto jamais  
3182 contemplado, nem feliz enquanto gestor, enquanto conselheiro se a gente sabe que na  
3183 ponta, tem algumas situações, alguns usuários não estão recebendo o empoderamento.  
3184 Não estão tendo a oportunidade de participação, não estão na composição, na estrutura  
3185 desses conselhos municipais. Né?! Aí representando efetivamente a paridade,  
3186 representando e oportunizando na contribuição dessa política. Eu acho que algumas  
3187 reflexões que a gente coloca e que ainda com isso eu quero só enaltecer a professora fala  
3188 que é uma política nova, uma política recém-nascida e se comparada com a situação do  
3189 SUS com o SUAS ela parte por uma trajetória é muito diferente da forma e da trajetória  
3190 que o SUS nasceu nesse país. Porque ela implementou no seu reconhecimento legal mais  
3191 numa forma de instância de construção, de deliberação que o SUAS realmente não passou  
3192 por ela. Talvez a gente possa estar consagrando esse momento que a gente esta vivendo  
3193 aqui. Né?! Qual o papel do CEAS diante dessa situação? O que ele pode recomendar aos  
3194 CMAS diante dessa fotografia que a gente viu? E por que a gente está aqui? Nesse  
3195 momento específico com a oficina. O CEAS realizou oficina... pode passar. Ou seja,  
3196 competências do CEAS colocada aí de acordo com a NOB/SUAS. Assessorar os  
3197 Conselhos Municipais de Assistência Social na aplicação de normas e resoluções fixadas  
3198 pelo CNAS; Então olha só, cada conselho, cada instância tem a possibilidade, tem é... o  
3199 processo é democrático, de construir realmente as suas instâncias. Agora é importante...  
3200 essas instâncias deliberativas e esses espaços. Em relação ao quantitativo de

3201 representantes, lembrando e mantendo sempre a paridade. Agora é importante e o que eu...  
3202 através da oportunidade de ser conselheiro do CEAS, eu venho trazendo e discutindo  
3203 junto com o conselho municipal em Cataguases é tentar a gente na nossa especificidade,  
3204 com as nossas peculiaridades trazer um espelho, um reflexo referente ao que a diretriz  
3205 nacional do conselho nacional e a diretriz do conselho estadual vem realmente discutindo  
3206 e deliberando em seus espaços. Eu quero aqui dividir com vocês, falava antes ali com o  
3207 presidente, que Prestação de contas trimestral a gente pode contar no dedo quais são os  
3208 municípios em que a gestão encaminha para o conselho a prestação de contas trimestral. E  
3209 só para vocês não terem vergonha nenhuma, né?! Porque a prestação de contas trimestral  
3210 em Cataguases começou efetivamente ocorrer neste ano. E, talvez, se eu não tivesse tido a  
3211 oportunidade de estar nas instâncias que são o conselho estadual e outras instâncias que  
3212 me oportunizaram capacitações riquíssimas como essa que nós estamos tendo aqui eu  
3213 continuaria sem fazer a prestação de contas trimestral. Então isso é empoderar. Né?! Não  
3214 estar aqui só colhendo os elogios, as benfeitorias que muitos de vocês ouviram aqui mais a  
3215 gente colocar a nossa cara a mostra. Falar das fragilidades que nós enquanto conselho, né,  
3216 temos mais apontar rumos e tentar fazer a convergência. Então, quer dizer, esse ano  
3217 através do modelo de prestação de contas que o CEAS realmente deliberou, recebido da  
3218 SEDESE foi que eu puxei o modelo e readequei através do município e não tenho  
3219 vergonha de falar isso com vocês. Agora, seria vergonha se eu tivesse numa estância  
3220 como esse que a gente está, na gestão, aprendendo tudo isso e me furtar a terminar a  
3221 gestão sem fazer o erro de convergência. E óbvio que a... que o SIM SUAS e todas as  
3222 deliberações que são gastos com recursos passa pelo conselho mais o modelo, o  
3223 formulário trimestral, eu estou dividindo isto com vocês aqui, agora. Nós avançamos e  
3224 colocamos a primeira agora em 2012. Mais já chamei todos os conselheiros. Todos os  
3225 conselheiros que validaram todas as deliberações ao longo do ano para PAIF, PAEF,  
3226 media complexidade, alta complexidade, CREAS, Liberdade assistida, PSA, o centro de  
3227 convivência do idoso, cada gasto foi encaminhado para eles a solicitação da gente fazer *ad*  
3228 *referendum* uma vez que, todas essas solicitações forma feitas ao longo dos demais anos.  
3229 Agora, o modelo foi oportunizado estando no CEAS. E a gente que está no interior, nós  
3230 que estamos aqui na ponta, se a gente não tiver na interlocução, uma oportunidade como  
3231 essa que a gente está tendo aqui é muito difícil. Por isso, que eu fiz aquela fala ontem dos  
3232 municípios de porte 1. Né?! Porte 1 e 2, de ter a oportunidade de estar uma capital, estar  
3233 numa instância de capacitação. E é por isso que eu estou dividindo isso com vocês, porque  
3234 não pense vocês que tudo está perfeito, que não tem nenhum desafio em Cataguases, que  
3235 tudo está as 100 maravilhas. Está não. A 1000 maravilhas. Não está não. Tem um grande  
3236 desafio a ser feito. E para deixá-los a vontade de buscar em nós essa referência, essa  
3237 orientação. De não se omitir em fazer, ou fazer de forma errada por ter vergonha não,  
3238 porque por isso, que eu estou colocando aqui nessa plateia o desafio que Cataguases, né,  
3239 vem enfrentando. E que neste ano que a gente está colocando nos moldes que eu aprendi  
3240 no conselho estadual que deve ser feito, né?! Então, para vocês ficarem à vontade. Não  
3241 terem vergonha de dizer e de perguntar. E atuar como instância de recurso que pode ser  
3242 acionada pelos conselhos municipais de assistência social. Se avaliado a política de  
3243 assistência social, o órgão gestor, a rede socioassistencial, se é percebido o não  
3244 investimento nos programas, projetos, serviços e benefícios que aquele município deveria  
3245 estar ofertando ou que já tem estruturado para oferecer e que ainda ele não estabelece. Se  
3246 não há uma interação na articulação com o órgão gestor, né?! Se o conselho não vem  
3247 conseguindo exercer o seu papel não é por uma frieza, por uma ... ou por um não  
3248 reconhecimento da gestão e do seu papel. Ou se as coisas só são demandas direto né da  
3249 gestão para que o conselho delibere. Se não tem essa interlocução o CEAS está aqui para  
3250 fazer, pra receber a solicitação, a demanda ou mesmo a denúncia pra tentar fazer essa

3251 articulação. Às vezes, realmente, a história daquele município, ou daquela gestão ou  
3252 daquela situação não permitia essa interlocução e, por isso, que ali ele também atua como  
3253 instância de recurso que pode r ser acionada por cada um dos nossos conselhos municipais  
3254 de assistência social. E aí eu quero dividir muito aqui com a minha amiga Cecília, ela deu  
3255 uma saidinha. Então, a Cecília que na demanda da gerencia do município, questão da  
3256 usina que a gente viu, solicitou e nós estivemos aqui fazendo intervenção. E a gente viu.  
3257 Fizemos convergências né, intervenções orientativas para junto com o conselho municipal  
3258 tentar uma solução. Nós estivemos recentemente em Santos Dumont, eu e Marcelo,  
3259 também com apontamento e com a solicitação do conselho municipal para fazer uma  
3260 discussão. Né?! A gente até viu, né Marcelo, que era mis de gestão do que de controle  
3261 social. Mais de certa forma também fizemos a orientação a este órgão de controle que é o  
3262 conselho municipal que estava presente junto conosco. E a gente leva os apontamento,  
3263 porque, às vezes, tem coisas que agarra na gestão e com a orientação muitas das vezes que  
3264 o conselho faz aos conselhos municipais ele também põe. “Não mais você tem essa e essa  
3265 estratégia.” Porque a portaria, porque a normativa, porque os marcos legais te permite sim  
3266 a fazer isso né. Mais isso a gente só consegue como? Buscando capacitação e orientação.  
3267 Se a gente ficar isolado e a gente não os permitir oportunizar de estar em espaço como  
3268 este, de participarmos né, das uniões regionais de conselhos municipais de assistência, das  
3269 URCMAS; e também receber de vocês sem vergonha mesmo o que nós precisamos no  
3270 município saber através da URCMAS para nos ajudar a realmente fazer esse controle  
3271 social, fazer a vigilância social, fazer realmente o nosso papel de atuação de controladores  
3272 dessa política no nosso município. Receber isso também de vocês. Né?! De acordo com a  
3273 Lei Estadual n.º 12.262/96. A Lei que realmente cria a lei de criação e do conselho  
3274 estadual de assistência social. O CEAS tem como papel: “articular-se com o CNAS e com  
3275 os conselhos municipais de assistência social, bem como com organizações  
3276 governamentais, nacionais e estrangeiras, e propor intercâmbio, celebração de convênio  
3277 ou outro meio, com vistas à superação de problemas sociais do Estado;” E também, não só  
3278 articular mais “assessorar os conselhos municipais de assistência social na aplicação das  
3279 normas e resoluções fixadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS para a  
3280 inscrição de entidades privadas prestadoras de serviço de assistência social;” Então, isso  
3281 gente é... são alguns apontamentos. Eu sempre quando tem uma reunião e que me é  
3282 convocado em algum município ou mesmo em URCMAS, quando me é solicitado, eu falo  
3283 isso. O melhor instrumento e ferramenta hoje que chega na grande maioria de todos os  
3284 municípios salvo raríssimas exceções é a internet. Às vezes, você gasta com o impulso,  
3285 vocês gasta com a tarifa de um telefonema mais a internet ela é acessível a todo o  
3286 município. E aí tanto o CEAS quanto as comissões que estão disponíveis dentro desse  
3287 CEAS a qual eu faço parte da que eu estou falando aqui agora que é sobre o apoio. Estão a  
3288 disposição para orientar como também, vocês ao manusear essas instâncias do conselho  
3289 nacional e o conselho estadual começar a fazer uma leitura, começar a fazer um  
3290 empoderamento, enquanto órgão de controle através dessa ferramenta. Né?! Que me tem  
3291 sido muito útil. Em questões muito mais rápidas e com orientações muito mais precisas  
3292 esse conselho se coloca sempre a disposição para ajudar no controle social de todos os  
3293 nossos municípios. A gente pode não ter perna para chegar nos 853 municípios mais a  
3294 internet tem o alcance de chagar antes que as pernas nossas nos dê alcance de estar no  
3295 município quando não se tem uma instância como esta descentralizada ou uma união  
3296 regional que aglomera mais pessoas. Esse veículo está acessível para a grande maioria dos  
3297 nossos municípios para antes de estarmos pessoalmente já orientarmos para que seja  
3298 sanado mais rapidamente as dificuldades e as fragilidades dos conselhos municipais.  
3299 Refletimos então: Minas possui 853 CMAS criados – mas como estão funcionando? A  
3300 gente viu ali o espelho com relação. A gente viu que tem fragilidades. Mais olha só: um

3301 ponto positivo é que dos 853 a gente viu ali 500 e alguns municípios, anteriormente, que  
3302 tem fragilidade mais que estão funcionando. Então, nós temos que chegar com essas  
3303 pernas a estes que estão com fragilidades, mas ir à busca e ao encontro dos 290 e poucos  
3304 que não trouxeram o espelho. Então, é um desafio muito grande para nós. E nós não  
3305 fugimos desse desafio. Mais a gente precisa cada vez mais ter e obter a parceria de vocês  
3306 na construção desse empoderamento, né, enquanto órgão de controle social da política de  
3307 assistência social para irmos fazendo, cada vez mais, a diferença de uma política que  
3308 chegue na ponta, que chega para os nossos usuários com essa propriedade, com essa  
3309 qualidade. A realidade é muito complexa, considerando as diferenças regionais; Já falei  
3310 isso para vocês. Muitos dos problemas apresentados são de gestão, mas verifica-se a  
3311 fragilidade do controle social; Então, olha só, isso é muito importante. Como eu e Marcelo  
3312 tivemos numa solicitação de intervenção no município a gente viu o seguinte: o gestor era  
3313 fragilizado mais o conselho não tinha o embasamento e as informações necessárias para  
3314 levar até o gestor que ele não conseguia aquilo ou aquela ação em detrimento dela não  
3315 conhecer essa, esta ou aquela orientação, aquele marco legal em instrução. Então, a gente  
3316 vê que falta, falta o quê? Falta à leitura, falta o estudo, falta a análise. E se o conselho não  
3317 se empodera, então, ele fica omissos, fica tímido, fica à mercê só da deliberação de três em  
3318 três meses, ou de dois em dois meses ao “bel prazer” que o órgão gestor demandar. Isso  
3319 não pode ser dessa forma. Hoje, a grande maioria dos municípios tem o SIM SUAS.  
3320 Então, às vezes, reúne ou nem mesmo reúne para validar o SIM SUAS. E o conselho está  
3321 muito além de validar, né?! Fazer a prestação de contas do sistema de informação e  
3322 monitoramento do Piso Mineiro. Em que medida acompanhar os planos de providências  
3323 assinados pelos gestores estadual e municipais vai ajudar a dirimir situações? Quer dizer,  
3324 também o papel do conselho não é só na intervenção lá de um Plano de Providência. Isso  
3325 de uma forma imediatista eu vou ali apontar tempo ou controlar ou visualizar se o  
3326 conselho municipal está acompanhando aquela ou outra que seja a ação. Mais importante  
3327 do que isso é a gente através de instâncias e de oportunidades como essa, a gente  
3328 trabalhar, a gente capacitar e a gente se preparar para que realmente não haja a  
3329 necessidade da intervenção, que desde o planejamento, desde o Plano de ação, desde a  
3330 construção do plano plurianual que a gente viu ontem. O plano de ação, o  
3331 acompanhamento na oferta de serviços e a validação da qualidade dessa oferta de serviço  
3332 de está dentro do território que o conselho se instala. Se a gente consegue fazer essa  
3333 interlocução, se a gente consegue acompanhar o funcionamento e as ações e a oferta  
3334 desses serviços com a presença, com a fala dos nossos usuários nós podemos amenizar se  
3335 não erradicar essas fragilidades que a gente viu, que ainda é um desafio, mas que nós  
3336 estamos aqui para trabalhar para a gente sanar e erradicar isso no nosso estado. Né?!  
3337 Informações / dados antigos – não se recupera o passado – minimiza / intervém-se para  
3338 superar. Outra coisa é o que eu disse aqui agora. Nós iniciamos aqui em Cataguases a  
3339 prestação de contas trimestral esse ano. É vergonha para mim falar isso. Né?! De forma  
3340 nenhuma... eu quero dizer o seguinte: o fato de a gente não ter feito ou de um município  
3341 não ter feito não é motivo para a gente apontar e atirar pedra. É motivo da gente corrigir  
3342 rumos e ir em frente. Em que vai nos apontar méritos, rotular municípios? O conselho  
3343 municipal que está em erros de suas deliberações, de sua conduta. Eu acho que a instância  
3344 que nós nos encontramos se eu tiver errado, a secretária executiva, o presidente, me  
3345 corrija. Mais é realmente de orientar, empoderar e fazer a diferença para que esse  
3346 município, pra que esse órgão de controle municipal realmente faça a diferença na gestão.  
3347 Faça seu papel enquanto conselheiros que são. Agora aqui eu quero fazer um parêntesis.  
3348 Também a escolha, a indicação, a postura e o perfil dos conselheiros fazem grande  
3349 diferença na composição desses conselhos. Porque né, o que é que acontece se a gente se  
3350 propõe a ser conselheiro, mais a gente não tem tempo porque eu trabalho em três lugares,

3351 então, eu não posso estar na reunião do conselho, então, eu já dou meu nome sabendo que  
3352 não estarei nunca no conselho. Isso fragiliza o poder e a importância do conselho. Né?!  
3353 Então a gente tem que começar, né, enquanto composição desses conselhos o nosso papel.  
3354 Nós teremos dedicação para estudar, para analisar, para construir? Porque se não tivermos  
3355 não vamos fazer a diferença e executar o papel que precisamos exercer nesse órgão de  
3356 controle social. Né?! E se a gente não reúne, se a nossa secretaria executiva, se o nosso  
3357 conselho não faz um estudo, não faz um aprimoramento dos avanços da política, não faz  
3358 uma correlação desses avanços para também, empoderar seus conselheiros o conselho se  
3359 furta também a continuar frágil. E aí eu quero nesse momento agradecer e parabenizar  
3360 essa instância aqui, a secretaria executiva, que tudo isso que a gente está vendo aqui salvo  
3361 algumas exceções que posso ter perdido é de um estudo de uma equipe que está  
3362 comprometida no CEAS a fazer diferença pelo Estado de Minas Gerais. Eu quero aqui  
3363 uma salva de palmas seja colocado para a secretaria executiva que prepararam  
3364 brilhantemente essas capacitações, por mais cansativo, que eu sei que está sendo, que não  
3365 é fácil. Mais você já imaginou se nós não tivéssemos uma competente secretaria, não é só  
3366 a secretária, mais ela mesmo colocou o apoio na elaboração disso para a gente estar aqui.  
3367 Como é que o José Fernando de Cataguases estaria indo para Belo Horizonte para  
3368 preparar uma capacitação como esta. Né?! E mesmo para fazer uma interlocução na  
3369 gestão. Então, eu quero falar para vocês que não é fácil. É desafiador. Eu sou gestor de  
3370 Cataguases mais me coloquei, né, com o propósito de contribuir enquanto estiver no  
3371 CEAS para levar isso pelo estado a fora. Porque eu não me limito a ficar feliz com os  
3372 avanços que a gente constrói com a nossa equipe aqui em Cataguases. De forma nenhuma.  
3373 Eu quero é que o Estado de Minas Gerais possa... os outros municípios maiores que o  
3374 meu, possam somar conosco para fazer a diferença na ponta, com os usuários. E aí, sem  
3375 um conselho fortalecido, sem a URCMAS fortalecidas conosco e desbravando por este  
3376 estado, pelas regionais que a gente vai estar vendo aqui pra fazer essa intersectoriedade,  
3377 para fazer essa locução vamos demorar muito mais tempo. Agora, se tivermos isso  
3378 imbuído, com certeza, começaremos em um tempo menor, reduzir esse espelho que nós  
3379 estamos percebendo aqui. A gente sabe das intervenções, a gente fica burocráticos. Vocês  
3380 viram aqui, foi mostrado um modelo de prestação de contas, foi feito por uma primeira  
3381 amostragem que nós aprovamos em 2011 inteiro. Agora vocês viram que a comissão de  
3382 política. De normas ou políticas? Da Cristiane. Orçamento. Já apontou algumas alterações,  
3383 quer dizer, já vamos mudar o formulário pra ficar mais prático, objetivo e de fácil análise,  
3384 quer dizer, isso é construção. Isso requer o quê? Tempo. E se a gente não tiver, nos  
3385 conselhos municipais, alguém que depois formalize esse... esse formulário. Né?! Que  
3386 adequa pra gente. A gestão sozinha não consegue realmente. Por isso, o controle ter que  
3387 estar muito bem estruturado. Né?! Agora não podemos nos furtar dessa burocratização,  
3388 tem que ter o papel, tem que ter o sistema, tem que ter a deliberação. A gente tem que  
3389 acompanhar, né, as instâncias superiores nossas. Adequando as nossas realidades, não  
3390 fugindo a um modelo que é da política nacional, que é do controle realmente, né... para a  
3391 responsabilidades dos serviços ofertados com esses usuários. Como o SUAS é um sistema  
3392 do estado, então, é muito burocrático. Né?! Reflexo da máquina pública. E aí, a gente tem  
3393 que estar acompanhando através desses modelos se o que realmente refletem nesses  
3394 modelos as informações procedem com que os usuários, que os serviços, que a gestão  
3395 realmente oferece e oportuniza ao seu município. E aqui dizer para vocês, que nós somos  
3396 hoje instância, os conselhos municipais, reconhecido, né, pelo Tribunal de Contas da  
3397 União e pela Controladoria-Geral da União. Quando eles chegam nos municípios em que  
3398 a Saúde, a Educação, a Assistência Social em suas prestações de contas são vistas pelas  
3399 deliberações, por eles, dos conselhos municipais, tem uma outra análise, tem um outro  
3400 peso. Então, isso mostra o papel e a responsabilidade, não é só bonito ter a resolução ali

3401 aprovada. É co-responsável ao gestor, cada um de nós conselheiro, com o CPF que  
3402 deixamos na vigência da nossa estada nesse conselho, co-responsável com o gestor que  
3403 deliberou. Então, isso é imprescindível e é necessário a gente estar colocando e discutindo  
3404 aqui pra vocês. O CEAS é um órgão de controle social e não de gestão; às vezes, é  
3405 confundido muito. O Geraldo falou aqui que, às vezes, é feito aqui alguns apontamentos  
3406 porque o conselheiro é gestor, então, a gente contribui. Mais, na verdade, nós fazemos o  
3407 controle social. Isso não quer dizer que não possa orientar quem está na gestão. Agora, o  
3408 papel do CEAS e o papel dos conselhos municipais é fazer o controle social, é  
3409 acompanhar como as ações, como as estratégias, como que, né, o plano plurianual, como  
3410 que a LDO e a LO estão sendo realmente é ... vistas, validadas, né?! E acompanhadas por  
3411 nós. Então, que isso fique bem claro. Né?! O nosso papel, o Conselho Estadual de  
3412 Assistência Social ele tem a prerrogativa de fortalecer, de empoderar e de orientar as  
3413 instâncias de controles sociais nos municípios que são os conselhos municipais. Né?!  
3414 Também. E faz o controle social sobre o órgão gestor estadual. Assim, como nós no  
3415 município, né, encaminhamos para o órgão de controle social que são os CMAS, o CEAS  
3416 é que faz o realmente o controle social do órgão gestor que é a SEDESE. Que representa  
3417 aí no caso a Secretaria de Estado de Assistência Social. O CEAS diante dessa problemática  
3418 ele automaticamente faz essa interlocução. Ele tem que pensar em como responder suas  
3419 competências. Acabei de dizer aqui, né, as pernas e os instrumentos que nós temos  
3420 discutido para falar cada vez mais para mais municípios para que essas orientações  
3421 cheguem e articular, assessorar, fortalecer e apoiar os CMAS são também  
3422 responsabilidades desse CEAS, né, que está com vocês esses dois dias. Precisamos: Unir o  
3423 fazer burocrático com o papel eminentemente político dos conselhos – papel que deve ser  
3424 preservado; E aí gente independente de gestão, independente de períodos, esse conselho  
3425 tem que ter uma memória, esse conselho tem que preservar as informações independentes  
3426 de quem perpassa e cada um de nós temos um tempo, seja na gestão, seja no órgão de  
3427 controle. Agora os outros que viram precisam ter fotografado nesses espaços né de  
3428 controle que são os conselhos municipais a história, as deliberações, as normativas, as  
3429 capacitações, os encontros que foram realizados. Então, ter uma secretaria executiva junto  
3430 do seu conselho municipal organizado isso é imprescindível, independente de gestão de  
3431 governo de sigla partidária. A memória do conselho ela tem que estar à disposição para  
3432 quem quer que esteja ou quem anteceda ou suceda os períodos existentes por nós, por  
3433 quem está ou esteve nesses conselhos municipais. Necessidade de entendermos que a ação  
3434 educativa não se constitui só em capacitação, que não se resume a conceitos, mas a  
3435 formação política; é isso aí. Eu quero aqui fazer um apontamento direto, sei que meu  
3436 tempo já está finalizando mais, por exemplo, se eu tivesse ido para o CEAS e não tivesse  
3437 voltado para o meu município, discutindo com os conselheiros aqui, repassando para eles  
3438 as normas e adequando o município, eu não me veria, né, como alguém que teve uma  
3439 formação política. Alguém que realmente tivesse um empoderamento de aprender e  
3440 também ensinar ao seu órgão de controle, né, proporcional ao órgão de controle uma  
3441 mudança de postura. Então, eu acho que é isso. Né?! O papel nosso é exatamente esse e a  
3442 gente não deixar nada debaixo do balaio. É a gente muito pelo contrário é um órgão que  
3443 tem que dinamizar, publicizar, colocar transparente as suas deliberações. Né?! Não só  
3444 publicar resolução, seja ela no jornal oficial, seja ela nos espaços públicos se não tiver um  
3445 órgão oficial. Mais a gente também arquivar, organizar, para que quem quer que venha  
3446 tenha acesso a essas informações. Despertar a liderança cívica, pautada em um bem  
3447 comum; É o que eu falei anteriormente, né?! É independente de aceção política, de  
3448 período, de mandato. A gente construir no período que estamos e oportunizar ao outro que  
3449 chegue de ter uma luz, né?! De não encontrar trevas, de ter uma luz para continuar na  
3450 trajetória, com transparência, com apontamento, sem maldades que muitas das vezes a

3451 gente encontra, que a gente sabe que encontra. Né?! De não deixar, não ser deixado a  
3452 informação, não ser deixado os arquivos e assim sucessivamente. Mais que a gente  
3453 trabalhe com essa formação política, não politiqueria, não de politicagem, né?! Ouvir a  
3454 base que se encontra nos municípios, ouvir os CMAS e construir estratégias juntos.  
3455 Trabalhar a intersectoriedade com as políticas, os demais conselhos e com as entidades.  
3456 Isso também, é uma aprendizagem que a gente trouxe pra aqui e que a gente vem fazendo  
3457 essa comunicação. Não só com a gestão mais também, né?! Com os conselhos. Isso  
3458 também, foi um avanço. Fazer reuniões abertas, fora do local aonde normalmente se faz  
3459 que é lá em Belo Horizonte, o CEAS, né, na Guajajaras, 40. Nós estamos aqui hoje  
3460 fazendo essa plenária descentralizada. No nosso município nós também podemos fazer  
3461 isso. E isso, ainda não fizemos em Cataguases, mais me apontou para começar. Pra levar  
3462 realmente para outros espaços para a comunidade começar a perceber que as deliberações  
3463 que o governo faz, que o executivo demanda, ele se detém da participação democrática  
3464 que muitas das vezes a comunidade não sabe que é feita. E que, às vezes, acha que na  
3465 ponta uma demanda ou uma ação que é finalizada saiu direto do gabinete do prefeito. Isso  
3466 não significa que ele não possa fazer. Claro que pode. Mais se teve a validação, a  
3467 construção, né?! E a participação dessa instância dentro das normativas legais, é  
3468 importante que a comunidade nos veja como representantes dela. Que os usuários nos  
3469 reconheçam como realmente seus representantes. Né?! Pensar o estado de Minas  
3470 territorialmente – respeitando as especificidades de cada região e ter um ouvido  
3471 diferenciado, propondo em parceria ações para a efetivação e melhoria do SUAS. Isso  
3472 também, eu já tinha falado anteriormente. É vendo cada fragilidade, né?! E tentando  
3473 contribuir de acordo com aquela especificidade daquela região, daquele município. Mais  
3474 não fugindo ao marco legal e regulatório que a gente têm pra fazer essa política. Entender  
3475 o gestor como parceiro e trabalhar para que isso ocorra, sem disputa, mas somando  
3476 esforços para a efetivação do SUAS; Isso é imprescindível. Né?! Como eu disse pra  
3477 vocês: eu não sou da política de assistência social. Não sou psicólogo. Não sou advogado.  
3478 Não sou assistente. Agora, tem uma vontade internalizada, grande, para que a política  
3479 social aconteça e implemente não só aqui em Cataguases, como no estado de Minas  
3480 Gerais. E, às vezes, o prefeito sabe disso, me libera para junto a esta instância estar em  
3481 outros municípios levando essas informações, discutindo com o gestor. Então, reconhecer,  
3482 porque em muitas das vezes, isso não significa que eu sei tudo. Não sei. Tanto é que  
3483 algumas falhas e fragilidades dividi aqui com vocês. Pra quê? Para vocês se sentirem  
3484 empoderados. Vocês não terem vergonha de se erra fazer a conversão, buscar a quem  
3485 pode. Né?! Humildemente é... apontar enquanto conselheiro, enquanto presidente de  
3486 conselho, enquanto secretário executivo. O quê eu fiz com o meu secretário executivo?  
3487 Mandei pro CEAS. Tive oportunidade de dar uma primeira introdução de capacitação,  
3488 porque vi logo que cheguei uma pessoa “esforçadaíssima”, dedicadíssima, mais nunca  
3489 tinha tido a oportunidade de estar num conselho, como é que funcionava a secretaria  
3490 executiva. Então isso, também já solicitei aqui ao CEAS para também fortalecer os  
3491 conselhos, uma capacitação, não é Sr. Presidente, eu sugeri para as secretarias executivas.  
3492 Porque o Estado de Minas Gerais, ele é impar. Tá?! Ele desponta, como sempre Minas é  
3493 pioneiro, como a secretaria executiva, não é porque está aqui presente, é porque a gente ao  
3494 longo da história teve a oportunidade de conhecer. É uma secretaria executiva muita  
3495 dedicada e competente. E profissional. Tá?! É a política, tá aqui para fazer realmente o  
3496 que na ponta os municípios e os conselhos municipais precisam. Orientação. Né?!  
3497 Empoderamento. Né?! E capacitação. É ... repensar ... Incentivar a participação e o rodízio  
3498 entre instituições e pessoas – evitar a cristalização dos conselhos; A composição do  
3499 conselho, isso é imprescindível. Se lá no seu regimento interno é um ano sociedade civil  
3500 podendo reconduzir mais um ano, ótimo. Se é um ano sociedade civil, né, no ano seguinte

3501 está falando no regimento interno que é o governo que esse regimento se faça cumprir. Se  
3502 já tem um mandato, dois mandatos, conforme o regimento interno, se a sociedade civil  
3503 mantém os mesmos cidadãos na composição a entidade tem direito. Mais o cidadão, o  
3504 representante, olhar isso. Né?! Não cristalizar, não ficar eternamente um conselho, oito  
3505 anos, seis anos, dez anos com as mesmas pessoas da sociedade civil e do governo. Isso é  
3506 importante. Isso que é não deixar nosso conselho cristalizar. Repensar o processo de  
3507 escolha da sociedade civil – se está proposto para ter mais participação ou menos; Quer  
3508 dizer, existe isso também no nosso estado. Tem regimento interno que fala que o governo  
3509 tem 9 e a sociedade civil tem 4. Ou tem 5, tem menos. Né?! Vocês viram na capacitação  
3510 que o conselho é paritário. E se a lei está errada é hora da gente fazer a... o  
3511 encaminhamento do projeto de lei para corrigir isso na câmara. A gente não pode  
3512 continuar com a política democrática e social sendo injusta com a composição aqui dessa  
3513 instância. Discutir a legitimidade na representação – se deriva do voto? Quantos? Como é  
3514 que a entidade escolheu que é o José que vai representá-la? Tem uma ata das entidades? E  
3515 da sociedade civil ou daquela entidade que fez uma assembleia entre os seus pares para  
3516 fazer a indicação? Tem amparo legal? Veio uma ata realmente consolidando os votos que  
3517 o José, que a Maria e que o Antônio tiveram? E que o José por unanimidade é quem vai  
3518 compor? Ou a gente faz isso solto sem realmente a legitimidade? Pode passar. Em  
3519 quantos? O rodízio... não. É porque tem hora que dá uma trava mesmo. Isso acontece nos  
3520 melhores... famílias e nos melhores momentos. Eu acho que ta quase. Isso. Precisamos:  
3521 Repassar informações, deliberações, decisões, multiplicar o nosso conhecimento passando  
3522 a frente – isso também é uma forma de articulação; Fortalecer as URCMAS, não  
3523 descentralizando responsabilidades, mas como um fórum real de articulação e de troca de  
3524 experiências. É isso. Aqui o conselho não está dizendo que a URCMAS não tem que  
3525 assumir o papel dele. Mais como instância, que no Estado de Minas Gerais, através desses  
3526 conselhos reconhece de suma importância para articular com os conselhos municipais. E  
3527 para através desse espaço levar informações que vão acrescentar a esses municípios a  
3528 gente não deixar esse espaço morrer. E não deixar de através da URCMAS levar as  
3529 informações que esses municípios que nos vimos aqui no Estado de Minas Gerais  
3530 precisam ouvir, saber e receber de orientação. O espelho está ali para nós. Então, a  
3531 comissão de apoio através desse espelho trouxe essa reflexão. Né?! Mostra aqui para  
3532 vocês quais são as URCMAS já criadas. Nós temos aí, né, são 24 URCMAS. Uma em  
3533 Águas Formosas (microrregião de Teófilo Otoni); uma em Almenara - (também chamada  
3534 URCMAS/Baixo Jequitinhonha); Belo Horizonte – metropolitana; Circuito das Águas;  
3535 tem uma em Curvelo/Curvelo mesmo; e uma Curvelo/Diamantina (também chamada  
3536 URCMAS/Alto Jequitinhonha) – lá em cima Almenara baixo. Né?! Curvelo/ Sete Lagoas  
3537 tem uma; Divinópolis/Capitólio tem uma; e Divinópolis/Divinópolis, porque é uma região  
3538 muito grande, subdividiu. Isso tem que ser pensado. De repente se a gente não participa da  
3539 nossa URCMAS porque tá lá na divisa da Bahia pra vim em Muriaé, de repente se pegar  
3540 uma outra regional por estar mais próxima isso não é problema. O que nós precisamos é  
3541 atender a necessidade do municípios, dos conselhos municipais e do órgão gestor em  
3542 relação a logística. Na melhor maneira que eles possam estar conosco. Né?! Eu acho que  
3543 esse é o objetivo; Divinópolis/Nova Serrana; Governador Valadares: está em processo de  
3544 desmembramento em 03. Tá vendo era uma vai desmembrar em três para atender essa  
3545 demanda; Ituiutaba – Triângulo Mineiro; Juiz De Fora; Montes Claros; Muriaé que é a  
3546 nossa com 40 municípios agora. Itamarati que pertencia a Juiz de Fora achou por bem  
3547 estar conosco, porque a logística para ela é menor. Né, Rubens?! Achou melhor, então, ela  
3548 fez essa divisão, fez essa inserção conosco; Patos De Minas; Poços De Caldas; Salinas;  
3549 São João Del Rei; Teófilo Otoni; Timóteo; Uberaba - Triângulo Mineiro; Uberlândia –  
3550 Triângulo Mineiro; Varginha. Essas são as 24 URCMAS existentes no nosso estado. E,

3551 finalizando, obrigado! **Presidente:** Como eu disse anteriormente, nós vamos chamar a  
3552 conselheira Ana Paula que vai fazer a apresentação e com toda certeza a gente vai avaliar  
3553 essas apresentações feitas das duas e nós vamos tirar uma reflexão maior para poder dar a  
3554 contribuição do processo e a gente caminhar para uma deliberação que a gente vai fazer a  
3555 proposta aí. **Conselheiro José Fernando:** Presidente, só antes da Ana Paula falar  
3556 **Presidente:** pois não. **Conselheiro José Fernando:** quero só fazer uma correção, porque  
3557 os dados apontados ali que a gente viu é da gestão. Tá?! São dos municípios através das  
3558 informações que os gestores mandaram. Né?! E que a gente copilou através do controle do  
3559 estado pra gente validar. Tá?! Então, esses dados mostraram a fragilidade dos municípios.  
3560 Desses municípios em relação à gestão, tá?! **Conselheira Ana Paula:** bom gente. Nós  
3561 vamos trabalhar agora um pouco as informações relacionadas e o trabalho do conselho  
3562 estadual, especificamente, no que compete a comissão de normas. A comissão de normas  
3563 ela tem como atribuição trabalhar toda a regulamentação e regulação da política de  
3564 assistência aí assessorando aos municípios, recebendo a demanda dos municípios e  
3565 tentando fazer um enquadramento de toda política de assistência social a realidade da  
3566 execução do próprio sistema. Então, é importante ... enquanto a Consolidação prepara ali a  
3567 apresentação, é... em relação a comissão de normas é importante, o Jose Fernando já  
3568 colocou isso na fala dele, a política de assistência social é uma política regulada e  
3569 regulamentada. O que significa isso? Hoje os procedimentos, programas, projetos e  
3570 serviços do Sistema Único de Assistência Social eles têm normativas, eles tem  
3571 regulamentação e a partir destas regulamentações que o sistema é operado. Então, isso é  
3572 um grande avanço na execução da política de assistência social. Então, quando a gente  
3573 fala no trabalho da comissão de normas e especificamente, em relação ao SUAS, nós  
3574 estamos falando aqui e hoje vamos trabalhar aqui com a nossa rede complementar ou rede  
3575 socioassistencial as entidades beneficentes de assistência social. Então, é nesse sentido  
3576 uma das competências da comissão de normas é de se fazer a discussão e a adequação e o  
3577 regulamentação no que se refere a estas entidades. É, além disso, a comissão de normas  
3578 também trabalha com processo de usinas. Também apreciam toda a relação e as questões  
3579 relacionadas aos processos das centrais hidroelétricas, não especificamente, só as usinas.  
3580 Bom, Por quê inscrição nos Conselhos Municipais de Assistência Social? Essa pergunta?  
3581 Primeiro, a inscrição no conselho municipal de assistência social ela está colocada lá no...  
3582 na Lei Orgânica de Assistência Social é... ela é condição “autorizativa” de funcionamento.  
3583 Então, uma entidade para executar a política pública de assistência social ela tem que estar  
3584 inscrita previamente no conselho municipal de assistência social como condição de  
3585 execução do sistema único. Por quê isso? Porque isso faz parte da organização do sistema,  
3586 precisa haver o aval do controle social e a adequação daquela entidade ou do escopo do  
3587 serviços que ela executa a política de assistência social. Quem vai fazer essa avaliação, é  
3588 uma avaliação técnica, é o conselho municipal de assistência social. Então, essa é a  
3589 condição. Art. 9º diz que o funcionamento das entidades de assistência social tem que ter  
3590 inscrição prévia. Por quê? Porque o conselho é o órgão de controle social responsável pelo  
3591 zelo e pela execução da política de assistência social dentro do que lhe compete. Os  
3592 conselhos, eles vão normatizar, acompanhar, fiscalizar, entidades, serviços estatais ou não.  
3593 Né?! Então, o conselho vai fazer uma visita ao CRAS do município para saber como é que  
3594 está funcionando o CRAS lá e os serviços do CRAS. É um equipamento estatal. Como ele  
3595 vai fazer visita a uma entidade vinculada ao município, inscrita no conselho para  
3596 acompanhar a execução dos serviços de assistência naquela entidade. Então, isso é um  
3597 papel do conselho. A inscrição no conselho municipal ela é “autorizativa” de  
3598 funcionamento, mais ela é uma chancela do município de que aquela entidade faz parte e  
3599 compõe, integra a rede socioassistencial daquele município. Então, é um reconhecimento  
3600 da relação parceira na execução do sistema único de assistência social. Pode ir

3601 Consolação. Eu estou com a garganta ruim por causa do ar-condicionado. Quem se  
3602 inscreve no CMAS? Né?! O que nós estamos discutindo aqui, é a partir das  
3603 regulamentações que existem são as entidades sociais sem fins lucrativos que executam  
3604 atividades de atendimento e assessoramento, defesa e garantia de direitos no modelo e no  
3605 desenho que está colocado na Lei Orgânica da Assistência Social. Além disso, a... é  
3606 importante ressaltar, que toda a regulamentação no que compete a inscrição de entidades  
3607 ela foi alterada recentemente. Ela vem sendo alterada. E hoje nós inscrevemos nos  
3608 conselhos municipais não somente a entidade ou entidades. Nós inscrevemos programas,  
3609 projetos, serviços e benefícios isoladamente de entidades. Então, o conselho não inscreve  
3610 o programa de uma determinada entidade, o benefício de uma determinada entidade.  
3611 Obviamente, é caracterizada, caracterizado o atendimento, o assessoramento, a defesa ou a  
3612 execução desse programa, projeto, serviço e benefício pro público da assistência social. Aí  
3613 as normativas, o que regula a inscrição de entidades dos conselhos municipais: A Lei  
3614 Orgânica da Assistência Social já alterada pela Lei 12.435 que institui o sistema único; o  
3615 Decreto Federal n.º 6.308/2007, ele já diz das entidades de atendimento, assessoramento e  
3616 defesa ele não foi revogado com as normativas novas; As resoluções do Conselho  
3617 Nacional de Assistência Social – a nº 109/09 – Tipificação dos serviços socioassistenciais;  
3618 a Resolução n.º16 que diz da inscrição das entidades nos conselhos municipais e  
3619 caracteriza essa inscrição. Divisão por programas, projetos, serviços e benefício. E a  
3620 Resolução n. 27 que complementa a 16 e dá o enquadramento e o escopo do que é uma  
3621 entidade de assessoramento, defesa e garantia de direitos. Pode ir Consolação. Aí, os  
3622 critérios para inscrição, são os critérios para atendimento no sistema único de assistência  
3623 social. Então, o sistema único é uma política não contributiva. Isso está escrito na política  
3624 nacional de assistência social. Então é a gratuidade do serviço ofertado. Então, não é  
3625 condicionado a pagamento de taxa, contribuição, matrícula, o serviço é gratuito e ofertado  
3626 de forma gratuita. Todos os programas, projetos e benefícios. Tem que ter o caráter  
3627 continuado. Nós estamos falando de ação contínua. Nós estamos falando de serviço  
3628 continuado. Então, não são ações pontuais. Tem que assegurar que sejam ofertados ao  
3629 público da assistência com o enfoque de promover a autonomia desse público, que é  
3630 beneficiário e que participa e frequenta os serviços da assistência. E tem que garantir... a  
3631 entidade no caso ela tem que ser fiel e garantir a execução de acordo com os parâmetros  
3632 que estão colocados para ela nos seus regimentos estatutários que também os conselhos  
3633 municipais apreciam no ato da inscrição. Então, é importante esse enquadre é uma  
3634 característica, são os pontos principais que caracterizam a inscrição. Existem outros de  
3635 apreciação dos conselhos municipais mais é importante que esses são os que tem uma  
3636 vinculação mais estreita com a execução do próprio sistema. Pode ir Consolação. O Fluxo  
3637 de Inscrição dos conselhos municipais, aqui de forma reduzida, a entidade vai solicita a  
3638 inscrição no conselho municipal, ela apresenta uma documentação necessária que está  
3639 prevista na Resolução do CNAS n.º 16/10. Isso de uma forma é... de uma forma formal, é  
3640 redundância, mais isso é protocolado. Então a entidade formalmente apresenta os  
3641 documentos e o conselho formalmente responde. Então, ele protocola a entrada daqueles  
3642 documentos no próprio conselho para a avaliação que é técnica. É uma avaliação técnica,  
3643 em alguns conselhos, como no caso de Belo Horizonte, é uma avaliação técnica, jurídica e  
3644 contábil da inscrição e da documentação apresentada pela entidade. Mais eminentemente  
3645 o caráter dessa avaliação é técnico. É um parecer técnico que é expedido pela equipe do  
3646 conselho de assistência. E este parecer é submetido a apreciação dos conselheiros e  
3647 deliberação da plenária. O conselho solicita ou não esclarecimentos com base no parecer e  
3648 nos documentos. E delibera ou não pela inscrição. Ali está certificado, mas é pela  
3649 inscrição. Certificado era uma expressão que a gente usava antes da resolução 16. A  
3650 certificação é um processo vinculado hoje à gestão. Pode ir Consolação. O Conselho

3651 Estadual de Assistência Social por sua vez, já está previsto na LOAS, na Resolução nº 16  
3652 e na NOB-SUAS. Ele é uma instância recursal. Então, o Conselho Estadual de Assistência  
3653 Social ele recebe, também, recurso, solicitação dos conselhos municipais. E isso tá  
3654 previsto nas atribuições do conselho estadual. Tanto os conselhos municipais recorrem ao  
3655 conselho estadual, no caso de avaliação do ponto de vista técnico da sua execução.  
3656 Solicitação de informação ou busca da adequação ou não dos pareceres que são expedidos  
3657 pelos conselhos municipais, como também as entidades solicitam, às vezes, análise do  
3658 conselho estadual e entram com uma solicitação em relação ao conselho municipal do seu  
3659 município, do município que ela está vinculada. Então, é importante marcar aqui é que o  
3660 conselho estadual ele é uma instância de recurso. Ele não inscreve entidade. Os conselhos  
3661 municipais que inscrevem, mais ele é uma instância recursal. Isso está previsto lá na  
3662 resolução 362 do processo de análise dos recursos. O que é mais importante aí? É... que o  
3663 conselho estadual sempre tem uma relação estreita com os conselhos municipais. Então,  
3664 toda a análise recursal passa também, pela avaliação dos conselhos municipais. Por uma  
3665 relação estreita, pela comunicação, pela troca de informação, pela troca de dados com os  
3666 conselhos municipais em relação àquele pedido de análise de recurso. Então, tem o relato  
3667 do fato, os documentos apresentados ao conselho municipal que por sua vez, tem 30 dias  
3668 após a notificação, isso está previsto na resolução 362. Isso é o passo, o fluxo para a  
3669 questão da análise do recurso. O que é importante, mais uma vez ressaltar, que não é uma  
3670 ação isolada do conselho estadual. Há uma troca e um intercâmbio forte com os conselhos  
3671 municipais que demandam. Aliás é o que detém a maior informação sobre o caso naquele  
3672 momento. Pode ir Consolação. Aí o fluxo, como os conselhos municipais acionam o  
3673 conselho estadual. Protocolam na secretaria executiva do conselho estadual formalmente a  
3674 sua solicitação. Essa solicitação é encaminhada a mesa diretora do conselho pra  
3675 apreciação e distribuição a comissão de normas que vai fazer os trabalhos relacionados  
3676 àquele recurso. Quer seja análise documental, visita, diligência se necessário ao local. É...  
3677 pra subsidiar que aquilo volte a plenária consubstanciada para que a plenária possa  
3678 deliberar a ação do recurso e a partir daí devolver pro município. Então, isso de forma  
3679 simples passa por este processo. É... da decisão do recurso né, da deliberação, o conselho  
3680 informa a entidade e no caso no município, o conselho informa a entidade se foi deferido  
3681 ou não. E aí o conselho estadual ele pode indicar, determinar ao conselho municipal, no  
3682 caso específico de entidade, que inscreva aquela entidade no seu conselho. Então, no caso,  
3683 a entidade acionou o conselho estadual. O recurso foi feito uma avaliação e deliberado  
3684 pela plenária que procede, defere, procede à entrada do recurso por parte da entidade  
3685 quanto a solicitação de inclusão, de inscrição. Então, o conselho estadual diz ao conselho  
3686 municipal que há a necessidade fundamentada de que aquela entidade tem de ser inscrita no  
3687 conselho municipal. Aí são os prazos de recurso. O conselho municipal tem 5 dias, no  
3688 caso de dúvidas, no campo mais geral de dúvidas em relação a decisão. Solicitação de  
3689 informação e pode também, recorrer ao conselho nacional de assistência social. Né?!  
3690 Então, ele tem prazo para recorrer direto ao conselho nacional de assistência social no  
3691 caso de problemas relacionados à decisão do conselho estadual. Então, é uma instância de  
3692 participação, de controle. É uma instância democrática. Né?! A avaliação é pautada na  
3693 regulação que existe do sistema único de assistência social, uma avaliação técnica, mais  
3694 regulada pelas normativas que hoje regem o sistema único. Pode ir Consolação. Aqui  
3695 começa uma análise. Né?! De uma discussão que tem sido pautada hoje em relação às  
3696 entidades de assistência social, as entidades beneficente e de assistência social em relação  
3697 à inscrição nos conselhos municipais. Então, aqui, tem um pequeno histórico da última  
3698 reunião do Fonaceas, do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Assistência Social,  
3699 que aconteceu no Rio Grande do Sul. Reuniu 18 estados e a discussão... discutindo um  
3700 dos pontos de pauta foi a questão da composição dos conselhos municipais. Isso

3701 relacionado a dificuldade de que os conselhos municipais têm, o José Fernando colocou  
3702 aqui, de respeitar a paridade na sua composição. Nós estamos falando aqui de uma grande  
3703 parte dos municípios brasileiros de pequeno porte, 1 e 2, em que vocês, às vezes, não têm  
3704 entidade no município para compor a paridade na composição, pra respeitar a paridade na  
3705 composição do conselho municipal dada a regulação hoje existente, que rege a inscrição  
3706 das entidades nos conselhos municipais. Então, foi colocado como discussão e busca o  
3707 resgate dessa paridade e uma maior participação na composição do próprio conselho. Pode  
3708 passar Consolação. Isso é fundamentado, né?! Aqui tá a fundamentação para essa  
3709 discussão que é o inciso I, do art. 204 da Constituição que fala da descentralização  
3710 político-administrativa da assistência, é o capítulo da Seguridade Social. Cabe ao poder  
3711 público a coordenação e a execução da política pública da assistência social. E cabe,  
3712 também, as entidades beneficentes e de assistência social. Isso é importante na análise da  
3713 proposta colocada pelo fórum nacional. Ali está colocado entidades beneficentes e de  
3714 assistência social. Toda a regulação hoje existente no sistema único, no que enfoca e foca  
3715 as entidades ela diz das entidades de assistência social. A Constituição quanto ali ela  
3716 coloca e não é ou é e, então, é um dos princípios fundamentais, é um dos itens que  
3717 fundamenta a proposta que vai ser apresentada mais a frente, discutido no Fonaceas. A  
3718 Constituição, ela autoriza as entidades beneficentes e de assistência social na execução da  
3719 política de assistência social. Para isso ser alterado teria que ter uma tec. Né?! Se você  
3720 altera a constituição com uma emenda constitucional. Um outro fundamento é o inciso II,  
3721 do § 1º, do art. 17 da Lei Orgânica da Assistência Social, inclui que diz da composição da  
3722 sociedade civil do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Pode ir Consolação.  
3723 O art. 3º da LOAS, esse eu já falei antes, o que são as entidades e organizações de  
3724 assistência social, o conceito, são entidades que prestam sem função de entidade, sem fins  
3725 lucrativos que executam serviços, prestam atendimento e assessoramento ou defesa e  
3726 garantia de direitos para o público de assistência social e que podem na sua totalidade  
3727 executar ações de assistência social ou podem ter programas, projetos, serviços e  
3728 benefícios no caso da preponderância dela não ser totalmente uma ação de assistência  
3729 social. O Conselho Municipal é quem vai identificar e vai caracterizar esta entidade se ela  
3730 é na sua totalidade, podendo usar essa palavra, de assistência social, eminentemente todos  
3731 os seus serviços são de assistência social ou ela não é integralmente, mas ela tem  
3732 programa, projeto, serviço que vinculado a assistência social. Programa, projeto, serviço e  
3733 benefício está escrito na resolução 16 e o conceito e está escrito na LOAS, na lei que  
3734 regulamenta o SUAS. O que é um programa dentro da política de assistência social que é  
3735 um projeto, benefício ou serviço. Então, é dentro daquele enquadre que a gente diz aqui  
3736 programa, projeto, serviço e benefício. Pode ir Consolação. Sempre gente, a inscrição no  
3737 conselho ela é um fato e que vem em primeiro lugar. Ela previamente tem que está inscrita  
3738 no conselho municipal. O art. 3º da LOAS ele não determina que a entidade, não  
3739 determina para a entidade a exclusividade das suas ações no campo do assessoramento, do  
3740 atendimento ou da defesa e garantia de direitos. Então, o art. 3º da LOAS ela não diz que a  
3741 entidade tem de ser exclusiva e não possa fazer outra coisa. Isso não tá escrito lá. Então,  
3742 se ela executa uma atividade de atendimento, assessoramento e defesa ela não tem que  
3743 executar só estas atividades. Ela tem que executar estas, isto está escrito na LOAS mais  
3744 não só estas. Isto não está inscrito na LOAS. Então, isso também, é um fundamento. A  
3745 Resolução n.º 16, de 2010, vai definir os parâmetros, né?! É uma resolução complexa do  
3746 Conselho Nacional. Define, eu já falei, o que é programa, que é projeto, o que é serviço, o  
3747 que é benefício. E o que é uma entidade de assistência social. É... aqui nós já falamos. Os  
3748 conselhos de assistência social precisam ser instâncias de recurso, já tá colocado, também,  
3749 na LOAS e aí pra finalizar a proposta. Isso tudo que eu li são marcos legais que  
3750 fundamentam a proposta colocada, apresentada no Fonaceas, que é legitimar a

3751 participação de entidades e organizações que desenvolvam projetos, programas, serviços  
3752 ou benefícios socioassistenciais no processo de escolha da sociedade civil para fins de  
3753 composição dos conselhos estadual e municipais de assistência social do Estado de Minas  
3754 Gerais, em condições de votarem e serem votadas. É... a discussão se você inscreve  
3755 programa, projeto, serviço e benefício de uma entidade que não na sua preponderância  
3756 seja de assistência social. A proposta é que essas entidades possam em condição de  
3757 igualdade com as entidades de assistência social também participarem do processo  
3758 seletivo pra sociedade civil sendo votadas. Né?! Votando e serem votadas, no processo de  
3759 escolha. Então, essa é a proposta que elas possam integrar os conselhos municipais e os  
3760 conselhos estaduais de assistência social com base naqueles marcos que foram colocados  
3761 antes. É, de novo, pra que isso aconteça não está dispensada de forma alguma a inscrição  
3762 no conselho municipal de assistência social. Ele é bem sintético. Lógico que a inscrição de  
3763 entidades é um processo muito regulado e tem que ser. Né?! É um processo sério.  
3764 Realizado com bastante seriedade pelo conselho estadual. Né?! Com uma lisura na análise  
3765 técnica, na análise recursal e isso é importante do ponto de visto do conselho ele tem um  
3766 papel fundamental na orientação dos municípios. Ele não executa. Mas orienta. Né?! Ele é  
3767 análise recursal mais o tempo inteiro a equipe técnica orienta os municípios nas dúvidas  
3768 relacionadas à inscrição de entidades nos próprios municípios, principalmente, depois da  
3769 Resolução 16. Então, isso é confuso ainda na maioria dos municípios brasileiros. Isso é de  
3770 difícil compreensão. É... a análise técnica requer uma apropriação dessas referências  
3771 legais que existem, das resoluções, da própria LOAS e da resolução do conselho estadual.  
3772 Então, o conselho... a equipe técnica do conselho estadual, ela tem esse duplo papel. Além  
3773 de ser análise de recurso dos municípios tem um papel de capacitação e formação dos  
3774 conselhos municipais para esse foco. Então, um ponto importante aqui, que eu acho, não é  
3775 presidente?! Que é a avaliação da proposta, é... apresentada pelo fórum. Então, muito  
3776 abrigada. Devolvo a palavra aqui para o nosso presidente. **Presidente:** Muito bem, Ana  
3777 Paula. Parabéns pela explanação, pela compreensão. Ana Paula carrega a competência e a  
3778 experiência da gestão e hoje está somando conosco e contribuindo pro processo  
3779 construtivo do saber do colegiado do conselho estadual. Assim como outros. Né?! É... eu  
3780 penso que, é... riquíssimas as contribuições que vieram. Essas apresentações foram feitas  
3781 hoje pelos coordenadores das comissões da... do conselho estadual. Mesmo para nós  
3782 conselheiros, cotidianamente, convivemos com essas situações foi muito rica. Porque  
3783 foram coisas novas que foram trazidas. Apresentação de outra maneira. Com uma riqueza  
3784 de fundamentação legal muito maior. É... além disso, as outras pessoas que aqui estão, eu  
3785 penso que, foi muito rica a cada uma das apresentações que elas se complementam. Não  
3786 é?! Quando se fala do controle social, quando falou da peça primordial, que eu diria que é  
3787 o cerne da questão do controle social, que é a peça orçamentária e a aprovação da  
3788 prestação de contas. Né?! Depois traz a filosofia, ao planejamento, o plano de ação, as  
3789 competências dos conselhos. Depois de já entrar na comissão de normas essa  
3790 fundamentação legal, essa compreensão. Né?! Que se tem hoje sobre a inscrição de  
3791 entidades. Ser condição *sine qua non*. Quando se faz inscrição do município, tem  
3792 entidades que sendo ratificada como assistência social ela procede portanto o registro no  
3793 cadastro nacional de entidades e cabe ao MDS em sendo de assistência social dar a ela o  
3794 direito de chegar até o ministério da fazenda através da secretaria da receita federal que é  
3795 quem realmente de fato dá a isenção fiscal via o certificado de beneficência e assistência  
3796 social. E isto é uma coisa, outra coisa é você ter as entidades beneficentes de assistência  
3797 social ao modelo concebido que ainda não sofreu alteração da 6.308 se não me falha a  
3798 memória no art. 55 que diz que a entidade beneficente de assistência social é aquela que  
3799 presta serviço sem fim lucrativo e os entendedores, juristas renomados deste país, entende  
3800 que a beneficência é o gênero e a filantropia e a assistência social são duas espécies dos

3801 gêneros. E, estendem essa compreensão dizendo ainda, que assistência social é uma  
3802 filantropia qualificada. Sendo assim, a gente tem compreensão perfeita daquelas entidades  
3803 que até muito pouco tempo eram entendidas como ecléticas, por exemplo, uma Casa de  
3804 Misericórdia, ela tem atendimento da saúde, ela tem atendimento da assistência social e  
3805 tem atendimento da educação. Então, ela... aaas.... a APAES tem também ecléticas no seu  
3806 atendimento. São entidades de atendimento. Então, com a nova normativa se diz o  
3807 seguinte: “se você tem a preponderância é da saúde, busque o Ministério da Saúde”.  
3808 Existe uma lei que regulamenta todo o sistema único de saúde. Regulamenta as entidades  
3809 de saúde. Determina os 60% para a disponibilização dos beneficiários da política pública  
3810 de saúde. Quando se diz que é de educação, foi o caso que nós tivemos das creches, que  
3811 foram encaminhadas para a educação. Não é?! Foi uma luta grande. Todos conhecem  
3812 desde da era DB desde 96, foram 10 anos de transição para que a gente pudesse ratificar  
3813 como sendo de educação as creches. Nós tivemos um novo conteúdo programático dentro  
3814 da nova grade curricular para educação infantil. Entendido como tal, 4 e 5 anos. E o nosso  
3815 ensino fundamental, Minas Gerais foi pioneiro, passou a ser de 9 anos a partir dos 6.  
3816 Ficamos naquela época e foi aprovado. Né?! Nós saímos do FUNDEF para o FUNDEB. E  
3817 foi uma luta de muitos companheiros aqui. Né?! Eu coordenei o Fórum Mineiro de  
3818 Educação Infantil em 2003. Não é?! Então, foi uma luta grande para essa conquista. No  
3819 entanto, quando nós conseguimos passar isso no Congresso Nacional, vocês haverão de  
3820 lembrar. Depois nós saímos correndo atrás do prejuízo porque o 0 a 3 ficou fora. E aí, a  
3821 gente tinha compreensão que o 0 a 3 era a faixa etária de interação social. Na  
3822 brinquedoteca e não o ensino científico, não é?! Dentro do currículo instrumental e legal.  
3823 Porém, se a gente deixasse fora, além da gente não primar, assim, necessariamente  
3824 daquela qualificação na ponta, também a gente perderia o recurso do FUNDEB que falava  
3825 que era da fundação... era educação básica. Né?! E aí, começava desde o zero. O 0 a 3 ia  
3826 ficar sem financiamento. Então, a gente se lembra que os poderes públicos, municipais  
3827 principalmente, colocava professores em adjunção. E isso, prejudicava essa situação,  
3828 porque a gente tinha, na verdade, um não financiamento e aí ficava assim: “então, eu vou  
3829 correr com o meu menino e tirar daqui.” Ficava parecendo que as nossas crianças eram,  
3830 então, moeda de troca. Eu vou pra onde financia. Não é?! Então, quer dizer, isso tudo é  
3831 pra dizer pra gente buscar agora e entender. A assistência social dentro da nova filosofia  
3832 de entendimento da política pública de assistência social nós queremos, sim, torná-la mais  
3833 específica. Então, aquela situação lá do passado em dar remédio dentro da assistência  
3834 social, de dar telha dentro da assistência social, de tijolo na assistência social, de dar tudo  
3835 que se pede, tudo que não tinha específico era da assistência social. Acabou. A política  
3836 hoje tem uma visão diferente. O que não quer dizer necessariamente, não é?! Que os  
3837 CRAS e os CREAS não vão deixar de atender esses pedidos. Nós só não podemos deixar  
3838 que os CRAS e os CREAS virem. Não é?! Essa situação de estar atendendo tudo e pior,  
3839 fazendo com que a gente saia da política para fazer a politicagem. E nós temos isso aqui,  
3840 nos estamos inventando isso? Não. De fato já acontece em muitos municípios. Estão  
3841 fazendo politicagem lá dentro. Bom, mais a compreensão real que a gente quer fazer a  
3842 discussão aqui, que foi discutida no Fonaceas é essa. Tem fundamentação legal. Não se  
3843 trata de exclusividade. A entidade de assistência social. Tanto é que foi permitida a  
3844 inscrição de programa, projeto e serviços. E benefícios dentro dos conselhos municipais  
3845 de assistência social. Isso foi difícil, ainda não vencemos muitos municípios essa  
3846 compreensão para os municípios saberem quem inscreve quem não inscreve. E aí, a gente  
3847 tem muitos prejuízos causados em função de uma não inscrição. Muitos recursos na  
3848 justiça. Judicialização dos processos para conseguir garantir esse direito. E ainda tem  
3849 compreensão até na inscrição de entidades no cadastro nacional. Mais a nossa  
3850 compreensão é que aquelas entidades que cumpriu a resolução 16, portanto, que tem

3851 inscrição de programa, projeto, serviço e benefícios nos conselhos municipais ela pode e  
3852 deve compor os conselhos na parte paritária da sociedade civil organizada. Não só  
3853 partindo do princípio legal que está na LOAS no art. 3º e 9º onde não trata de  
3854 exclusividade mais também, está fundamentado da 6.308, mais também está na  
3855 Constituição Federal no 204 e ainda, é... ela... a compreensão, por paralelismo que a gente  
3856 tem é que essas entidades se soma na composição do conselho para nos trazer os vários  
3857 setores. A intersectoriedade, a visão da sociedade civil organizada que compõe o conselho.  
3858 Né?! Sobre a educação e sobre a saúde. Porque na composição dos conselhos na parte  
3859 governamental você tem representantes da pasta da educação e da saúde e na pasta da  
3860 sociedade civil não teria ou não tem. Esse é o cerne da questão. Sendo assim,  
3861 compreendeu o fórum nacional dos conselhos estaduais por mais de 20 estados, mais  
3862 deliberado por 18 que foram os que fizeram presentes no último encontro que tivemos em  
3863 Porto Alegre que deveríamos fazer essa discussão em nossas plenárias do conselho  
3864 estadual e cada plenária ter autonomia de deliberar sobre esse quesito. Como a gente  
3865 preferiu deixar para essa ampliada pra contar com a contribuição dos outros municípios,  
3866 qual é a visão que o município tem? Aí tem uma característica peculiar inerente ao nosso  
3867 estado, como outro nenhum tem. Nós temos 853 municípios, 80% de porte 1 e 2, até 20  
3868 mil habitantes. Quanto menor maior a dificuldade de compor os conselhos em função de  
3869 não se ter entidades da sociedade civil organizada para fazer tal composição. Sendo assim,  
3870 a gente precisa extrapolar os nossos pensamentos e saber o seguinte: quem é enquanto  
3871 sociedade civil organizada que fará essa composição da sociedade civil nesses conselhos  
3872 de município porte 1 e 2. Seriam as várias pastorais de uma única religião? Seriam as  
3873 células das igrejas não católicas? Seriam os centros espíritas? Seriam as associações  
3874 comunitárias rurais de bairros? Ou seriam os beneficiários da política pública, nós vários  
3875 benefícios que se tem hoje? Precisamos saber que até hoje não conseguiram dominar a  
3876 liberdade plena no colegiado e sair da subserviência ou de confundir a vinculação com a  
3877 subordinação do gestor. Pensem, então, como é que estaria hoje uma composição com o  
3878 maior quantitativo de beneficiário que ainda não estão devidamente com o saber nivelado  
3879 do entendimento dessa política, provavelmente a gente teria uma subserviência maior, ou  
3880 uma subordinação, trocando o papel, da vinculação. E, talvez, a gente não teria as  
3881 deliberações e um processo construtivo dessa normativa com tamanha clareza e  
3882 transparência. Estou passando para vocês aquilo que foi o resumo e compreensão do  
3883 colegiado dos conselhos estaduais. Faço daqui a minha finalização sobre essa  
3884 compreensão e submeto aos meus companheiros e colegas pra que se manifestem a  
3885 respeito e pergunto, inclusive, se com esse colegiado, nesse momento, muito abaixo  
3886 daquilo que a gente gostaria que tivesse, mais com presença ainda de municípios  
3887 presentes. Se a gente delibera sobre esse quesito. Se a gente houve a manifestação de cada  
3888 um, se é que querem inscrever para fazer. E aí, a partir daí a gente submete a deliberação.  
3889 Inscrições? A proposta é... foi trazido para isso. Tem questionamento? Tem compreensão  
3890 diferente? A plenária nossa é aberta. O que nós nos comprometemos foi fazer com  
3891 absoluta transparência que as pessoas manifestem os seus pensamentos independentes se é  
3892 a favor, contrario ou não. E a gente possa avaliar se isso é construtivo ou não. Porque se  
3893 por um lado existe uma fundamentação legal, uma compreensão com a característica que  
3894 nós temos, por outro lado a gente fere uma diretriz nacional, tirada na conferência  
3895 nacional. Que era de que essa composição não deve ser com as entidades beneficentes de  
3896 saúde e educação. **Conselheiro Marcelo:** essa... eu achei muito  
3897 interessante a proposta que o Fonaceas vem discutindo considerando a importância que o  
3898 Fonaceas tem em âmbito nacional já que a maior parte dos seus componentes são  
3899 presidentes de conselhos estaduais e, portanto, tem sentido na pele as dificuldades que os  
3900 municípios tem para a construção dos seus... da composição dos seus conselhos. Quando

3901 nós legitimamos a participação das entidades no processo eu quero crer também que essa  
3902 legitimação ela também vai para o campo estadual. Ou seja, a próxima eleição da  
3903 sociedade civil do conselho estadual haverá a participação de entidades que executam  
3904 programas e projetos de âmbito estadual. Não é isso?! Pois não... era essa a minha dúvida.  
3905 Acho que é do meu ponto de vista isso aí é um avanço que está ocorrendo considerando as  
3906 dificuldades que os municípios têm, principalmente, os municípios de pequeno porte pra  
3907 poder compor os seus conselhos. **Presidente:** Deixar claro uma coisa, o fato de a gente  
3908 deliberar sobre esse quesito não quer dizer que nós estamos legitimando as entidades de  
3909 educação e saúde para alcançar a isenção fiscal via o registro no cadastro nacional de  
3910 entidade e via reconhecimento por parte do MDS. O que a gente tão somente está  
3911 reconhecendo é a necessidade que os municípios de pequeno porte 1 e 2 tem pra fazer essa  
3912 composição. E na minha visão, eu, particularmente, aqui agora eu deixo de ser o  
3913 presidente quero falar como um conselheiro. Na minha visão a gente não está no momento  
3914 ainda de ter uma composição com maior quantitativo de beneficiários dessa política.  
3915 Conselheira Ana Paula. Conselheira Ana Paula: Presidente, acho que tem uma questão aí  
3916 que é colocada que tá muito bem frisada que é a manutenção e a obrigatoriedade da  
3917 inscrição prévia no conselho. Que isso é o mais importante pra nós aqui. Né?! Já passa por  
3918 uma avaliação e uma apreciação das equipes técnicas e já caracteriza aquela entidade  
3919 como executora da política pública de assistência social. Quer seja na sua integralidade,  
3920 quer seja programa, projeto, serviço e benefício. Eu acho que tem uma outra questão que é  
3921 colocada, que eu acho que é a proposta enfatiza, que é a igualdade da participação. Né?!  
3922 Que uma vez inscrito o programa, projeto ela é pertencente ao conselho municipal. Né?!  
3923 Então, há uma vinculação ao conselho municipal. Se há uma vinculação. Você me corrija  
3924 se eu estiver errada, Marcelo. Se há uma vinculação, há igualdade de direitos de  
3925 participação no processo de escolha. Né?! No processo de... nas oportunidades de  
3926 representação. Nós... eu tô entendendo que a resolução do Fonaceas em nenhum momento  
3927 coloca que isso... deixa de ser em forum próprio, deixa de ser um processo aberto de  
3928 eleição. Não é essa a discussão. Mais é a discussão, pelo o que eu estou entendendo, é dar  
3929 abertura para a participação. Não é isso?! Desde que os critérios mesmo... porque os  
3930 critérios mais importantes ou que são absolutamente imprescindíveis para a assistência  
3931 social, eles já estavam dados que é o parágrafo único lá que elas têm que ter inscrição no  
3932 conselho. Então... **Presidente:** é isso que eu iria colocar. **Conselheira Ana Paula:** certo  
3933 presidente. É isso? **Presidente:** sua colocação no parágrafo único, você ratifica essa  
3934 situação. Agora, acho que na sua fala agora você traz uma complementação muito  
3935 importante, que é dar a igualdade de oportunidade para essas entidades. Que quando se  
3936 sente no direito e no dever de inscrever um programa, projeto, serviço e benefício ela  
3937 contribui no avanço e no atendimento, quer no assessoramento e garantias de direito para  
3938 os beneficiários da política pública. Então, fica assim, quer dizer que eu posso contribuir  
3939 no atendimento, no assessoramento da defesa de garantia mais não posso estar no  
3940 conselho deliberando sob uma normativa, sob uma construção da normativa? Então, que  
3941 história que é esta? Então, aí eu oportunizo a igualdade que é o que a gente prima tanto, na  
3942 defesa e garantia desse direito. Tem a inscrição do conselheiro Márcio depois da sua fala.  
3943 **Conselheiro Marcelo:** só completar aqui o que a Ana Paula falou. O que eu fico  
3944 preocupado, eu fico pensando e sempre fiz essa avaliação quando eu penso nessas  
3945 discussões. Como que você dissocia a inscrição da entidade com a inscrição de projeto?  
3946 Quer dizer, você pode inscrever projetos, serviços de benefícios isoladamente. Mais quem  
3947 que inscreve projeto, serviço e benefício isoladamente? É uma entidade, que tem o seu  
3948 CNPJ e tem sua inscrição. É o CNPJ dela que aparece. Então, portanto, como você  
3949 dissociar uma coisa da outra? Esse, eu acho, que é um aspecto jurídico fundamental  
3950 acrescido ao direito de igualdade que todas as entidades têm, não é, de poder participar e

3951 ter suas... esse processo construtivo. **Conselheiro Márcio:** é muito importante, Marcelo,  
3952 você está falando essa questão do CNPJ. Até recapitulando aqui uma participação numa...  
3953 nas reuniões do conselho nacional, foi colocado a questão do DNA das entidades, o CNPJ.  
3954 Né?! Não tem como você dissociar uma situação de outra. Né?! Então, esse projeto ele se  
3955 legitima nessa proposição nesse sentido. Não é?! Por quê? Como essa entidade, eu não  
3956 vou ficar fazendo uma repetição. Mais eu vejo que a proposição do FONACEAS ela é  
3957 extremamente correta. Né?! E ela tá dentro do princípio, inclusive, que foi colocado aqui,  
3958 anteriormente pelo Volney, a questão da intersectoriedade. Né?! Então, você executar a  
3959 política da assistência não é só a assistência social. Né?! Então, nós temos que ter essa  
3960 visão ampliada e alargada. Eu vejo que essa proposição ela é correta e nós temos que  
3961 trabalhar no caminho para que ela seja implementada dentro do CEAS. **Conselheiro**  
3962 **Volney:** eu fico pensando, sabe Geraldo, o seguinte: não sei se seria interessante,  
3963 antes de deliberar, pelo menos fazer uma amostragem dessas entidades pra ver o que elas  
3964 pensam. Porque se elas serão submetidas a isto, não é, tem que escutar essas entidades. O  
3965 quê elas pensam disso? Concordam ou não? Porque se eu estou legislando, né, sem  
3966 escutar, né, é... o quê a entidade pensa. Né?! Eu acho que a coisa está vindo de cima pra  
3967 baixo. Então, qual é a compreensão de algumas entidades que não conseguiram participar  
3968 ainda. Né?! Concorda, Marcelo, comigo? Ou não? Não concorda não. **Presidente:** ok. O  
3969 Volney fez a colocação, eu quero aqui me permitir fazer uma discordância literal. É... até  
3970 então a gente tem a oportunidade de ter todas essas entidades de educação e saúde  
3971 inscritas nos conselhos. O que houve agora foi uma normativa é... nova, por uma  
3972 compreensão de alguns entendedores do avanço da política pública de assistência. E que  
3973 feriu de “morquei” a própria intenção enquanto legislaram. Uma coisa é a gente fazer a  
3974 tradução literal das palavras, outra coisa é descobrir e para além dessa tradução literal e  
3975 entender qual foi a intenção do legislador. Quem legislou queria tão somente tornar mais  
3976 cristalina, mais específica a assistência social, dizendo: “saúde, você é compulsória. Tem  
3977 um percentual determinado para fazer a composição do seu gasto”. “Educação, você é  
3978 compulsório. Tem por determinação legal um percentual pro seu gasto”. Nós assistência  
3979 não temos. Então, vá vocês pro que já é compulsório, onde tem dinheiro e deixe que a  
3980 gente organize a nossa vida de forma mais cristalina. Só que ao traduzir isso numa  
3981 linguagem normatizada, né, aí feriu, atingiu, os efeitos colaterais foram vários outros. E aí,  
3982 acabou por prejudicar, né, as entidades ecléticas. Acabou por prejudicar outras entidades.  
3983 Não sei se, entre aspas, eu quero deixar entre aspas o meu prejudicar. Por quê? Muitas  
3984 entidades, por exemplo, de educação, estão achando ótimo. E pra educação. Porque no  
3985 Ministério da Educação a concessão de bolsa tão somente para um beneficiário da política  
3986 é muito mais fácil não só conceder como mais fácil de prestar conta do que na assistência  
3987 social. Só que essa preferência, essa facilidade maior não se traduz pra nós, agentes,  
3988 defensores desse direito, né, na realidade. Porque, até então, por exemplo, vou dar o caso  
3989 de Belo Horizonte. Os maiores dez colégios, escolas de Belo Horizonte de ensino até o  
3990 médio. Os mais caros são pra classe média alta e todos eles são de origem religiosas e  
3991 beneficentes e tinham inscrição, tinham isenção fiscal. De que forma eles aplicavam 80%  
3992 dessa isenção fiscal? Na assistência social. Eles não aplicavam na educação. Porque eles  
3993 concediam bolsas e até reduziram para 50% pra levar o dinheiro pra assistência. No  
3994 momento em que aconteceu isso é que a visão... Olha bem, a visão e a intenção de quem  
3995 legislou foi falar o seguinte: “lá é compulsório. Vai lá pra educação”. Mais esqueceu que  
3996 quando a educação foi pra lá conceder bolsa começou a conceder pra a educação e deixou  
3997 de vir aquele aporte pra a assistência social. E nós não conseguimos, no poder público,  
3998 aportar mais recursos pra compensar essa perda. Isso não foi enxergado na hora que  
3999 legislou. Então, isso tudo é também fator pra gente pensar aqui. A saúde da mesma forma.  
4000 A saúde conseguiu avançar quando nós mandamos para lá hospitais filantrópicos e Santas

4001 Casas. Não é?! Cumpre o seus 60%. Só que eles conseguiram avançar, porque todas as  
4002 consultas médicas que antes eram só laboratoriais... Quem é da saúde aqui? Tem alguém?  
4003 É uma pena. Quando era só consultas laboratoriais passaram a ter consultas  
4004 especializadas... Fatinha tá aqui. Especializadas que passou a contar na prestação de  
4005 contas dos 60% do SUS. Olha bem o que aconteceu. Eles ganharam mais um motivo. E  
4006 essa ganho foi pra onde? Pra saúde. Mais não veio pra assistência. Então, acabou nós  
4007 atirando pro próprio pé, em parte. Eu tenho a inscrição de Ami. Desculpe, em questão de  
4008 ordem. Eu tenho uma defesa do conselheiro José Fernando, na fala... tá contemplado? Ok.  
4009 Tá contemplado. Tem o conselheiro Júlio, logo em seguida, conselheiro Ami. **Conselheiro**  
4010 **Júlio:** só duas coisinhas. Primeiro que município pequeno, o nosso também é município  
4011 pequeno, e aí acaba tendo que recorrer, né, a uma entidade que, na verdade, não tem, às  
4012 vezes, o interesse de tá participando do conselho, porque falta composição, né?! Então,  
4013 isso é uma realidade dos municípios pequenos. Ou, às vezes, tem uma da área. Aí fica uma  
4014 até quando, né, que vai ficar. A outra coisa Volney que você citou se deveria consultar as  
4015 entidades, eu penso que, na medida, que a entidade se inscreveu ela já significa que quer  
4016 participar do conselho. Então, não vejo necessidade de tá consultado entidade. Na medida,  
4017 que ela já tem um programa, desenvolve uma atividade da área ela já quer participar.  
4018 **Conselheiro Ami:** Eu não sei se eu vou falar alguma besteira aqui, mais eu vou falar. É o  
4019 seguinte, a lei delimita o quê é uma entidade da LOAS, né? Entidade beneficiante,  
4020 entidade de assistência social. E essas entidades são obrigadas a inscrever seus serviços no  
4021 conselho municipal. Então, isso é uma coisa, tranquilo? Agora, se tem uma outra entidade  
4022 que não é de assistência social ou nem beneficiante mais, por exemplo, uma igreja, ou  
4023 um... que presta também um serviço de assistência social. Ok? Essa igreja ou essa  
4024 instituição ligada à igreja pode inscrever, também, seus serviços nos conselhos  
4025 municipais? Então? Então, eu vejo duas diferenças. Eu vejo que essa inscrição de serviço  
4026 onde abarca todo mundo, né, que faz a assistência social. As legítimas instituições de  
4027 assistência social e as demais, na verdade, essa é mais uma informação de estatística para  
4028 que os gestores saibam qual amplitude da assistência social, no município, nos estados e  
4029 no Brasil. É isso mesmo? O entendimento é isso mesmo? Então, eu acho que nesse caso aí  
4030 deveria se fazer uma exceção, então, para os pequenos municípios. Eu acho que... criar  
4031 uma condição pra que todos aqueles que prestam serviço e que não são de assistência, não  
4032 são instituições sociais inscreva seus serviços e participem dos conselhos. Eu acho que  
4033 isso aí é tranquilo. Não acho que não tem... pra mim não tem dúvida não. **Presidente:**  
4034 Compreensão por completa Ami. E essa... isso o que foi trazido. Eu penso que qualquer  
4035 coisa que falarmos mais aqui já será redundância. A compreensão está completa, não é?! E  
4036 aí eu pergunto. Tem alguma contribuição da plenária? Ok. Pois não, conselheira Ana  
4037 Paula. **Conselheira Ana Paula:** é... eu acho que é importante só reforçar, não vou repetir  
4038 os aspectos já foram reforçados aqui. A gente não pode perder de vista o conceito que está  
4039 estabelecido na LOAS de serviço, programa, projeto e benefício. Então, executar um  
4040 serviço da assistência, um projeto, um programa ou um benefício é dentro daquele escopo  
4041 que está colocado na LOAS. Essa é uma questão. A inscrição de programas, projetos e  
4042 benefícios de entidades nos conselhos de assistência. Eu acho que possibilita a proposta,  
4043 possibilita que o próprio conselho municipal junto dessa entidade, trabalhando com ela  
4044 quem sabe futuramente ela não possa executar um serviço da assistência social. Nada  
4045 impede que o conselho, uma entidade se manifesta hoje executado um programa da  
4046 assistência social. O conselho municipal daquela cidade ele pode discutir com a entidade a  
4047 possibilidade dela executar um serviço da assistência. Quais são, numa discussão, de fato  
4048 uma relação parceira e complementar, e compartilhada que tá colocada na LOAS. Então,  
4049 eu acho que tem um trabalho aí dado pro conselho municipal que é possível a partir da  
4050 inscrição de programas, projetos e benefícios ela chegar a executar um serviço de caráter

4051 contínuo, planejado e permanente que vai acrescentar a rede do próprio município.  
4052 **Presidente:** Com certeza Ana Paula, bem lembrado. Conselheiro Marcelo. **Conselheiro**  
4053 **Marcelo:** me veio uma preocupação, presidente. Nós estamos legitimando essa  
4054 participação. Ok. Na prática, o quê vai querer dizer isso? Na prática, que o estado de  
4055 Minas, o conselho estadual legitimou a participação de entidades no processo de escolha.  
4056 Ok? E os municípios? E os municípios? **Presidente:** nós estamos deliberando que no  
4057 estado de Minas Gerais todo e qualquer município que quiser compor o conselho com  
4058 entidades de educação e saúde poderão se votar e ser votado. Poderá estar na composição  
4059 da sociedade civil. É isto que nós estamos deliberando. No entanto, continua sendo  
4060 resguardada a autonomia do município em querer compor dessa forma ou não.  
4061 **Conselheiro Marcelo:** ok. Então, o senhor esclareceu muito bem, porque eu também  
4062 entendo dessa forma. Porque quando a gente legitima, não quer dizer que a gente  
4063 determina tá certo? **Presidente:** com toda certeza. **Conselheiro Marcelo:** isso é muito  
4064 claro. Tem que deixar claro, porque poderá ocorrer que alguns municípios entendam que o  
4065 que eles devem seguir é a orientação nacional. Não é?! O que eu entendo dessa resolução  
4066 é uma manifestação política do conselho estadual de minas juntamente com os demais  
4067 conselhos da federação em propor uma mudança em âmbito nacional pra que saia de  
4068 âmbito nacional de legitimidade para determinação. **Presidente:** Esse é o objetivo e cuja a  
4069 fundamentação está na origem da dificuldade em compor esses conselhos municipais. No  
4070 entanto, é... deve ser uma resolução porque para o efeito para o estado de Minas Gerais, da  
4071 composição do conselho estadual, sim, nós estaremos deliberando que entidades de  
4072 educação e saúde poderão compor o conselho. Votar e ser votado. Para os municípios com  
4073 quaisquer que seja do nosso estado eles poderão e não, deverão. Eles poderão fazer essa  
4074 composição. Se resguarda, no entanto, o direito deles cumprirem a diretriz nacional em  
4075 detrimento dessa nossa deliberação mesmo entendendo que a gente está devidamente  
4076 fundamentado legalmente. Tá claro? Pergunto aos meus pares no conselho estadual que,  
4077 aqui estão, alguém contrário a esta posição? Tá claro o que a gente está deliberando?  
4078 Então, consideremos aprovado por unanimidade essa deliberação. Para composição do  
4079 conselho estadual do estado de Minas Gerais, as entidades de educação e saúde poderão  
4080 votar e ser votadas. Para os municípios do nosso estado de Minas Gerais poderão cumprir  
4081 a nossa deliberação assim como, poderão por igualdade de condição cumprir a diretriz  
4082 nacional. Autonomia do ente federado tal qual preconiza a própria Lei Orgânica de  
4083 Assistência Social. Ok? Eu fico feliz de ver este entendimento por parte. Não somos  
4084 melhores do que os conselheiros dos outros estados. Temos talvez uma riqueza de  
4085 conteúdo maior em função da característica inerente ao nosso estado. Quero aqui  
4086 agradecer todas as pessoas que participaram conosco nesses dois dias. Muitos já saíram e  
4087 a gente entende o comprometimento e o compromisso de cada um. Mesmo porque a nossa  
4088 programação teve alteração de horário e inversão de... Quero agradecer a todos os meus  
4089 pares que aqui estiveram nesses dois dias. Deixar claro que aqueles que se ausenta mais  
4090 cedo independente do motivo, como assinala a ata compactuam e deve assim comportar  
4091 com a deliberação desta plenária mesmo estando ausente. Não é?! E dizer que, repetir  
4092 aquilo que eu já disse antes, pra mim quando a gente está num espaço e a gente delibera e  
4093 vota eu não posso sair daqui falando que “sou voto vencido”. Eu devo sair garantindo  
4094 aquilo que foi deliberado, como sendo uma posição minha também. E isso é o respeito, ao  
4095 princípio da democracia. Se foi a vontade da maioria eu não tenho que lamentar a minha  
4096 perda de voto. Isso prova tão somente que eu não conseguir convencer os meus pares que  
4097 a minha posição era a mais plausível. Tá ok? Quero agradecer a todos, a secretaria  
4098 executiva, especificamente. Mais primordialmente nosso anfitrião que aqui esta conosco  
4099 até então, conselheiro José Fernando, que teve uma habilidade e foi um gentleman em nos  
4100 atender aqui com a hospitalidade e o carinho que todos nós reconhecidamente aqui

4101 deixamos e te agradecemos por isso. **Conselheiro José Fernando:** meu filho, muito  
4102 obrigado. Quero agradecer a cada um de vocês também essa homenagem aqui singela ta  
4103 por estar conosco aqui né, entregando também, a cada um dos conselheiros aqui e dos  
4104 visitantes uma homenagem nossa de Cataguases. É vocês ficam em nosso coração tá?! E  
4105 leve essa Cataguases também na alma aonde quer que vocês se... se ... estejam. Quero  
4106 dizer da nossa alegria de estar recebendo o CEAS aqui, os municípios também, que  
4107 tiveram conosco. Estiveram até esse momento e que contem comigo, com meu apoio. Eu  
4108 estou aqui realmente, enquanto estiver na gestão, neste conselho, pra contribuir e levar  
4109 informações ao nosso estado. Muito obrigado pelo carinho mais foi excessivo de sua parte  
4110 para comigo. Obrigado. **Presidente:** obrigado, José Fernando. Eu prometo a vocês que  
4111 não dividirei com vocês. Tem alguém que me fez está aqui até agora e que vai receber  
4112 carinhosamente através do seu esposo e uma longa duração de 35 anos, minha esposa.  
4113 Muito obrigado. Tenha todos um bom retorno aos seus lares na minha crença que é cristã.  
4114 Peço a Deus que o divino Espírito Santo ilumine o caminho de vocês até o retorno aos  
4115 lares. Obrigado Silvio por estar conosco até aqui. Você nos ensina que a gente não enxerga  
4116 com os olhos mais também com o coração. Essa é a visão que eu quero que você leve e  
4117 que esteja compondo o conselho municipal das pessoas com deficiência desse município e  
4118 possa irradiar isso para os outros municípios. Você fala com legitimidade e pode  
4119 protagonizar a sua história de pessoa com deficiência para que a gente possa trazer pro  
4120 nosso meio e promover a inclusão social com a acessibilidade universal para todos. Muito  
4121 Obrigado. Conselheira Fátima quer fazer uma fala. **Conselheira Fátima:** Boa noite,  
4122 gente. Eu quero agradecer aqui também essa oportunidade de estar aqui que pra mim foi  
4123 de um engradeci... foi enriquecimento da minha vida, porque a gente aprende todo dia.  
4124 Todo dia a gente aprende com as pessoas, então, isso pra mim... esses dois dias que eu  
4125 estive aqui foram de grande valia pra mim. Agradeço a oportunidade. José Fernando, eu  
4126 quero te dar essa lembrancinha aqui com todo o meu carinho e sua amizade. Agradeço por  
4127 tudo, viu?! Por você, agradeço ao prefeito também por ter nos proporcionado esses  
4128 momentos lindos aqui. Muito obrigado por essa oportunidade. **Conselheiro José**  
4129 **Fernando:** Muito obrigado Fátima e será entregue ao prefeito os nossos cumprimentos.  
4130 Nada mais havendo, encerrou-se a presente ata degravada que após lida e aprovada será  
4131 assinada pelos presentes.